

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS  
CAMPUS ERECHIM-RS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

**ANELISE MARA JUNG**

**A PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM TERRA A PARTIR DO OLHAR DOS  
ESTUDANTES DO INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA  
REFORMA AGRÁRIA (ITERRA)**

**ERECHIM**

**2023**

---

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Jung, Anelise Mara

A PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM TERRA A PARTIR DO OLHAR DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA (ITERRA). / Anelise Mara Jung. -- 2023.

103 f.

Orientador: Doutor Êmerson Neves da Silva

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Erechim,RS, 2023.

1. Movimentos Sociais, Luta, Sem Terra, Educação, ITERRA.. I. Silva, Êmerson Neves da, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**ANELISE MARA JUNG**

**A PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM TERRA A PARTIR DO OLHAR DOS  
ESTUDANTES DO INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA  
REFORMA AGRÁRIA (ITERRA).**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Émerson Neves da Silva

**ERECHIM**

**2023**

**ANELISE MARA JUNG**

**A PEDAGOGIA DO MOVIMENTO SEM TERRA A PARTIR DO OLHAR DOS  
ESTUDANTES DO INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA  
REFORMA AGRÁRIA (ITERRA).**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 27/04/2023

---

Prof. Dr. Émerson Neves da Silva - UFFS

Presidente

---

Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira - UFFS

Avaliador

---

Prof. Dr. Fernando Bilhalva Vitória - Universidade Federal de Rondônia  
Avaliador

Dedico essa pesquisa a todos aqueles que acreditam na Educação e na Reforma Agrária como uma forma de diminuir as desigualdades sociais.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha mãe, Elaine (em memória) que tanto me desejou, me cuidou e me amou. Espero que eu possa ser um pouco do que você idealizou pra minha vida.

Aos meus nonos. Meus avós maternos que assim os chamo Darcy (em memória) e Benvinda, que após a morte da minha mãe passaram a me cuidar com tanto zelo, amor, carinho e cuidado. Foram a estrutura familiar de que eu necessitava para chegar até aqui. Abriam mão de muitas coisas e nunca mediram esforços para me ver feliz e realizada.

Ao meu companheiro Edson, que esteve comigo nesta jornada, às vezes enxugando umas lágrimas e às vezes celebrando minhas conquistas, por vezes mais feliz do que eu mesma. Obrigada por todo o suporte de sempre, pela comida pronta, por cuidar da casa quando eu precisava estudar. Você mais do que ninguém sabe dos percalços para chegar até aqui. Você sonhou esse sonho junto comigo.

À minha dinda Eleane, que sempre me apoiou, me incentivou, me cobrou para que eu alcançasse meus objetivos. A primeira pessoa do meu círculo social a obter o título de mestre e que me serviu de inspiração para chegar até aqui. Obrigada por acreditar em mim.

Ao meu orientador, Émerson Neves da Silva, por ter aceito a tarefa de me orientar nesta pesquisa e por compartilhar o seu conhecimento. Aos professores que fizeram parte tanto da banca de qualificação quanto da banca de defesa, pelos seus apontamentos e contribuições.

À Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS, seus professores e funcionários, em especial aos do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação – PPGPE, pela oportunidade formativa, pelo conhecimento compartilhado, pela atenção e dedicação com as quais desempenham suas funções.

Ao Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária-ITERRA, por me permitir desenvolver a pesquisa sobre o mesmo, pelos espaços cedidos nos

dias em que lá estive, incluindo o dormitório e pela incrível experiência de vivenciar o instituto em sua totalidade. Isso foi fundamental para entender como o mesmo se organiza.

Aos queridos colegas de mestrado, pelas vivências e momentos partilhados. Mesmo com a distância imposta pelo Covid 19, aprendemos a superar os desafios, nos ajudamos e nesta caminhada construímos amizades que levaremos para toda a vida.

Ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que através da Lei Nº 12.029 de 15 de setembro de 2009, criou a Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS, uma universidade pública, gratuita, de qualidade e popular que veio atender uma região que era de certo modo desamparada de universidade e espaços formativos. Costumo dizer que a UFFS foi construída a muitas mãos, como um desejo de muitas pessoas que muitas vezes foram a primeira geração da família a acessar o ensino superior.

Chego ao final desta bonita, porém desafiadora caminhada. O mestrado é um processo que vai além dos conteúdos estudados, dos trabalhos realizados e da dissertação escrita. Ele muda algumas prioridades na nossa vida. O caminho é árduo, mas vale a pena. Eu faria tudo de novo.

## **RESUMO**

Este trabalho tem o objetivo de analisar a experiência dos estudantes que estão inseridos no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), considerando principalmente as experiências dos jovens dentro do Instituto. O espaço adota o método da Pedagogia da Alternância e o objetivo é ver quais são as possibilidades de adotar o método em outros espaços formativos. Para o desenvolvimento da pesquisa foi feito o uso da análise documental e bibliográfica associada ao uso das entrevistas que farão parte dos resultados da pesquisa. Foram entrevistados 20 alunos, dos quais foram selecionadas as entrevistas mais completas de acordo com o assunto desenvolvido. Os resultados mostram que os alunos têm bastante afinidade com o método adotado pelo instituto, que esta forma de ensino é bastante eficaz e que os mesmos se identificam com a proposta, logo, há sim a possibilidade dela ser utilizada em outros espaços.

Palavras-chave: movimentos sociais; luta; sem-terra; educação; ITERRA.



## **ABSTRACT**

The objective of this study is to analyze the pedagogical experience of the Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA, considering mainly the experiences of young people within the Institute. This space adopts the Pedagogy of Alternation method and the objective is to see the possibilities of adopting the method in other training spaces. For the development of the research, documental and bibliographical analysis was used, associated with the use of interviews that will be part of the research results. 20 students were interviewed, from which the most complete interviews were selected according to the subject developed. The results show that students have a lot of affinity with the method adopted by the institute, that this form of teaching is quite effective and that they identify with the proposal, so, there is indeed the possibility of it being used in other spaces.

Keywords: social movements; struggle; landless; education; ITERRA.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>A HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO SEM TERRA.....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>A EDUCAÇÃO NO MST.....</b>	<b>42</b>
3.1	PEDAGOGIA SOCIALISTA.....	43
3.1.1	Pistrak.....	43
3.1.2	Makarenko.....	45
3.1.3	Paulo Freire.....	46
3.1.4	Educação popular.....	49
3.1.5	A experiência pedagógica do ITERRA.....	49
3.1.6	Pedagogia da Alternância.....	52
3.1.7	Educação no MST.....	52
3.1.8	A História do ITERRA.....	54
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA TURMA DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DO ITERRA.....</b>	<b>56</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>
	REFERÊNCIAS.....	99
	ANEXO A – PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS.....	102

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura analisar a experiência pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), situado na cidade de Viamão-RS, que atende estudantes oriundos dos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e que se deslocam até o instituto a fim de realizarem a sua formação nesse lugar, tendo em vista que o ITERRA apresenta uma proposta formativa que se aproxima dos interesses dos militantes do movimento.

Com o objetivo de compreender como funciona o Instituto, analisaremos algumas características da organização pedagógica do ITERRA.

Para cumprir o objetivo da pesquisa, utilizamos a coleta de dados através da aplicação de uma entrevista com os estudantes que estão concluindo sua formação no Curso de Licenciatura em História no ITERRA. O objetivo das entrevistas é coletar dados, informações e ideias que venham a fundamentar a escrita dos resultados desta pesquisa e pensando principalmente no uso do método da alternância. As perguntas das entrevistas estão no Anexo A deste trabalho. Esta pesquisa tem como metodologia a pesquisa de campo, onde o pesquisador, através da delimitação do tema, entrará em contato com os participantes, considerando o espaço físico, as relações entre os participantes da pesquisa e os contextos onde os mesmos vivem. A pesquisa de campo requer uma interação entre os pesquisados e o pesquisador. A metodologia se dará com a análise documental e a realização de entrevistas, seguida pela análise das mesmas.

A presente pesquisa classifica-se como qualitativa, na qual é possível observar de forma mais clara como se dá a relação aluno/instituição. Através da pesquisa qualitativa o aluno pode fornecer dados importantes, como: motivos, crenças, significados, valores e atitudes que auxiliarão na construção da pesquisa com o intuito de pensar a prática educativa do ITERRA. Por fim, os dados obtidos serão analisados em conjunto com a literatura consolidada sobre o tema. A construção da pesquisa ocorreu nos seguintes passos:

- a) revisão bibliográfica acerca das pesquisas sobre o tema;
- b) análise dos documentos e leis que tratam o ensino brasileiro, e, neste caso em específico, as que tratam da educação do campo e principalmente da

legislação educacional destinada às escolas dos acampamentos e assentamentos do MST;

- c) realização de entrevistas, onde, por meio de uma pesquisa qualitativa, serão obtidas informações importantes para o desenvolvimento da mesma, para a elaboração do diagnóstico e para, em seguida, ver as possibilidades de se usar o método formativo da Pedagogia da Alternância, adotado pelo ITERRA, em outras escolas e instituições.

A pesquisa qualitativa é usada em grande parte para o desenvolvimento da pesquisa social. Uma característica da pesquisa qualitativa é o fato da mesma não fazer uso de grande quantidade de números ou de uma base de dados numérica usada para cálculos estatísticos. Sua possibilidade é mais ampla e com isso esse método de pesquisa oferece maiores descrições do objeto a ser pesquisado. Esse método parte do pressuposto de se aproximar do que será pesquisado, compreendendo a perspectiva dos seus envolvidos, analisando o discurso e dele extraindo o máximo de informações possíveis na tentativa de compreender o que se está estudando (MARTINS, 2004).

É interessante que a pesquisa qualitativa seja realizada *in loco*, analisando e interpretando os fenômenos de forma empírica, analisando os fenômenos que ocorrem com o foco da pesquisa dentro de um espaço de tempo, que é determinado pelo pesquisador.

A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva (MARTINS, 2004).

Segundo Günther (2006), a pesquisa qualitativa e a coleta de dados qualitativos agregam os registros de comportamento, bem como o uso de documentos, diários, filmes, gravações, fotografias, desenhos, entrevistas, relatos e outras manifestações que possam ser consideradas. Ela se realiza no ambiente natural onde acontecem os fatos a serem observados, investigados e descritos. O contexto tem grande importância na construção de uma pesquisa, pois ele contribui na explicação de muitos fenômenos que ocorrem. Para diferenciar ou comparar a pesquisa quantitativa e a qualitativa, é necessário considerar: as características da pesquisa, como o pesquisador se comporta, como se dá a coleta de dados, se é considerado um estudo de caso, como os sujeitos participam da pesquisa e quais são os usos e a aplicabilidade da mesma.

Minayo (2016) trata da pesquisa qualitativa como capaz de resolver questões particulares, com um universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes que fazem parte de uma realidade social onde o ser humano é diferente dos demais não só pelo modo de agir, mas também pelo modo de pensar e interpretar suas ações dentro da realidade onde vive e a partir dela. Dessa forma, a possibilidade de compreender o universo, o mundo das relações, da representatividade e de intencionalidade se enquadram em uma pesquisa qualitativa, que não pode ser resumida em números e indicadores quantitativos.

Quanto a esta pesquisa, ela ocorreu a partir da análise bibliográfica. O acesso ao material bibliográfico usado em trabalhos acadêmicos e científicos se dá em acervos de bibliotecas, livrarias, ou até mesmo em sites, revistas e outros espaços virtuais de consulta. Também é possível consultar a base de dados e os periódicos de diversas universidades brasileiras ou estrangeiras (MINAYO, 2016).

Neste trabalho a pesquisa bibliográfica tem o papel de reforçar e de embasar a importância desta pesquisa e a sua abordagem. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica ficará na parte inicial, como uma forma de familiarizar o leitor com o assunto abordado no presente trabalho acadêmico. Neste estudo, por sua vez, será feita uma pesquisa documental através do uso de documentos, como: Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em História-Licenciatura e um documento governamental. Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA). Esses documentos são considerados materiais oficiais que norteiam a organização do ensino no ITERRA.

O Projeto Político do Curso (PPC) de Graduação em História – Licenciatura (ITERRA) norteia o funcionamento do mesmo, apresenta a organização do curso de forma específica, bem como os objetivos do mesmo.

O PRONERA é um programa pensado e criado para atender as demandas dos estudantes do meio rural, assentados e que desejam acessar o ensino superior. O decreto prevê que haja oferta de vagas para esse público, escolas voltadas a atender a demanda do campo, respeito à diversidade, bem como a oferta de educação infantil, básica, profissional e superior. Também está previsto nessa lei a alocação de recursos para executar o que está previsto na lei.

Sendo assim, esses dois documentos fazem parte do desenvolvimento dessa pesquisa e perfazem a fundamentação teórica da mesma. As ideias pedagógicas, bem como a forma de organizar o instituto, estão contidos no PPC do curso.

Para essa pesquisa em desenvolvimento, serão utilizadas como base teórica as obras da autoria de Paulo Freire, justamente pela proximidade das suas ideias com a proposta pedagógica do ITERRA. A ideia desta pesquisa é pensar no método da Pedagogia da Alternância e nas suas contribuições com a formação da classe trabalhadora. Desse modo, a Educação Popular, tema amplamente pesquisado por Paulo Freire, que serviu como uma das referências da constituição das concepções educativas do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária-ITERRA, também será parte integrante da base teórica desta pesquisa.

Ao escrever sobre Educação, Paulo Freire olha para o povo que foi excluído dos bancos escolares, que teve o direito à Educação renegado e, a partir daí, Freire começa a pensar numa Educação menos excludente, numa Educação que atenda as necessidades do povo, que dialogue e que dê espaço à formação humanizada e digna.

Parte desse povo, que apresentamos como excluído, pertence a um grupo chamado “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)”.

Por ter uma história de vida sempre ligada ao campo, desde a graduação, ainda na escrita do TCC sobre o cooperativismo no Alto Uruguai, com o passar do tempo e após a experiência vivenciada no ITERRA, pensei na possibilidade de estudar a Pedagogia dentro do movimento.

O estudo desse tema se dá em função de algumas reflexões sobre a história da educação brasileira e da sua relação com os movimentos sociais.

Este estudo se propõe a fazer uma análise da experiência dos estudantes do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária-ITERRA, observando, especialmente, os estudantes do curso de Licenciatura em História, que estão concluindo a sua formação. O curso é ofertado pelo instituto em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul UFFS, que desenvolve seu trabalho atuando na formação dos alunos, vindos de vários lugares do Brasil, oriundos dos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que buscam uma instrução que dialogue com a sua realidade.

Essa pesquisa se subdivide em três capítulos, os quais pretendem dar conta do conteúdo deste trabalho, além da parte introdutória que apresenta o tema do mesmo, seus objetivos, metodologia, referencial teórico, relevância acadêmica e social, etc.

O primeiro capítulo tratará da história do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, bem como da sua origem dentro do contexto histórico brasileiro, sua consolidação enquanto um dos maiores movimentos sociais da atualidade e do seu reconhecimento nacional e internacional.

Já o segundo capítulo pretende apresentar como a educação tem espaço dentro do MST, através da Pedagogia do MST, considerando, nesse caso em específico, a formação oferecida pelo ITERRA, que tem entre suas bases teóricas a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância.

A Pedagogia da Alternância não é uma proposta pedagógica elaborada nos centros acadêmicos, nem consequência de observações e experiências realizadas em seguida, sistematizadas e aplicadas; é uma experiência que vai se constituindo. É um projeto educativo que visa à formação integral e à qualificação profissional dos seus alunos, num contexto. (MARTINS, 2019, p. 43).

Já o terceiro capítulo será destinado a escrita dos resultados obtidos a partir dos questionários aplicados, ou seja, para o diagnóstico e apresentação do produto.

## 2 A HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO SEM TERRA

O contexto histórico que serve de cenário para aquilo que se tornaria o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem início ainda na invasão do território brasileiro por parte dos europeus que vinham até a América a fim explorar metais preciosos como ouro e prata, além das pedras preciosas que foram extraídas do continente americano. Esse movimento marcava o início da exploração que perduraria por anos. Os “conquistadores”, ao saírem da Europa, buscavam um lugar que eles imaginavam havia muito tempo e que chamavam de “Novo Mundo.” Há teorias divergentes sobre esse movimento de saída para além da Europa. Alguns dizem que o território americano era totalmente desconhecido pelos europeus. Já outras teorias defendem que eles já sabiam da existência de outros territórios além do continente europeu. “Em 1492, quando a bota espanhola, enterrou-se pela primeira vez nas Bahamas, o almirante acreditou que essas ilhas eram as sentinelas avançadas do Japão” (GALEANO, 2017, p. 29).

A questão agrária no Brasil tem sua origem ligada ao processo de ocupação do território brasileiro, que se deu quando a expedição de Portugal tentava chegar às Índias, a fim de conseguirem encontrar as especiarias que tanto desejavam.

A chegada dos portugueses no território brasileiro foi marcada pelo primeiro contato com os indígenas. Nesse encontro ficou evidente o choque entre culturas distintas. Ao chegarem no território brasileiro, os portugueses se depararam com um contexto com o qual não estavam acostumados e pensaram nas possibilidades de explorar o território brasileiro, retirando dele produtos que pudessem ser comercializados na Europa. Para realizar esse objetivo, fizeram uso da exploração da mão de obra escravizada dos indígenas, assim como de práticas de comercialização e trocas comerciais, onde se trocavam produtos por mão de obra. Já os indígenas trabalhavam na perspectiva de uma agricultura de subsistência e na ideia de comunidade.

A ideia eurocêntrica que veio junto com os colonizadores fazia com que aqueles que viviam na América Latina pensassem que seus costumes eram inferiores aos costumes vivenciados na Europa. Dessa forma, ficava fácil manipular as minorias e fazê-las acreditar no que os europeus tentam lhes impor.

A colonização europeia se deu em grande parte no interior do Brasil, no meio rural e não nas grandes cidades.

A força motriz da transformação política e social na América Latina não se concentrou nas cidades, no proletariado urbano, mas na área rural com o camponês, o trabalhador rural e o sem-terra, que foram atingidos pelas transformações capitalistas. (SILVA, 2004, p. 6).

O uso dos metais por parte dos colonizadores europeus foi tão intenso que, segundo Galeano (2017, p. 40), “[...] até as ferraduras dos cavalos eram de prata. De prata eram os altares das igrejas e as asas dos querubins nas procissões [...]”. A exploração do ouro no território brasileiro deixou o país bastante debilitado. O povo foi ainda mais condenado à pobreza, pois os recursos foram esgotados. Onde hoje é o estado de Minas Gerais a terra se tornou ainda mais pobre, pois os metais preciosos e as pedras dali extraídas deixaram a terra dilacerada.

Quando chegaram no Brasil, os portugueses trataram logo de início de explorar as terras brasileiras e para isso usaram de todos os meios de dominação que foram possíveis, tentando, inclusive, “comprar” os indígenas. Para tal, procuravam atrair os mesmos com objetos diferentes: facas, ferramentas e espelhos. Além disso, em algumas situações, faziam uso de violência, provocando conflitos, guerras internas, sem contar os casos de estupro e a dizimação de indígenas explorados pelos colonizadores que tentavam se apropriar da terra através do uso da força.

A partir de 1532, a colonização portuguesa do Brasil, do mesmo modo que a inglesa da América do Norte e ao contrário da espanhola e da francesa nas duas Américas, caracteriza-se pelo domínio quase exclusivo da família rural ou semi-rural. (FREYRE, 2006, p. 81).

De acordo com o historiador Boris Fausto, um fato que marcou bastante esse período foi a extração do Pau Brasil, que era uma árvore de tronco com cor avermelhada e seu pigmento era usado para tingir roupas e tecidos nobres.

Nesses anos iniciais, entre 1500 e 1535, a principal atividade econômica foi a extração do pau-brasil, obtido principalmente mediante troca com os índios. As árvores não cresciam juntas em grandes áreas, mas se encontravam dispersas. À medida que a madeira foi se esgotando no litoral, os europeus passaram a recorrer aos índios para obtê-la. O trabalho coletivo, especialmente a derrubada de árvores, era uma tarefa comum na sociedade tupinambá. Assim, o corte do pau-brasil podia integrar-se com relativa facilidade aos padrões tradicionais da vida indígena. Os índios forneciam a madeira e, em menor escala, farinha de mandioca, trocadas por peças de tecido, facas, canivetes e quinquilharias. (FAUSTO, 2015, p. 17).

A posse da terra por parte dos colonizadores significava ter de volta uma situação de vida na qual eles viviam na Europa, e que desejavam viver aqui no Brasil, através da ocupação das grandes extensões de terra. Há de se dizer que, com a imposição dos colonizadores sobre os camponeses, onde os primeiros passaram a usar a terra a seu modo e excluindo o povo do campo, acabou se criando uma situação de empobrecimento, onde as pessoas saíam de suas terras, se transformando em vítimas do capitalismo em sua forma mais opressora.

Os recém-chegados ao continente americano tinham formas cruéis de dominação, a começar pelo potencial de ataque dos portugueses contra a defesa dos indígenas. Os portugueses faziam uso de armas de fogo e os indígenas tinham arco e flecha, o que era bem mais modesto, facilitando a dominação portuguesa.

O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa certa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma, em suma, que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos. Os lucros que proporcionou de início, o esforço de plantar a cana e fabricar o açúcar para mercados europeus, compensavam abundantemente esse esforço - efetuado, de resto, com as mãos e os pés dos negros -, mas era preciso que fosse muito simplificado, restringindo-se ao estrito necessário às diferentes operações. (HOLANDA, 2017, p. 56-57).

Antes de mais nada, torna-se necessário retomar como se deram as apropriações de terra no Brasil. Inicialmente eram feitas por meio das Capitânicas Hereditárias, onde a coroa facilitava o acesso à terra a quem lhe interessava. Ou seja, a quem fosse de sua confiança. Com isso ficava ainda mais fácil garantir o domínio português, que foi garantido graças às lutas travadas entre os portugueses e os indígenas, quando os primeiros acabaram vendendo, pois tinham mais condições de dominar os indígenas que aqui viviam.

A partir das Capitânicas Hereditárias, dá-se início a divisão de terras em partes menores, as chamadas sesmarias, que era um pedaço de terra cedido a partir de uma subdivisão, que tinham como objetivo contribuir com o domínio dos portugueses no território brasileiro. Desse modo, cresce o monopólio das terras brasileiras que são cada vez mais dominadas pelos colonizadores.

O monopólio nada mais é do que uma empresa, um negócio ou uma terra que são pertencentes a um único proprietário, fruto das ideias capitalistas, onde a terra, que deveria ser acessível a todos, se torna posse e pode ser comercializada por quem ela possui. O capitalismo consegue mobilizar forças favoráveis a uma lógica

de acumulação que incorpora a comercialização da terra quase como uma atividade econômica.

Conforme Martins (2021), o capitalismo cria as condições ideais e necessárias para a sua expansão, incorporando outras áreas a serem exploradas, como por exemplo a produção de mercadorias.

De acordo com Linhares e Silva (2021, p. 89) a ocupação e o uso da terra serviram de caminho para a formação do monopólio, que não visava somente o lucro, mas também um lugar social, e como um meio de dominar de forma eficiente uma determinada região, obtendo influência e poder.

A terra se consolidou como uma possibilidade de investimento para os homens ricos que almejavam o poder por meio da aquisição de terras. Desse modo, investir em terras é uma possibilidade alocar recursos financeiros de forma segura e garantir o domínio territorial de uma região a fim de evitar que se instalassem outros novos sujeitos que pudessem competir com os antigos usuários da terra que originalmente já estavam instalados ali. Aqui vale destacar que até 1850 não haviam pessoas com a posse da terra, pois isso só se deu com a Lei de Terras, como veremos mais adiante.

Também interessava ao fazendeiro, dono de determinada região, a hegemonia comercial que seria garantida caso ele comprasse um determinado espaço, pois desse modo ele poderia vender o que era produzido sem se preocupar com os possíveis concorrentes que se instalaram na região.

Muitas dessas famílias acabaram por influenciar na política brasileira, e desse modo conseguiram muitas facilidades para explorar as grandes extensões de terra que até então pertenciam aos indígenas, e estes por sua vez acabaram perdendo a posse de suas terras para os europeus, que acabaram obrigando os indígenas a trabalhar para os colonizadores, impedindo que estes seguissem livres.

Segundo Linhares e Silva (2021, p. 102), a escravidão indígena foi executada pelas missões organizadas pelas igrejas e pelos colégios que se usavam de sua força de trabalho. Com a redução dos povos indígenas, abre-se espaço para a escravidão africana.

As terras brasileiras foram exploradas a fim de conseguir mercadorias que pudessem ser facilmente comercializadas, gerando grandes lucros para a coroa portuguesa. Por ser uma terra bastante fértil, a economia se dava, inclusive, por meio do plantio da cana de açúcar e do café através do uso da mão de obra

escrava: “Durante os quatro séculos do período colonial-escravocrata, a sociedade brasileira ficou engessada pelo modelo agroexportador colonial. Todo desenvolvimento foi retardado. Fomos o último país a abolir a escravidão (1888) [...]” (STÉDILE, 2012, p. 12).

O modo de exploração adotado pelos primeiros colonizadores, com tamanha vontade de fazer uso da terra, pode ser comparado com a exploração da prata e do ouro que foram levados à Europa. Fato é que os colonizadores portugueses viram no Brasil uma possibilidade de monopolizar e fazer uso da terra em grande escala, tornando o país europeu dono de grande parte do território brasileiro. Esse processo foi profundamente marcado pela escravização dos povos indígenas e pela consequente dizimação dos povos originários, que acabaram sendo substituídos pelos negros que, vindos da África, se tornaram escravos.

Nesse contexto, destaca-se a produção de açúcar e borracha, embora o café fosse o produto de destaque na agricultura nacional e que inclusive definiu alguns caminhos que a sociedade brasileira tomou. Se olharmos para a história do Brasil, é possível ver como a presença de mão de obra escravizada foi marcante na construção da história brasileira. Após muitos anos de trabalho escravo, em 1850, extingue-se o tráfico negreiro, e alguns anos depois é decretada a abolição da escravatura, no ano de 1888. Com o movimento de abolição da escravatura, os negros escravizados acabaram sem ter para onde ir e, nesse processo, acabaram por procurar alternativas para sua sobrevivência. As fazendas de café dependiam de uma mão de obra que atendesse as demandas dos trabalhadores nos períodos da colheita do café.

A economia brasileira, logo no início da expansão portuguesa, tinha como principal produto o açúcar. Para dar conta das lavouras, era necessário um bom número de trabalhadores que pudessem preparar a terra e cultivá-la. Desse modo era importante ter à disposição uma mão de obra bastante eficiente.

O açúcar era considerado o produto mais importante da economia no período e a sua produção era de nível mundial. Também no Brasil se situava o maior comércio de escravos. O uso das terras foi favorecendo os holandeses.

No período colonial, o Brasil atendia as necessidades do mercado exterior e por ele era financiado. Esse movimento construiu o caminho para a criação de latifúndios, condenando a América Latina à exploração, à dizimação dos povos

indígenas e às escravidões indígena e africana. A manutenção desse movimento ajudou a criar, alimentar e a manter a pobreza e a marginalização que temos hoje.

Os latifúndios nascem com força, influenciados pelos movimentos de expansão das ideias colonialistas e que se reforçam com a lei de terras de 1850. Alimentou-se a ideia de explorar a mão de obra pagando-se muito pouco e levando muitos trabalhadores a migrarem a fim de buscar outras terras para trabalhar. A ideia de exploração foi crescendo e se reforçando ao passo que o território brasileiro era ocupado pelo projeto de país implementado pelos colonizadores portugueses e sustentado pela lei de terras de 1850, que facilitou o acesso à terra a quem tinha mais condições de comprá-la. Desconsiderando, nesse contexto, os povos originários do território brasileiro que aqui viviam antes mesmo da chegada dos portugueses. Essa lei veio ao encontro da ideia de regulamentar o uso da terra no Brasil, e que acabou por excluir desse processo os povos originários, ou seja, os seus primeiros ocupantes (MARTINS, 2021).

Quando esses trabalhadores, excluídos, passam a se movimentar, a se organizar, surgem os movimentos camponeses, que são compostos pelos povos originários da chamada “Lei de Terras de 1850”. Essa lei veio ao encontro da ideia de regulamentar o uso da terra no Brasil, e que acabou por excluir desse processo os povos originários, ou seja, os seus primeiros ocupantes (MARTINS, 2021).

Em 1850 é criada a chamada Lei de Terras, que facilitou e tornou legal a apropriação das terras, e que excluía desse processo os povos originários que ocupavam o território (os camponeses e os indígenas). Para se ter acesso à terra, é adotada como forma de acesso a compra, o que facilita a formação do latifúndio. As terras, que até então eram de uso coletivo, se tornam espaço de um único proprietário, que, de acordo com a legislação da época, faz o seu registro e dela toma posse. As grandes propriedades se tornam latifúndios, gerando grandes lucros aos seus proprietários.

A Lei de Terras foi um marco na tentativa de organizar a ocupação de terras no Brasil, porém não foi a solução do problema, haja vista que, antes disso, já haviam conflitos bastante acentuados na luta pela terra no Brasil. Essa lei, embora não fosse respeitada pelos donos de terras, teve um papel importante ao movimentar a luta pela terra no Brasil, pois foi a responsável por tentar organizar as propriedades de terra no país, o que infelizmente não funcionou em sua totalidade, pois, antes mesmo da Lei de Terras entrar em vigor, já haviam sido feitas as

primeiras divisões de terra e que, em grande parte, desfavorecem o povo pobre do campo. Nesse sentido, ocorre que essa população passou a disputar entre si os pedaços de terra, ou seja, tornou-se uma luta entre pessoas de uma mesma condição econômica e social.

Nesse período, desenvolve-se uma contradição. De um lado, cria-se a lei que proíbe o tráfico de escravos e, de outro, criam-se mecanismos que dificultam o acesso à terra.

A chamada herança colonial, antes de ser o produto de 500 anos de arcaísmo e atraso, como querem alguns, mostra-se claramente como fruto de um processo perverso de modernização, que reatualiza velhas estruturas, dando-lhes novo vigor. (LINHARES; SILVA, 2021, p. 110).

Com o processo de abolição da escravatura avançando cada vez mais, os escravizados migram das fazendas de café e acabam deixando abertos postos de trabalho, que passam a ser ocupados por imigrantes europeus que vinham até o Brasil à procura de trabalho e de novas condições de vida. Com o fim do trabalho escravo, também perde força o trabalho forçado executado pelos imigrantes europeus, que por sua vez são forçados a se sujeitar ao ritmo de trabalho imposto pelos donos das fazendas de café.

Após a abolição da escravatura, os escravos foram abandonados à própria sorte e, além do mais, acabavam competindo com outros trabalhadores imigrantes estrangeiros que vinham em direção ao Brasil para atuarem nas fazendas de café, por exemplo, em substituição aos negros escravizados.

Conforme Martins (2021), a abolição da escravatura assinala uma mudança nas relações de trabalho. O trabalhador escravo cedia à vontade do senhor. Já o trabalhador livre (imigrante) aceita a exploração do trabalho e do capital a fim de garantir a sua subsistência.

Essa situação fez com que os negros, que eram a mão de obra que fazia o serviço nas fazendas, migrassem para o meio urbano a fim de conseguirem algum lugar para viver e trabalhar. Em meio a esse movimento migratório, esses grupos de libertos que, a princípio, não tinham para onde ir, acabaram se organizando nas cidades, construindo suas casas e formando novas comunidades para viver e, desse modo, surgem as favelas.

O negro torna-se vítima da violência mais covarde. Tendo sido animalizado como “tração muscular” em serviços pesados e estigmatizado como trabalhador manual desqualificado - que mesmo os brancos pobres evitavam -, é exigido dele agora que se torne trabalhador orgulhoso de seu trabalho. (SOUZA, 2017, p. 77).

Agora liberto, o escravo passa a buscar por condições de trabalho, e conseqüentemente passa a competir com os imigrantes europeus, que também lutavam por condições de trabalho para se sustentarem e garantir o sustento de suas famílias. Os donos das fazendas de café foram os grandes beneficiados de todo esse processo, pois os mesmos perceberam que podiam fazer escolhas, entre ter em suas fazendas os negros ou os imigrantes.

Havia a necessidade de se criar postos de trabalho, de emprego para os alforriados que saíam das fazendas de café e que precisavam de um caminho para construir sua vida. Há que se considerar que, após a abolição da escravatura, os escravos foram simplesmente liberados das fazendas onde trabalhavam, tendo que “andar com as próprias pernas” e começar a vida em outra realidade sem nenhum recurso ou ajuda.

Neste contexto de chegada dos imigrantes às terras brasileiras, havia um receio de que os negros e os brancos entrassem em conflito na luta por postos de trabalho, já que a imigração poderia gerar problemas sociais com a falta de trabalho, pois os imigrantes passariam a ocupar os postos de trabalho que antes estavam ocupados por negros e escravizados.

Após a saída dos negros libertos e com a chegada dos imigrantes, tem início o regime de colonato. No regime de colonato não havia um salário fixo, mas sim pequenos ganhos que o imigrante tinha, mas que nem sempre dava conta das necessidades do trabalhador.

O processo de exclusão do povo do campo está diretamente associado à construção histórica apresentada até aqui. A limitação do acesso à terra começa com a chegada e o domínio dos portugueses, passa pela escravidão tanto do indígena quanto dos negros africanos que, mesmo depois de terem sido libertados, se tornaram escravos da condição de vida em que se encontravam: sem trabalho e sem ter para onde ir após a abolição, pois haviam conquistado sua liberdade, sua alforria, mas não conseguiam um lugar para trabalhar, para morar e, além disso, precisavam competir com os imigrantes europeus que chegavam à América em busca de trabalho e de melhores condições de vida. A legalização do apossamento

das terras por parte daqueles que tiveram seu acesso facilitado, acompanhado pela opressão dos grandes proprietários em relação ao povo pobre do campo e, além disso, a grande industrialização e mecanização da agricultura contribuíram com esse processo.

Mas tocamos aqui num ponto essencial e fundamental da questão agrária no Brasil, e que os elaboradores do projeto, ao que parece, esqueceram completamente, a saber, o alto preço relativo da terra em confronto com a pobreza, para não dizer miséria, da população trabalhadora rural brasileira. (PRADO JR., 2014, p. 394-395).

Os títulos de terras foram cedidos pelos portugueses aos tenentes colonizadores, que receberam os lotes e delas passaram a fazer uso, servindo ao mercado externo. Essa tomada de decisão promoveu a concentração de terras nas mãos de poucos, resultando nas relações sociais de exploração.

As manifestações sociais na América Latina se iniciaram quando os europeus chegaram no continente americano, e mudaram o modo de organização econômica e social, afetando inclusive os povos originários do continente.

Com o tempo, o capitalismo industrial também adentra o continente americano, visando a expansão das ideias vindas do continente europeu.

Os camponeses passam por uma situação em que acabam empobrecendo, onde são excluídos de suas terras, subordinados às ideias capitalistas. Nesse contexto, não há espaço para o diálogo entre excluídos e opressores.

Para os portugueses, o importante era colonizar e ocupar o novo território. Desse modo, Dom João III cria as capitanias hereditárias.

O Brasil foi dividido em quinze quinhões, por uma série de linhas paralelas ao Equador que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, sendo os quinhões entregues aos chamados capitães-donatários. Eles construíram um grupo diversificado em que havia gente da pequena nobreza, burocratas e comerciantes, tendo em comum suas ligações com a Coroa. (FAUSTO, 2015, p. 18).

Para se tornar um donatário era importante receber uma doação de terras por parte da coroa, não se tornando proprietário dela, mas sim tendo a sua posse. As modificações no uso da terra eram feitas pelo rei. No uso da terra por meio da posse, era permitido fazer algumas modificações, como: criar um engenho de açúcar, moinho, depositar sal, etc. Porém, para tal era importante pagar a Coroa os

devidos tributos que garantiam o uso da terra. A exploração do pau-brasil, de metais preciosos e a pesca eram feitas pelos capitães-donatários.

A criação das sesmarias deu base para o surgimento dos latifúndios. A sesmaria era uma área de terra que, ainda que fosse concedida a um sesmeiro para que dela fizesse uso, a posse permanecia com a coroa. O sesmeiro, por sua vez, tinha a obrigação de cultivá-la, e dentro de um prazo de cinco anos pagar a terra para a Coroa. Os pagamentos das terras por parte dos sesmeiros nem sempre foram cumpridos, e isso fez com que se criassem uma série de problemas e situações onde alguns tiveram privilégios na aquisição dessas terras e outros acabaram ficando sem elas.

A chamada Lei de Terras, de 1850, no Brasil é um bom exemplo do uso de uma legislação modernizante e reformista para a expropriação dos camponeses e indígenas. Em várias regiões de ocupação antiga, sob formas de uso tradicional da terra, o governo imperial do Rio de Janeiro faz exigências de apresentação de títulos e estabelece a compra como única forma de acesso legal à terra. (LINHARES; SILVA, 2021, p. 106).

Toda essa construção histórica fez com que o modo de organização latifundiária predominasse durante o processo de divisão de terras. O latifúndio se caracteriza por ser um grande lote de terra, de propriedade de um único dono, que geralmente faz uso dela de forma bastante intensa, produzindo um único tipo de produto, grão, alimento, etc. Porém, essas ideias, onde se criava e se reforçava a criação dos latifúndios, encontraram resistência por parte dos grupos que representavam as minorias, excluídas do processo de divisão de terras e que lutavam para sobreviver com o pouco que lhe restava.

Esse primeiro movimento garantia o direito à terra de uns e tirava o direito à terra de outros, pois esse processo de distribuir as terras deixou de lado os povos originários do Brasil. Nesse grupo, encontramos indígenas, quilombolas, camponeses e demais grupos que se encontravam em uma situação em que estavam sem terra para viver, produzir e dela tirar seu sustento.

Ao longo do século 20, foi preciso que o campesinato se consolidasse como classe social e o proletariado rural se proliferasse enquanto um contingente social expressivo para que suas demandas aparecessem elaboradas em forma de teses políticas, nos programas das mais diferentes forças sociais e políticas. (STÉDILE, 2012, p. 13).

A disparidade dessa divisão ficou evidente no momento em que as terras eram vendidas, pois geralmente quem tinha condições de pagar por elas eram os brancos, vindos da Europa, que pagavam altos valores por elas e assim se tornavam donos das mesmas. Do outro lado estão os posseiros, que não eram os proprietários legais da terra, mas que faziam uso dela para plantar algumas coisas que pudessem garantir a sua sobrevivência. Geralmente essas terras eram consideradas improdutivas. Os processos de exclusão foram se propagando por muitos anos, atravessando décadas, sendo um dos responsáveis pelo surgimento de grupos, comunidades e coletivos formados por pessoas que estavam às margens da sociedade, lutando contra as barbáries dos grandes proprietários de terra, num movimento que buscava junto ao governo as condições mínimas de acessar a terra.

Outra parcela da população rural que com a primeira referida constituía grande maioria que habita o campo, não dispõe de terra própria alguma, nem de recursos e possibilidades para ocupar e explorar terras alheias a título de arrendatário autônomo. Vê-se assim obrigada a buscar emprego em serviço alheio. (PRADO JR., 2014, p. 293).

Os conflitos envolvendo as disputas por terras são uma característica do processo de ocupação da América Latina, não sendo exclusiva da colonização brasileira. A ocupação das terras foi marcada pelo uso da força e pela ganância dos colonizadores que aqui chegaram a fim de explorar as terras existentes. A ideia era tornar o território brasileiro um lugar de enriquecimento através da exploração da terra por meio da mão de obra escrava.

Como podemos observar até aqui, os movimentos de dominação e de conflitos que envolviam questões territoriais têm origens bastante antigas se observarmos a história da sociedade brasileira. Desse modo, os camponeses aprenderam a se organizar e defender o que era do seu interesse. O berço das organizações contra o sistema latifundiário tem raízes nos primeiros conflitos dos indígenas contra os colonizadores, que se mostravam insatisfeitos com tal situação e ensaiaram os primeiros passos na luta pela terra. Essa luta foi protagonizada por líderes indígenas e quilombolas que deram base para as primeiras experiências das conhecidas Ligas Camponesas e dos Movimentos dos Agricultores Sem Terra, que primeiro ensaiaram uma organização que tinha como bandeira garantir o direito do acesso à terra e da conquista de uma sociedade melhor, mais humana e solidária.

As lutas que se desencadearam envolveram tanto o povo do campo quanto o povo da cidade, e tinham objetivos diferentes, mas que pensavam em formas de libertar o povo oprimido das situações de sofrimento que ele enfrentava. Conforme Gohn (2012):

Assim, podemos sistematizar as seguintes categorias de problemáticas no século XIX:

- 1 – Lutas em torno da questão da escravidão.
- 2 – Lutas em torno da questão das cobranças do fisco.
- 3 – Lutas de pequenos camponeses.
- 4 – Lutas contra Legislações e Atos do Poder Público.
- 5 – Lutas pela mudança do regime político (pela República ou pela restauração da Monarquia).
- 6 – Lutas entre categorias socioeconômicas (comerciantes brasileiros x comerciantes portugueses).

Muitas das lutas sociais que tiveram início ainda no período colonial foram originadas com o movimento de independência, no processo em que o Brasil desejava se tornar independente de Portugal. A independência foi liderada pelo príncipe herdeiro de uma monarquia fracassada, mas que era apoiada pela elite agrária do Brasil.

O latifúndio nada mais é do que as ideias capitalistas adentrando o meio agrário, endossado pelas ideias políticas e conservadoras da época. O latifúndio se caracteriza por ser uma grande extensão de terra, como já mencionado, geralmente pertencente a um único proprietário, que, em alguns casos, faz uso de mão de obra precarizada para o cultivo da terra na produção de alimentos para o mercado exportador. A desapropriação se dava por meio jurídico, através de uma intervenção, preservando o direito do proprietário da terra. Portanto, mesmo que a terra fosse desapropriada quando acabava o direito do proprietário de usufruir dela, ele era indenizado de acordo com o valor da terra em questão, de modo que a indenização não gerava danos ao dono da terra, que por sua vez recebia o valor da propriedade dentro dos prazos e de acordo com os valores de mercado.

Olhando para a história do Brasil, começamos pelo período colonial, que, como o próprio nome já diz, significa que o território brasileiro é colônia de exploração dos portugueses. No império não houve mudanças significativas e permaneceram os mesmos costumes; buscou-se a manutenção dos interesses coloniais, deixando grande parcela da população afastada da participação social. A população não podia participar nem opinar, ficando alienada, para que a elite da

época pudesse administrar o país de acordo com seus interesses. No período republicano, o país era governado por coronéis, que dominavam a população através do voto de cabresto. Após os anos de coronelismo no Brasil e com Vargas no governo, o Brasil não rompe com as ideias favoráveis ao conservadorismo e reforça a manutenção do grande latifúndio.

Também na década de 1920 a indústria brasileira passa por alguns investimentos maiores e, sendo assim, chegam ao Brasil algumas das grandes empresas do setor. A demanda por esses trabalhadores fez com que o povo do campo migrasse para as cidades em busca de empregos nos grandes centros.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, a atividade industrial no Brasil se desenvolveu rapidamente, e isso atraiu muitos dos que viviam no interior do Brasil a migrar para as cidades em busca de empregos nas empresas. Isso se deu porque, em algumas realidades, se tornou difícil permanecer no campo, em função da concentração de terras na mão de poucos. A criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) no governo Vargas, que, em tese, garantia alguns direitos trabalhistas, torna a cidade um lugar mais atrativo do que o meio rural.

Com a revolução de 1930, os grupos que detinham o poder na época deixam de ser uma hegemonia, especialmente as elites agrárias da época. A literatura mostra os anos de 1930 como um momento importante na organização dos trabalhadores, pois durante o Estado Novo criaram-se as leis trabalhistas (CLT). O governo de Getúlio Vargas não deu muita atenção aos trabalhadores rurais, pois ele não poderia se indispor com quem havia levado ele ao poder. A indústria nacional cresce nesse período, principalmente para atender a demanda interna por aço para as indústrias brasileiras. Já o setor agrícola, que estava em crise, não crescia desde 1929. A venda externa da produção agrícola não avançava, mas a demanda interna por alimentos era grande.

Na década de 1940 foram expedidos decretos que tratavam de reformas na organização agrária do país. A união passou a controlar melhor as terras públicas, de modo que as oligarquias locais não tinham mais o grande domínio das terras que havia pertencido a esse grupo durante a República Velha.

No Estado Novo se intensificam as atividades que repensam o processo de colonização, em que são pensadas as possibilidades de se construir escolas. Mesmo com essas atitudes, a expropriação não acontece e o latifúndio permanece

sendo uma marca da situação agrária do país. O governo Vargas incentiva a migração para outras regiões, principalmente para a região central do país, a fim de explorar o território nacional. Vargas cria estratégias para controlar a elite agrária, controlando o latifúndio e incentivando a agricultura familiar, mas sem realizar uma Reforma Agrária. No ano de 1944, o governo, por meio do decreto 6.569, determina a exibição dos títulos das terras, contrariando os grandes proprietários que se consideravam os donos de tudo. Em 1945, Vargas passa a trabalhar na implementação da seguridade social do campo, que garantia direitos aos trabalhadores do campo, inclusive contra acidentes de trabalho. Infelizmente, muitos desses projetos não resistiram e as terras até então protegidas acabaram retornando aos grandes proprietários, que expulsaram os pequenos camponeses.

A crise de 1929, assim como a segunda guerra mundial, foram decisivas para elaborar o que se pensa sobre a questão agrária no país. Com os avanços tecnológicos, a agricultura passa a ser vista como um meio de industrializar o país, em que as pequenas e médias propriedades passam a ingressar num modo de agricultura moderna e capitalizada. Durante os anos de 1940, 1950 e 1960, a atividade agrícola atende a produção de alimentos para consumo interno. Nesse período, a Reforma Agrária foi vista como um passo em direção ao desenvolvimento.

Entre os anos de 1950 e 1960, a ideia de industrializar a agricultura é acompanhada pelo desemprego, pela pobreza e pela exclusão social das pessoas. O homem do campo é excluído das pautas sociais que garantem a cidadania. O golpe militar de 1964 oprimiu os camponeses, pois suas ideias eram consideradas subversivas. Isso favoreceu uma exploração em massa do território brasileiro, em que as madeireiras e os pecuaristas muitas vezes fizeram uso da natureza de forma agressiva. Porém, por não estarem sendo fiscalizados, não eram punidos, ou seja, durante a ditadura militar, somente um grupo muito restrito se favoreceu da legislação vigente, pois o uso das terras não era amplamente fiscalizado nesse período.

O êxodo rural, que é o movimento migratório do campo para a cidade na tentativa de sobreviver, ocorreu porque os camponeses já não tinham mais terras disponíveis para nela trabalhar, e acabavam vendo, nos grandes centros, a possibilidade de melhorar as condições de vida e a oferta de melhores oportunidades de trabalho, principalmente na indústria. Nos anos de 1960, ocorreu o

chamado milagre econômico brasileiro, em que houve avanços na economia, mas que também representava um período em que havia concentração de renda nas mãos de poucos, exploração de mão de obra barata e corrupção, seguida pelo golpe militar de 1964.

O Brasil foi se consolidando como um país agrário, mas que foi, também, se tornando um país onde havia uma grande concentração de terra nas mãos de poucos (processo esse que é legal em função da chamada Lei de Terras do ano de 1850). A primeira vez que esse problema foi escancarado se deu no ano de 1964, durante a constituinte, onde o Partido Comunista do Brasil (PCB), através do capitão do Exército Luiz Carlos Prestes, propôs um programa de Reforma Agrária como uma alternativa para resolver o problema (STÉDILE, 2012).

Os camponeses organizaram-se como uma classe entre 1950 e 1964. Durante esse período surgiram as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), o Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), além de outros movimentos, como o Movimento de Educação de Base (MEB), além de outros movimentos da Igreja Católica favoráveis à Reforma Agrária. Porém, com o Golpe Militar de 1964, muitos desses movimentos foram extintos, e os que não foram sentiram os efeitos dos 21 anos de repressão (até a ditadura chegar a seu fim).

A Reforma Agrária foi um dos pontos básicos das lutas no período populista. Ela era reclamada como uma das reformas de base que urgia o país adotar, mas os interesses dos latifundiários eram enormes e criaram todos os empecilhos para que ela não viesse a se concretizar. A defesa da Reforma Agrária foi associada à defesa do comunismo, o grande bode expiatório para descaracterizar qualquer proposta progressista na fase da “guerra fria”. (GOHN, 2012, p. 100).

A luta é constante. É um processo de altos e baixos, em que é preciso estar sempre vigilante ao que acontece nos processos de luta por e pela terra. A criação do MST e a posterior gestação do mesmo passa por um trabalho que antecede a criação da escola do MST. Fazem parte desse movimento as chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que surgiram no início dos anos sessenta e na década de setenta e contribuíram com a resistência contra a Ditadura Militar de 1964. No ano de 1975, surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que fez um importante trabalho nas comunidades mais carentes, tanto nas cidades quanto nas

áreas rurais, e que serviu para ajudar os trabalhadores rurais a organizarem a sua luta.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se tornaram um espaço organizativo dos trabalhadores na busca por seus direitos. Já a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que surgiu em Goiânia, tinha em vista a resolução de conflitos ocasionados pelas disputas de terras nas regiões Norte e Centro-Oeste, e que, em seguida, ganhou proporções maiores e avançou para outras regiões do Brasil. Esse movimento foi uma forma da igreja católica apoiar a luta pela terra no Brasil, já que alguns setores da mesma haviam apoiado a Ditadura Militar de 1964, e também como uma forma de fazer os camponeses entenderem a importância da luta pela terra, incentivá-los e organizá-los para a luta.

Outros fatores que contribuíram com a organização dos camponeses foram as greves dos operários que ocorreram nos anos 70. Entre 1970 e 1980, surgem algumas figuras importantes na luta pela terra, principalmente após as greves e manifestações populares que movimentaram o cenário político do período. Elas ajudaram a formar uma nova classe, pautada na coletividade, num processo de resistência e de busca por melhores condições de vida representada pelos camponeses.

Nos anos 60, é registrada a criação do Movimento dos Agricultores Sem-Terra-MASTER, no Rio Grande do Sul. O movimento se dá após um conflito de cerca de 300 famílias que estavam há mais ou menos 50 anos em uma área de 1.600 hectares. O dono da terra solicitou a saída dos posseiros da sua terra. Isso ocorreu com o apoio das forças municipais (GOHN, 2012).

Após algumas movimentações dentre os grupos de camponeses, nos diálogos, nos encontros, nas reuniões, se iniciam as organizações dos pequenos agricultores e, assim, funda-se o primeiro movimento social que abraçou a luta pela terra no Brasil. O Master (Movimento dos Agricultores Sem-Terra) foi fundado no estado do Rio Grande do Sul, pensado pelo PTB e tinha como ideia a fundação dos assentamentos no estado. No início dos anos 1960, mais especificamente entre os anos de 1961 e 1962, aconteceram as primeiras ocupações de terra no sul do Brasil, na região norte do Rio Grande do Sul, no município de Sarandi.

A dominação por parte da elite se dá com a manutenção da forma de agir da mesma. As ideias que levaram à colonização do Brasil, a habilidade de dominar e de controlar as minorias através da subordinação vai se moldando e se adaptando com

o passar dos anos. Modificam-se as épocas, permanecem os meios de dominação. Quando há resistências, instaura-se um clima de rebeldia, de ameaça. A militância mistura-se ao que chamam de marginalidade. Assim, os movimentos por Reforma Agrária começam a mostrar-se como uma alternativa para alguns dos problemas sociais brasileiros.

Paradoxalmente, as tensões camponesas no Brasil em geral têm um perfil radicalizado, ou seja, a marginalidade dos camponeses e dos sem-terra, que contrasta com a rigidez da estrutura social, coloca como única alternativa a Reforma Agrária radical. Foi assim com os movimentos messiânicos, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). (SILVA, 2004, p. 28).

Durante a Ditadura Militar, criaram o Estatuto da Terra, que apresentava alguns pontos para a realização da Reforma Agrária, e que acabou por favorecer somente a agricultura mecanizada, que atendia ao mercado externo e favorecia os grandes latifúndios. A necessidade de uma Reforma Agrária significava fazer uma reforma de base a fim de melhorar as questões sociais.

A ditadura militar deu seu aval para a agricultura servir ao mercado externo ao implementar as ideias vindas de fora do Brasil. A agricultura familiar, como estava configurada, acaba por ser alienada em favor de uma agricultura industrializada, onde há grande uso de agrotóxicos e de máquinas agrícolas a fim de servir a uma agricultura moderna, industrializada e capitalista.

Com o golpe de 1964, muitas mudanças aconteceram no Brasil e a agricultura não ficou fora desse processo. Nesse contexto, os militares que estavam no poder na época fizeram modificações políticas e econômicas importantes para reforçar e manter o capitalismo moderno que estava se enraizando na área agrícola brasileira.

Em 1964, no dia 30 de novembro, é criado o Estatuto da Terra por meio do Decreto n. 4.504, que trata da propriedade de terras no Brasil, das desapropriações e da compra de terras pela União, com o intuito de se fazer a Reforma Agrária.

Com a ditadura de 1964, os movimentos camponeses que estavam sendo organizados no Brasil acabam se acalmando dentro desse novo contexto pós golpe, pois, nesse período, qualquer manifestação poderia representar uma ameaça à hegemonia militar da época.

Em 1970, é criado o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que faz o cadastro das terras no território brasileiro. No final dos anos de

1970, ainda em plena ditadura militar e com a violência promovida por um governo comandado pelos militares, as ocupações de terra se tornaram uma forma de resistência.

Além disso, os anos 70 são um marco no projeto de mecanização da agricultura brasileira. A chamada “Revolução Verde” trouxe para o cenário agrícola brasileiro uma perspectiva norte-americana do uso da terra. A modernização da agricultura através da chegada de máquinas e equipamentos agrícolas, acompanhada pelo uso extensivo dos agrotóxicos, fez com que a agricultura ingressasse numa nova fase, passando a atender cada vez mais ao mercado capitalista e aos interesses da burguesia e da economia externa.

Essas articulações a favor do mercado externo prejudicaram em demasia a agricultura familiar, pois o foco passa a ser a agricultura mecanizada, tecnológica e que serve às demandas internacionais.

Entre as décadas de 1970 e 1980, a indústria brasileira entrou em crise e isso afetou os camponeses que haviam migrado para as cidades. Os camponeses que resistiram à modernização do campo passaram a enfrentar dificuldades, mas que seguem resistindo no campo, e permaneceram lutando no seu lugar, na terra. Um grupo que não se deixa colonizar e que se nega a migrar para a cidade a fim de encontrar uma saída para a situação em que se encontra.

Os trabalhadores brasileiros, especialmente aqueles do campo, foram primeiramente retirados de suas terras e, logo em seguida, tiveram o acesso a elas limitado. Tal situação acabou gerando uma indignação por parte dos trabalhadores da terra, levando-os a se organizarem dentro das suas demandas e das suas pautas de luta, que ganharam força, no final da década de 1970, com o surgimento de organizações que representavam a classe trabalhadora, os trabalhadores rurais e do campo.

A retomada da mobilização dos movimentos camponeses se deu no ano de 1970, tendo como uma das suas bandeiras a luta contra a subserviência ao mercado externo, que fazia uso das terras e da mão de obra brasileira para reforçar o capitalismo que atende às grandes empresas e às grandes multinacionais.

Na década de 1970, com o acirramento das disputas por território, as ocupações de terra ganham espaço. O Rio Grande do Sul torna-se berço do MST, no ano de 1979, quando ocorrem as primeiras ocupações de terras no estado, que se deram nas fazendas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta. Em 1981,

surge mais um acampamento, este, por sua vez, mais simbólico, a Encruzilhada Natalino.

Em 1979, com a criação do Movimento dos Sem-Terra, o movimento cresceu e se propagou, se tornando o maior movimento de luta pela terra. O mesmo foi apoiado pelas pastorais da Igreja Católica e pela Central Única dos Trabalhadores (GOHN, 2012).

Em 25 de julho de 1981 ocorreu a maior manifestação de trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul, que contou com um grande número de manifestantes. Em todo o Brasil foram surgindo focos de atuação do MST. Muitos grupos se sentiram representados pelo movimento: arrendatários, trabalhadores do campo, atingidos por barragens e outros grupos socialmente excluídos.

No ano de 1981 o Brasil ainda estava em um período de ditadura militar e, nesse contexto, a repressão chegou também ao MST, que ficou monitorando a ocupação. Pouco a pouco os assentamentos, espalhados pelo país, foram ganhando espaço de representatividade nacional, contando com o apoio de entidades, comunidades, sindicatos, além dos setores ligados à igreja católica e parlamentares.

Ainda na esfera dos movimentos sociais, trazemos como destaque algumas organizações que foram responsáveis pelas articulações do que viria a se tornar um movimento social de grande representatividade. Uma dessas organizações foi a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Ela se caracterizou por comunicar as demandas dos trabalhadores do campo. Destacamos também a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que auxiliou na articulação de muitos movimentos sociais, especialmente entre os anos de 1970 e 1980.

O golpe militar de 1964 e os seus 21 anos de duração censuraram muitas manifestações sociais, culturais e políticas. Nesse período, os movimentos sociais, inclusive os de luta pela terra e por Reforma Agrária, acabam sendo silenciados. A retomada se dá após o fim da ditadura militar e com a retomada dos debates acerca da Reforma Agrária. Para que os esforços dos camponeses tivessem força política era preciso uma organização; não poderia ser algo que acontecia em separado, isolado, era preciso unificar os movimentos para que o mesmo representasse uma força única, coletiva. Era preciso lutar contra as forças opressoras do sistema capitalista, que criava exclusões e desigualdades. Para isso, uma das pautas defendidas era a Reforma Agrária, que surgiu como uma política para diminuir as

desigualdades na distribuição de terras e promover um desenvolvimento social e econômico mais justo e mais humano. A resistência se enraizou nos grupos populares que, por sua vez, transformaram os trabalhadores em lutadores das causas sociais ligadas à terra.

Desde meados do século 20, novas feições e formas de organização foram criadas na luta pela terra e na luta pela reforma agrária. Nas diferentes regiões do país, contínuos conflitos e eventos formaram o campesinato no princípio da segunda metade do século passado. (MST, 2021).

Se pensarmos na agricultura, mesmo a mais primitiva (olhando para os primeiros camponeses), é possível observar como a industrialização agrícola teria surgido quando esses camponeses produziram seus primeiros equipamentos que passaram a ser utilizados no cultivo da terra. Nesse período, as atividades ainda eram muito simples, sem muita demanda de equipamentos, de insumos ou de locais para armazenamento do que era produzido.

A experiência do ITERRA foi um dos exemplos de espaços formativos do MST que contribuíram para a gestação das propostas pedagógicas do movimento, contribuindo para as definições do modelo de educação e de escola desejada para a formação de uma classe trabalhadora consciente politicamente e que ajuda na construção de uma sociedade, e de um país, menos desigual e menos excludente, com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

O MST é reconhecido nacional e internacionalmente por ser um movimento de grande atuação na luta pela terra, por Reforma Agrária e por mudanças sociais. O surgimento do mesmo se dá a partir das ocupações dos latifúndios, ocupações essas que, com a organização do movimento, foram impulsionando a desapropriação e se tornaram território pertencente ao MST. A compreensão do surgimento do MST perpassa pela construção da Reforma Agrária e da luta pela terra no Brasil, que tem como bandeira o enfrentamento do sistema capitalista que gera uma série de desigualdades. Dessa forma, as comunidades do campo precisam se reinventar de forma constante a fim de garantir o que já foi conquistado. Nos últimos anos, os movimentos criados em defesa da terra como um bem acessível a todos sofreram muitos ataques. Um dos mais fortes foi nos anos 70,

durante o golpe militar. Nos anos 80, com o fim do regime ditatorial, a luta e ocupação da terra ganham força através da Reforma Agrária (FERNANDES, 2008).<sup>1</sup>

Nos duros anos da ditadura militar, os camponeses foram encurralados, seus direitos de expressão foram retirados e os mesmos não podiam mais se organizar nem se manifestar. Nesse sentido, a ditadura militar contribuiu para reforçar as ideias de um modelo agrícola que concentrava as terras nas mãos de poucos e excluía grande parte do povo do campo. Nesse período o êxodo rural é crescente, acompanhado pelas ideias de uma agricultura para servir ao mercado externo, pelo uso de máquinas agrícolas e de agrotóxicos em grande quantidade.

Os sem-terra seguem resistindo na dura vida dentro dos acampamentos, com todas as dificuldades de uma vida debaixo das chamadas “lonas pretas”, enfrentando inclusive os duros anos de opressão.

Em 1982, a experiência da Encruzilhada Natalino ganha espaço no cenário Nacional e Internacional, mas ainda sem a conquista da desejada Reforma Agrária. Foram anos de muita resistência, que culminaram na aquisição de 108 hectares de terra por parte da igreja católica. O que se visava era a construção de um local em que os sem-terra pudessem permanecer no município de Ronda Alta.

No ano de 1984, o boletim do MST, que havia sido criado em 1981, ganha um novo caráter. De início, a criação do boletim tinha como objetivo divulgar o MST no cenário brasileiro a fim de conseguir apoio para o mesmo. Em 1984, o Boletim se transforma no Jornal Sem Terra, uma ferramenta de formação, com caráter político, para os trabalhadores rurais e para a educação de base do movimento.

No ano de 1985, os trabalhadores rurais se reúnem na cidade de Cascavel-PR para o 1º Encontro Nacional da Reforma Agrária, quando o movimento é fundado com os seguintes objetivos: lutar pela terra, lutar por Reforma Agrária e lutar pelo socialismo. Nesse evento definiram-se algumas características da luta pela terra e que, a partir de então, o caminho a ser seguido seria a ocupação de terras, e que teriam como lema “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a única solução”. No mesmo ano foram mobilizadas cerca de 2.500 famílias, em Santa

---

<sup>1</sup> Latifúndio: esse processo de desapropriar a terra acontece quando se comprova que a mesma é improdutiva, ou quando a mesma é usada de forma ilegal. Isso significa que, antes de qualquer coisa, a terra precisa ser comprovadamente abandonada, desperdiçada ou usada para atividades ilegais, como plantio de plantas não autorizadas, também chamadas de psicotrópicas, ou das terras usadas para o tráfico de drogas.

Catarina, na constituição de 12 ocupações. Nesse mesmo ano, no mês de outubro, no Rio Grande do Sul, ocorre a ocupação de Fazenda Anonni (MST, 2021).

As eleições de 1985 prometeram um novo horizonte para os interessados na Reforma Agrária, pois os candidatos à presidência tinham em seu plano de governo a promessa de uma Reforma Agrária. Porém, não passou de uma promessa política.

Com a constituição de 1988, elabora-se um artigo que determina que a desapropriação das terras se dá por meio jurídico, através de uma intervenção, preservando o direito do proprietário da terra.

Desse modo, após entender um pouco como se constroem os assentamentos, como a educação tem um grande espaço dentro do MST e de entender qual é o lugar dos espaços formativos no movimento, é preciso compreender como se originou a ideia pedagógica do MST, que tem em sua gênese a formação coletiva, participativa e ativa da classe trabalhadora.

De acordo com Silva (2004), a agricultura familiar foi modificada pelos processos que envolviam a industrialização do país promovida pelo capital externo.

Nos anos 60, com a crise que afeta a indústria, reacendem os movimentos e as organizações de classes de trabalhadores, especialmente de trabalhadores rurais. Nesse contexto, os movimentos que se destacam são: União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), Frentes Agrárias, Movimento de Educação de Base (MEB).

O movimento surgiu devido a conflitos entre 300 famílias de posseiros que habitavam uma área de 1.600 hectares de terra há 50 anos e um pretenso proprietário dessas terras que buscou o despejo dos posseiros com a ajuda da municipalidade local. O MASTER foi apoiado pelo PTB. (GOHN, 2012, p. 98).

É importante fazer referência ao Movimento de Educação de Base (MEB), que, dentre os movimentos sociais, se destaca pela sua bandeira em defesa da educação voltada à popularização da educação de adultos através do método Paulo Freire. Esse movimento ganha força e passa a ser conhecido em outras regiões do mundo, e merece destaque, pois o presente estudo situa-se na pesquisa educacional, trazendo em seu referencial teórico o método Paulo Freire.

Ainda na esfera dos movimentos sociais, trazemos, como destaque, algumas organizações que foram responsáveis pelas articulações do que viria a se tornar um

movimento social de grande representatividade. Uma dessas organizações foi a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura). Ela se caracterizou por comunicar as demandas dos trabalhadores do campo. Destacamos também a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que auxiliou na articulação de muitos movimentos sociais, especialmente entre os anos de 1970 e 1980.

O movimento campesino surge na contramão desse modo de pensar uma agricultura, em que há somente o sistema da monocultura como meio de cultivar a terra, em um cenário em que, de um lado, observamos grandes extensões de terra que produzem somente um tipo de produto, em terras concentradas nas mãos de poucos produtores. Por outro lado, há um significativo número de pessoas e famílias sem ter um lugar para produzir o mínimo para sua sobrevivência. Podemos dizer que os primeiros movimentos em defesa da propriedade da terra, assim como do uso delas para uma agricultura de subsistência, tiveram seu início marcado pelos confrontos dos indígenas contra os invasores portugueses, que se apropriaram das terras brasileiras. Com o passar dos anos, essas inquietações foram provocando os camponeses de diversas regiões do Brasil a se posicionarem contra o que estava posto enquanto sistema, e, ao se organizarem, acabaram criando grupos que viriam a ser conhecidos como movimentos sociais.

Os reflexos dessa desigualdade no acesso à terra foram se tornando pautas de muitos movimentos de luta pelo acesso à terra, movimentos esses que ganharam força nos últimos anos e se organizaram de tal forma que conquistaram espaço inclusive no cenário internacional. Dentre esses grupos, destaco aqui um de grande expressão no Brasil, seja por sua forte presença na história do país, por suas ideias, pela forma como ele se organiza, ou por suas diversas formas de atuação no cenário brasileiro. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Com o golpe militar de 1964, se deu início a uma série de reformas políticas e econômicas que aconteceram no Brasil a fim de favorecer o avanço do capitalismo no território brasileiro. Uma das estratégias foi promover reformas políticas e econômicas no Brasil que trariam investimentos externos para o país.

A partir dos anos 70, a agricultura brasileira passa a servir à indústria, e aumenta o uso de máquinas, fertilizantes e demais insumos. Esse movimento prejudicou a agricultura familiar, pois ela foi deixada de lado para favorecer uma agricultura mais industrializada.

O MST surge, então, como um movimento de massas que passa a questionar essa “bajulação”, por parte do governo brasileiro da época, em relação às grandes empresas multinacionais que viam e vêem ainda hoje o Brasil como um potencial lugar a ser explorado, principalmente em função da existência de recursos naturais que podiam ser livremente explorados, ainda mais tendo os governantes do Brasil ao lado dos exploradores, dando o aval para o uso em massa das terras brasileiras.

Portanto, o MST tem uma bandeira que vai além da luta agrária. O movimento defendia que se fizessem mudanças profundas na sociedade brasileira. Os primeiros movimentos sociais de que se tem registro foram gestados a partir do século 20 com a conscientização dos proletários do campo, que, a partir de uma consciência política, passaram a se organizar enquanto uma classe excluída dos programas governamentais de acesso à terra. Lembramos aqui da Lei de Terras de 1850, que favoreceu somente alguns pequenos grupos.

O MST herda elementos da resistência e da luta campesina que se deu no solo brasileiro. A formação e a constituição do MST passam por três momentos distintos. O primeiro momento fala da luta pela terra, que foi a base do movimento. O termo “sem-terra” não se refere somente aos que não possuem a terra, mas também aos que trabalham na terra sem ter sua posse de fato, ou que, muitas vezes, têm uma terra tão pequena que chega a ser insuficiente para manter a família e garantir sua sobrevivência. Num segundo momento, o MST passa a ser parte de um movimento maior, que, para além da luta pela terra, combina outras frentes de luta que contribuem para a Reforma Agrária. O movimento assume um caráter de ajudar na organização da sociedade, num grande movimento de massas que luta pelos trabalhadores. Quanto ao terceiro e último momento, ele se inicia quando o MST se insere como protagonista das lutas populares por um projeto de desenvolvimento do país. Aos poucos, o MST cria formas de organizar suas pautas, seus objetivos e define suas prioridades organizativas.

Há um fato histórico de grande relevância e que afetou diretamente a agricultura tanto a nível mundial como a nível de Brasil. A Segunda Guerra Mundial modificou de forma significativa os processos de industrialização, processo esse que foi protagonizado, em grande parte, pelos Estados Unidos, e que chegou também ao setor agrícola brasileiro. A revolução tecnológica contribuiu para que os avanços chegassem também até a agricultura.

Com o passar do tempo e com o aumento da produção, foram necessários novos lugares para armazenar a produção, além de lugares para processar o que era produzido nas lavouras. Isso significa que, com esse movimento, houve também a expansão da produção de materiais a serem usados na atividade agrícola, como fertilizantes e pesticidas, além da venda de máquinas, tratores agrícolas e combustíveis. Nesse contexto, surge então a ideia de se falar em agronegócio para se referir à venda de determinados produtos para a agricultura. Isso tudo foi pensado para servir a um modelo de agricultura de exportação, com uma visão amplamente capitalista, em que o que é produzido é entregue ao mercado externo.

Nesse movimento de troca, os norte-americanos ofertavam máquinas e insumos agrícolas para que, nas terras brasileiras, se cultivassem produtos que servissem ao mercado externo. Esse movimento, que tem seu apogeu nos anos 70, se enraíza de um modo tão eficiente no território brasileiro que permanece até a atualidade. Ainda nos anos 60, iniciaram-se os debates sobre as possíveis mudanças na forma de conduzir a agricultura. Foram pensadas reformas estruturais a fim de servir ao mercado externo, a produção de exportação e a agricultura industrializada. Esse modo de utilizar a terra se mostrou bastante atrativo, pois, pensando na ideia de agronegócio, há uma movimentação de vários setores: agricultura, economia, tecnologia e prestação de serviços. Assim, criou-se essa ideia de que o agronegócio poderia ser uma saída para reduzir muitos dos problemas sócio econômicos do Brasil.

Mas o que aconteceu não foi bem isso. Pois, se de um lado há uma gama de possibilidades no mercado de trabalho, por exemplo, por outro lado há pessoas passando fome e frio por não terem o que comer e por não ter uma casa para morar. Tristes resquícios da história de um país que escravizou seus próprios povos originários, negando-lhes o que é de direito. Ainda mais pesaroso é pensar que o Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial e um dos maiores produtores de alimentos do mundo, mas que amarga o fato de estar no triste “Mapa da Fome”. Se pararmos para pensar, há uma grande contradição e, dessa contradição, vem uma indignação, que compõe uma parte do embrião do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). É necessário olhar para o MST como um movimento que pensa a terra, sua simbologia, e como o homem a percebe, especialmente o trabalhador que tira dela o seu sustento. E isso não apenas em questões financeiras, mas pela forma como os sujeitos do campo se relacionam com

esse espaço, como eles cultivam a terra e como a percebem como uma alternativa de sobrevivência. Desse modo, podemos perceber que outros grupos passaram a integrar o movimento dos trabalhadores sem-terra a fim de encontrarem um caminho para a sobrevivência.

A prática social, ou seja, a práxis, é pautada pela luta por terra, por Reforma Agrária, onde a terra seria um lugar para viver, trabalhar no cultivo da terra e construir sua vida. Também, como parte da práxis do MST, há as dimensões da saúde, da educação e do trabalho coletivo, pensando no sujeito social que dela faz parte.

No ano de 1997, o MST, enquanto movimento social, se envolve de forma mais ativa no debate sobre a realidade brasileira. Nesse contexto, o MST organizou a “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça”. Esse ato simbólico foi uma forma do MST demonstrar que desejava apoio da sociedade. Já no ano de 1998, na cidade de Luziânia, ocorre um evento promovido pelo MST em parceria com a CNBB, tendo como finalidade promover o debate sobre a educação do campo no meio rural brasileiro, desencadeando um grande debate sobre o tema, pensando em formas de expandir a educação nesse meio e, além disso, melhorar a educação do povo que vive no campo, promovendo o desenvolvimento social do país.

Também no ano de 1997, é realizado o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, que trouxe para o debate pontos importantes da educação dos sem-terra, pensando de uma forma mais ampla na educação dos quadros de militantes para que esses pudessem pensar e atuar na luta por terra e por Reforma Agrária.

No ano seguinte, o MST promove aquilo que é chamado de Marcha pelo Brasil, e conta com a presença de outros movimentos que também visam a defesa dos direitos do povo. Participaram desse movimento professores, religiosos e desempregados. Em 1999, os sem-terra marcharam mais uma vez. Os Militantes Sociais passaram a militar por um Brasil melhor. Nesse período da história recente do Brasil, os militantes lutavam em oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso, pois o mesmo tinha medidas neoliberais que favoreciam um grupo específico, e o acusavam de “vender” o Brasil através das privatizações. Não há como analisar o MST sem destacar a educação, pois a formação do sujeito é educativa em si. Não se pode dizer que é uma formação que se dá pelas palavras, pelo discurso. É uma formação viva e vivida na luta, gerando aprendizados e uma

cultura que prima pela coletividade, pelo movimento. Cada um a seu modo, no seu tempo, nas suas vivências cotidianas.

### 3 A EDUCAÇÃO NO MST

Desde o início da retomada da luta pela terra, no final da década de 1970, surgiram as primeiras preocupações com as crianças, devido ao prolongado período de acampamento com a presença delas junto de suas famílias. A princípio, em Encruzilhada Natalino, ainda quando não se pensava em escolas, mães e professores do próprio MST começaram a organizar atividades educativas e culturais devido à preocupação com a formação, pois os pequenos se encontravam ausentes das classes oficiais. (CAMINI, 2009, p. 103).

Essa relação, entre os trabalhadores da terra e os movimentos sociais, traz consigo algumas reflexões, desafios e articulações necessárias e pertinentes. O MST tem como uma de suas características ser um movimento social que tem um modo próprio de pensar e fazer a educação de acordo com as suas premissas. Vale destacar, aqui, que uma das consequências da exclusão dos povos do campo das suas terras acarretou numa exclusão em vários aspectos: social, econômico, político e inclusive a educação lhe foi negada.

Nos anos 80, quando o movimento ganha força com os primeiros acampamentos que surgiram, ainda não existia um método pedagógico do movimento, nem um conjunto de ideias que pensassem sua pedagogia. Mas uma coisa era certa: desejava-se uma escola diferente, voltada aos sujeitos que dela participam.

Esse desejo se confirmou quando o movimento em si foi se tornando mais “maduro”, por assim dizer, e foi percebendo que era necessária uma escola que fosse localizada no acampamento, próximo às famílias e do acampamento, no sentido do pertencimento, com elementos seus e que fosse reconhecida pelos governos.

De acordo com Silva (2004), a educação no MST tem uma visão de educação mais abrangente do que ser somente uma escola. É necessária uma escola que ajude na formação militante dos trabalhadores e nas demandas dos acampamentos e assentamentos.

Uma escola tradicional não consegue “dar conta” da demanda dos militantes, pois ela não está preparada para acolher esse público com demandas tão peculiares, pois não entendem a dinâmica própria do movimento. A escola precisa ser diferente.

Tampouco esta escola poderia ser igual àquela de onde vinham seus filhos, embora por vezes vacilassem, caindo em contradição, ao dizerem: “queremos que nossos filhos estudem em uma escola de verdade”, se referindo a lá fora, a mesma que acolhia os seus filhos ou que os discriminava. (CAMINI, 2009, p. 107-108).

Não se deseja, nesta pesquisa, apresentar a educação no contexto do MST como um movimento social perfeito, livre de falhas e irretocável. Mas sim de ver quais são as possibilidades que o mesmo apresenta e refletir sobre elas. Inicialmente, o MST não tinha definido o que ele desejava no que tange à educação dos militantes, mas sabia que era um fator importante na sua caminhada, no seu cotidiano, e que era um direito da classe trabalhadora.

A base que orienta a construção da educação no MST, neste caso em específico, é a Pedagogia socialista, pensada a partir de Pistrak, Makarenko e na educação popular de Paulo Freire.

### 3.1 PEDAGOGIA SOCIALISTA

#### 3.1.1 Pistrak

Em sua obra “Fundamentos da Escola do Trabalho”, Pistrak já apontava caminhos sobre a finalidade da escola. Ele apresenta a instituição escolar como um espaço que foi pensado para atender as classes burguesa e dominantes, em que uma estrutura é pensada para atender a um determinado regime político de algum governo, de modo que ela forma os sujeitos de acordo com seus interesses.

Na contramão dessa escola tradicional e dominante, a revolução deve usar a escola a seu favor. Para Pistrak (2018, p. 41),

Algumas concepções, terminologia, formas exteriores particulares podem ser herdadas e passar para a nova escola, mas o conteúdo, a forma organizativa e as finalidades da escola devem ser novas, pois, pensar a nova escola a partir das ideias e métodos da pedagogia burguesa (por exemplo, a questão do trabalho, da auto-organização) exige um novo colorido, uma nova interpretação e, portanto, estas ideias e métodos devem partir de novas finalidades educativas, e tais finalidades, em essência, resultam inteiramente das tarefas e finalidades da própria construção revolucionária.

Pistrak defende que o trabalho faz parte do progresso e da luta, onde a classe oprimida precisa entender o seu lugar e conduzir essa luta no espaço em que está

inserida. Ainda conforme Pistrak, a escola do trabalho se divide em dois aspectos, que são: entender a atualidade e a auto-organização dos estudantes.

Quando Pistrak fala sobre estudar a atualidade, ele se refere à importância de compreender a atualidade, pois ela reflete no cotidiano da escola; esta, por sua vez, é parte da sociedade, logo, é importante que a escola entenda seu papel social e seu contexto. A escola deve educar, induzir o jovem a pensar: qual é o seu papel na construção da revolução? Como ele faz parte da luta?

Sendo assim, Pistrak trata a escola como um espaço em que se esclarece para que, como e quais são as formas de lutar. Sendo assim, a escola também precisa preparar o jovem para a luta. A luta a qual Pistrak se refere diz respeito à luta coletiva, à manutenção dos direitos conquistados coletivamente e à defesa da ideia de que a escola deveria se organizar em torno das ideias marxistas, analisando, dessa forma, as relações sociais e econômicas que se dão através da luta de classes. O marxismo ajuda a pensar na atualidade, nos fenômenos sociais e no modo como se dão as relações de trabalho. Na perspectiva de Pistrak (2018, p. 49), “[...] a escola pode e deve desenvolver e ensinar aos estudantes uma determinada atitude frente ao mundo [...]”.

É necessário que os sujeitos entendam o trabalho como algo atrelado à sua vida, inclusive a vida social, como sendo parte do seu cotidiano de forma coletiva. Esse ponto, em que falamos em coletividade, é crucial para entendermos a importância das ideias de Pistrak, e da Pedagogia Socialista, na fundamentação teórica que embasou a formação do setor da educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e que faz parte do arcabouço teórico que sustenta e teoriza a prática educativa dentro do ITERRA.

Os termos coletivo, coletividade e coletivamente são frequentemente utilizados, pois a forma como as coisas se dão dentro do ITERRA, as vivências cotidianas e as decisões são sempre debatidas e decididas no grande grupo. Essa observação mostra o porquê de se fazer uso da obra de Pistrak na teorização da educação no MST, pois, na sua obra “Fundamentos da Escola do Trabalho”, o mesmo mostra como a coletividade se constitui e como essa adentra a educação no MST.

Outra questão importante que Pistrak aborda é a importância e, ao mesmo tempo, a dificuldade de se romper com os velhos hábitos e preconceitos, em que os conhecimentos e os hábitos de ensino mais antigos pouco podem ser aproveitados.

Para Pistrak, os proletários devem estar prontos para lutar pelo que desejam, pela sociedade que querem, de forma coletiva, e ajudar na organização dos espaços em que o sujeito se insere.

Em seguida, Pistrak (2018) aborda a importância do trabalho como uma atividade educativa, pois, para ele, o trabalho ajuda na formação do sujeito, fazendo com que ele seja disciplinado e organizado. O trabalho tende a contribuir com o desenvolvimento da sociedade.

Partindo dessas observações acerca da obra de Pistrak, podemos dialogar com a obra de Makarenko, que, através das suas experiências nas colônias, constituem a fundamentação teórica deste capítulo.

### **3.1.2 Makarenko**

Além de Pistrak, outro autor amplamente utilizado na Pedagogia do MST foi Makarenko. Através da sua experiência nas colônias, ele também tem, em seu viés pedagógico, a coletividade. Ele pensa as decisões como sendo tomadas em conjunto, onde todos participam de cada tomada de decisão que influencia na vida do grupo que está na colônia fazendo a sua experiência, em acordo com o que Makarenko propôs para ser realizado nas colônias que ele pensou para os jovens estudantes soviéticos.

Nesse viés, Luedemann (2017, p. 16) apresenta as ideias de Makarenko em sua obra. Ela nos diz que:

A escola, na concepção de Makarenko, deveria ser um espaço amplo, aberto, em contato com a sociedade e com a natureza, relacionando-se às necessidades sociais de cada momento histórico, mas dirigida por um objetivo estabelecido coletivamente por professores e alunos. Um lugar para a criança viver a sua realidade concreta como realização no presente, admitida como sujeito, comandante da sociedade, participante das decisões sociais em seu coletivo organizado.

Na obra de Luedemann (2017), na escola pensada por Makarenko os alunos pensavam a partir das ideias marxistas, refletindo sobre o seu materialismo histórico, que pensa na sociedade e nas relações de trabalho que dela fazem parte. Considerando isso, a organização da escola pensa além da sala de aula, pois ela reflete sobre o trabalho e a formação da classe trabalhadora. A pedagogia aplicada nessas escolas se propõe a pensar na construção do diálogo em torno da

coletividade, educando os jovens e os instruindo para o trabalho e para viver de forma coletiva. Nesse processo, professores e alunos são sujeitos ativos e participativos no processo que ocorre dentro das colônias.

Makarenko vê a escola como um lugar revolucionário, onde é possível formar sujeitos que vejam o mundo de uma forma revolucionária. Ele também defendia que a escola deveria ser sempre pautada na coletividade, desde quando a escola começa a ser concebida em determinados moldes, passando por todos os períodos de concretizar a escola, tratando desde as demandas individuais até as coletivas dos estudantes.

Nascido em família humilde, desde pequeno interessou-se pela escola, mas já tinha conhecimento da falta de uma escola para a classe trabalhadora, e isso fez com que tivesse vontade de mudar essa realidade. Anton Makarenko desejava se tornar professor e, por isso, a escola muito significava para sua vida. Como gostava de ler, Makarenko foi se familiarizando com produções escritas que incentivaram a organização dos trabalhadores, operários, camponeses, desempregados e das demais pessoas que eram esquecidas e, de certo modo, negligenciadas.

Luedemann (2017) nos diz, em sua obra, que Makarenko parte do fato que os trabalhadores, e sua forma de viver, são a base na qual o mesmo vai se debruçar para pensar no método pedagógico que adotaria em sua escola. Nesse momento, Anton ainda não tinha formação no ensino superior, porém, tinha em si o desejo de fazer uma escola diferente.

A experiência nas colônias começou com Makarenko acolhendo jovens infratores que precisavam ser socialmente inseridos. Desse modo, se iniciou a experiência nas colônias.

Sendo assim, a experiência, atrelada à força de vontade e resiliência de Makarenko, fizeram com que ele desenvolvesse o método que tinha proposto. Tal forma de ensinar serviu para experiências que são usadas na atualidade, como, por exemplo, nas escolas do Movimento Sem Terra (MST).

### **3.1.3 Paulo Freire**

Também é importante destacarmos a obra de Paulo Freire, um importante educador brasileiro que debruçou-se a estudar a educação como um caminho de libertação, uma prática educativa que pensava na autonomia das classes populares.

Aqui nesta obra, especificamente neste espaço, pretende-se apresentar um pouco das obras de Paulo Freire e suas contribuições com a forma de ensinar dentro do Movimento Sem Terra.

Na sua obra “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire aponta para um fato que muitas vezes ocorre entre os que foram historicamente oprimidos. Ele nos faz refletir sobre aqueles que, por muito tempo, foram oprimidos e que, ao passarem a conquistar melhores postos de trabalho, passam a oprimir seus pares ao invés de vê-los como companheiros de uma mesma luta e, desse modo, aquele que era oprimido perpetua a opressão.

Freire nos faz pensar na sua obra e olhar para a opressão como uma forma de controlar, moldar, dominar o modo de agir dos homens. Esse modo de dominação sempre foi imposto pelas elites, que, desde o início da colonização, tentaram impor seu modo de viver aos demais e estes, por sua vez, ao se posicionarem contra os dominadores, sofrem, pois sentem a opressão de forma mais incisiva.

Libertar-se da dominação era um processo que deveria ser feito em comum, auxiliando os outros em um movimento coletivo, superando uma educação bancária, elitizada e dominadora. Dessa maneira, Paulo Freire define a educação como:

A educação como prática de liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. (FREIRE, 2019, p. 98).

Desse modo, a educação, na perspectiva de Paulo Freire, deve ser uma forma de educação libertadora, onde os indivíduos tenham autonomia para buscar aquilo que os torna livres e autônomos, que problematizem suas vivências, suas experiências e tenham autenticidade em sua forma de pensar sobre o mundo e com o mundo. Por isso mesmo “[...] existir é um conceito dinâmico. Implica uma dialogação eterna do homem com o homem. Do homem com o mundo” (FREIRE, 2020, p. 82).

O Brasil foi historicamente construído sem uma participação popular ativa e democrática, e sim sob comando senhoril, que impedia a autonomia dos indivíduos que, por sua vez, eram impedidos de viver de forma livre e democrática.

Desse modo, posicionando-se contra esse modelo de sociedade que se constituiu desde o Brasil colônia e que se reforçou ao longo dos anos, alguns

movimentos começam a tomar forma a fim de se posicionar contra as constantes e contínuas atitudes opressoras.

As condições econômicas das pessoas e da sociedade em si dizem muito sobre a forma como a sociedade é conduzida. Paulo Freire diz que, quanto mais pobre uma sociedade é, mais facilmente ela será dominada por aqueles que detém o poder.

A ascensão social dessas classes representa uma ameaça para as elites, que se sentem incomodadas quando as classes populares passam a melhorar suas condições de vida. Esse movimento, para Paulo Freire, é um caminho para a autonomia do povo brasileiro.

Desse modo, é necessária uma educação que contribua para o sujeito ser o protagonista da sua história, capaz de se tornar crítico, reflexivo, e que pense nas suas vivências cotidianas fazendo a sua própria história, consciente da sua realidade de vida.

Nesse contexto de luta por um país mais justo e igualitário, começam as mobilizações no interior do Brasil, que organizadas seriam o início de alguns movimentos sociais de grande expressão, entre eles o MST.

Quando surgem as primeiras ocupações, as marchas e a necessidade de se organizar para, posteriormente, fazer as mobilizações, há também uma outra necessidade: a de um local para deixar as crianças sem-terra enquanto os pais saíam para realizar suas atividades de militância.

Inicialmente, pensava-se em, de certo modo, acomodar as crianças acampadas, que estavam sempre sujeitas a um deslocamento forçado justamente por viverem nos acampamentos, o que não oferecia segurança nem estabilidade (já que, a qualquer momento, elas poderiam precisar sair do acampamento).

Assim que as primeiras escolas começam a exercer suas atividades, trilha-se um caminho do ideal de escola que o movimento projetou e que, depois, se tornaria a forma de educar do MST, ou seja, uma pedagogia do Movimento Sem Terra.

As escolas do MST são conhecidas como Escolas Itinerantes, pois elas acompanham a luta, a militância e as ocupações. São pensadas para desenvolver nas crianças a capacidade de pensar e questionar além do que lhe é apresentado. Esse modelo de escola foi pensado para as crianças acampadas, pois, por ser de caráter itinerante, ela consegue moldar-se conforme as demandas do acampamento.

E é itinerante porque acompanha as ocupações, marchas e caminhadas. As aulas acontecem em momentos e lugares improvisados, pois os educadores atuam em conjunto com a organização dos acampamentos. Todos são permanentemente desafiados pelas mais inusitadas situações que encontram na itinerância e que os provoca à criatividade e espírito de sacrifício, pois nem sempre as condições são adequadas para o desenvolvimento das aulas. (CAMINI, 2009, p. 135).

Estão em movimento, mudam o tempo todo, são improvisadas e, muitas vezes, não têm condições básicas de atuarem.

### **3.1.4 Educação popular**

A educação popular tem sua origem ligada a uma insatisfação das classes populares, que não se viam representadas pela educação tradicional, dominante e elitizada, que exclui as classes mais populares.

Quando a educação popular define as suas premissas, ela se põe num espaço de dialogicidade, em que pensa cada sentido do que é ensinado, quais são as finalidades dos conteúdos trabalhados em sala de aula, refletindo sobre a sua prática e contribuindo com a emancipação das classes mais populares.

De acordo com Trindade (2002, p. 56), “A busca da essência da organização das classes populares dá-se, necessariamente, pelo reconhecimento e pela problematização das contradições oriundas da organicidade das escolas e das organizações populares”.

Por falar diretamente com as classes populares, Paulo Freire escreve sobre a Educação Popular, tecendo, em sua escrita, como os educadores populares fazem a sua prática, onde desenvolvem seu método pedagógico, partindo da compreensão das demandas do seu público-alvo e de sua realidade concreta.

A Educação Popular é, também, um dos pilares que sustentam o Setor Educação no MST, já que a forma como o movimento vê a educação tradicional e busca meios de superá-la, vencendo suas contradições e exclusões, faz com que os militantes sintam, na Educação Popular, um meio de libertar-se, de superar a opressão, e de criar um meio de se tornarem sujeitos da própria história.

### **3.1.5 A experiência pedagógica do ITERRA**

Esta pesquisa se propõe olhar para a experiência vivenciada dentro do ITERRA e, a partir dali, problematizar essa experiência, buscando visualizar outras possibilidades para a mesma. Para tal, serão respondidos alguns questionamentos a fim de resolver a problemática da pesquisa.

A experiência do ITERRA foi um dos exemplos de espaços formativos do MST. Ela contribuiu para a elaboração das propostas pedagógicas do movimento, contribuindo para as definições do modelo de educação e de escola desejada para a formação da classe trabalhadora consciente politicamente, e que ajuda na construção de uma sociedade, e de um país, menos desigual e menos excludente com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

O materialismo histórico trata da vida material e econômica como criadoras da vida social. Através desse método é possível compreender, dentre tantas coisas, como se configuraram as questões econômicas, políticas e sociais. O materialismo histórico é importante, entre tantas coisas, para compreender o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ou seja, como ele se construiu enquanto movimento social considerando seu passado, seu presente e seu futuro.

A Reforma Agrária é muito representativa para o povo do MST, afinal de contas, é por ela que o movimento existe e resiste, e isso justifica por que, nas escolas do MST, esse tema se faz presente. A vida das crianças dentro do acampamento do MST é diferente da vida das demais crianças. É uma vida muito sofrida, com muitas dificuldades, uma vida que se dá num acampamento, passando por situações como frio, chuva, fome e todas as dificuldades da vida no acampamento, nas chamadas “lonas pretas”. E isso não pode, nem deve ser negado, pois negar isso é negar a verdade.

As crianças do MST, desde pequenas, aprendem a conviver de perto com a luta e com a resistência. Muitas delas foram geradas, nasceram, cresceram e vivem até hoje em acampamentos e assentamentos do MST, e isso faz com que elas conheçam bem o que o movimento defende e o que ele representa. Ainda nos acampamentos a escola é pensada pelos pais, que muitas vezes não têm uma formação pedagógica, de modo que as atividades são pensadas de acordo com o que eles acreditam ser importantes para seus filhos.

A escola, para os sem-terra, tem muitos significados. Um deles é o de uma escola diferente, uma escola com um sentido educativo. Inicialmente, essa escola surge com a organização dos militantes: pais, mães e outros integrantes do MST.

Outro significado era o de uma escola que se organizasse de acordo com as concepções de educação do movimento, com escolas que tenham a marca do MST, com educadores e educadoras militantes, de acordo com o que o movimento deseja no que tange à formação profissional. Também é possível dizer que a escola passa a fazer parte do dia a dia das famílias do MST, assumindo, inclusive, um papel importante nos debates dentro do movimento, se transformando numa pauta de reivindicações que desejavam uma escola diferente da tradicional.

Às vezes isso significava apenas reunir as crianças para fazer algumas brincadeiras que amenizassem o peso da realidade que já enfrentavam, e também, para explicar a elas o que estava acontecendo, principalmente quando havia ações mais violentas. (CALDART, 2004, p. 230).

Nas escolas criadas pelo MST é frequente as crianças passarem por momentos em que o medo e a repressão se fazem presentes, principalmente se considerarmos o modo como os acampamentos se constituem e o modo como os acampados são socialmente vistos. Ocorre que, quando se dá a ocupação, geralmente há um clima tenso, em que, a qualquer momento, pode haver um conflito, seja com o proprietário da terra, seja com a polícia, por exemplo. E isso não há como negar. Historicamente, o movimento se construiu através de ocupações de terras, no trancamento de estradas, nas manifestações, e isso foi gerando um ciclo de violência contra os militantes do movimento. Se a escola do movimento pretende formar militantes que compreendam como o mesmo funciona, seria contraditório que eles não conhecessem como a história do mesmo se construiu, ou seja, com muita luta e resistência.

Na obra “Pedagogia do Movimento Sem Terra”, Roseli Caldart (2004, p. 234) entrevistou um acampado, Geraldo, que diz:

Eu gostaria que tivéssemos uma escola para nossos filhos, que ensinasse a lutar pelos seus direitos, a trabalhar unidos, organizando com os companheiros as lutas, para fazer valer os direitos que os colonos têm. O próprio direito de ocupar a terra, e assim por diante. Uma educação que mostre ‘os dois lados da moeda’, por um lado os valores do homem da roça, a vida sadia que pudesse levar aqui... e por outro lado também mostrar como é a vida na cidade, de acordo com a verdadeira realidade, para que, quando a criança chegar a uma certa idade, ela possa ter clareza dos dois tipos de vida e possa fazer uma opção certa...

Para os assentados do MST, a escola é vista como um lugar formativo dentro do movimento, além de ser vista também como um espaço para reunir os militantes em torno das pautas que são importantes dentro dos acampamentos e assentamentos do MST. Conforme Caldart, 2012, p. 259:

O esforço feito no momento de constituição da Educação do Campo, e que se estende até hoje, foi de partir das lutas pela transformação da realidade educacional específica das áreas de Reforma Agrária, protagonizadas naquele período especialmente pelo MST, para lutas mais amplas pela educação do conjunto dos trabalhadores do campo.

A educação que se constitui dentro do Movimento Sem Terra surge através das experiências culturais. Essas experiências se dão a partir de todas as vivências que o militante carrega, momentos vividos antes dele ingressar no MST e que, ao ter a possibilidade de retornar ao seu lugar de origem, é como se houvesse uma reconexão dele com a sua vida “normal”, com a vida que ele vivia anteriormente.

### **3.1.6 Pedagogia da Alternância**

A Pedagogia da Alternância é uma forma de fazer relações entre o lugar onde os alunos/estudantes vivem e a escola onde fazem a sua formação. Como o próprio nome já diz, há uma alternância entre as experiências, em que uma não anula a outra, mas se complementam. Nessa experiência, o aluno está no centro do processo, aprendendo, estudando e se formando através das trocas que essas vivências lhe oportunizam.

Segundo MARTINS, 2019, p. 43-44:

A Pedagogia da Alternância estabelece uma relação entre o meio em que vive o aluno (família e comunidade) e a escola. Eles não são duas instâncias antagônicas e excludentes, conforme afirmam algumas correntes pedagógicas, mas constituem uma unidade na diversidade de situações. Do meio (realidade) é que surgem as indagações, inquietações, os problemas.

### **3.1.7 Educação no MST**

Se faz necessário entender que há um sentido educativo no MST, nas pautas, nas lutas e em cada passo que o movimento dá na busca da concretização das suas demandas. Ocupar a escola significa mais do que ocupar o espaço físico em si. Significa criar uma escola pensada pelo e para o movimento. Que atenda as

demandas do mesmo em sua integralidade e de acordo com os objetivos do mesmo. Ocupar a escola significa tornar a escola um determinado espaço que se faz dinâmico e que dinamiza o Movimento em si, fazendo com que a escola seja parte do mesmo. Para os militantes, a escola é algo que vai além da instituição em si, do sentido educativo, e de meramente avançar na escolaridade. A escola é também um lugar de formação para a militância.

A educação, no contexto do MST, tem suas maneiras próprias de pensar e fazer a educação. Há um método pedagógico próprio pensado pelo movimento, com origem na educação do campo que surge como uma demanda dos movimentos sociais de luta pela terra. Também é importante considerar a metodologia da Pedagogia da Alternância como metodologia adotada pelo ITERRA, instituto que é o espaço onde foi realizada essa pesquisa.

Historicamente, há no Brasil uma negação da necessidade de uma educação voltada ao povo do campo, que vá ao encontro dos interesses dos trabalhadores do campo. Geralmente, os currículos escolares são pensados a partir da ótica de quem vive no meio urbano e está distante da realidade do meio rural, desconhecendo os conhecimentos tradicionais de quem vive no campo: o tempo de plantar, tempo de colher, a previsão do tempo, etc. A demanda por uma educação para os camponeses reforça as razões pelas quais o MST abraça a luta pela terra e por uma educação do campo.

A obra “Movimento Camponês – Educação e Trabalho”, da autora Marlene Ribeiro, apresenta os sujeitos do movimento sem terra como pessoas que foram transformadas pelo movimento e pela árdua luta que a militância lhe impõe. A educação do campo, a partir do olhar dos militantes do movimento, vai sendo pensada e moldada tendo por base a luta que enfrentam, dia a dia, na conquista da terra e na busca pelos seus direitos enquanto indivíduos que fazem da terra seu lugar de vida.

A escola é parte da vida dos militantes. Não é o todo e, sozinha, não resolve os problemas em si, mas ela tem muito a contribuir com a vida e com a construção do ideal dos camponeses, pensando especialmente na sua formação, em que terra e escola fazem parte da mesma luta na busca por autonomia.

A realidade dos acampamentos é um campo difícil, um espaço árduo onde a luta é pela sobrevivência, para resistir no seu lugar de pertencimento, na terra, onde a escola é uma demanda que fica em segundo lugar, não sendo inicialmente uma

prioridade para os militantes, mas que, com o passar do tempo, e com a presença das crianças, passa a ser uma necessidade dos acampados, já que torna-se necessário um lugar onde as crianças possam se sentir seguras quando seus pais precisam ausentar-se dos acampamentos para realizar outras atividades da militância, como ocupações e assembléias, por exemplo.

Logo, este capítulo destinou-se a escrita de como a Pedagogia do MST se consolidou nas escolas do movimento, principalmente no ITERRA, e como a Educação do Campo tem sua contribuição nessa pedagogia, além de como o método da alternância, adotado pelo ITERRA, vem a contribuir com o modelo formativo pensado pelo Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária-ITERRA. A ideia base deste capítulo é fazer ligações de como esses pontos citados se interligam e contribuem com a construção pedagógica do ITERRA.

### **3.1.8 A História do ITERRA**

O ITERRA nasce a partir de uma demanda por uma formação pensada para os educadores que atuavam nos assentamentos e nos acampamentos do MST.

A organização do ITERRA se dá a partir das ideias pedagógicas socialistas que têm raízes nos pensamentos de Pistrak e Makarenko, que, através dos chamados complexos temáticos e da Pedagogia da Alternância, organizam o ensino e as vivências dentro do ITERRA.

Conforme Camini (2009), em 1990 teve início o curso de magistério para professores, voltado para professores das escolas dos assentamentos, através do FUNDEP. De 1990 até 1996 foram formadas cinco turmas do curso de magistério.

De acordo com Caldart *et al.* (2013), em 1989, os trabalhadores sem-terra e os movimentos sociais apoiados por setores da igreja católica passam a contribuir no debate acerca da proposta de educação do MST. Também nesse período foi criado o Departamento de Educação Rural (DER), sediado no município de Braga-RS, e a Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Reforma Agrária (FUNDEP), com sede em Três Passos-RS. Em 1991, havia sido ofertado o prédio do seminário dos Capuchinhos, que está situado em Veranópolis, onde seria cedido ao MST um espaço para o mesmo fazer uso. A partir de então, a “Escola do MST” se torna realidade através do espaço cedido, que passa a ser usado pelo movimento.

Depois de algumas reformas e ajustes, se iniciaram as atividades no antigo seminário. O espaço era usado para cursos, para guardar documentos e para a produção de alguns alimentos que ajudaram a manter o mesmo. Cada curso criado era pensado pelo próprio MST. O mesmo criou, no dia 1º de agosto de 1995, o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária-ITERRA. No ano de 1996, se organizou a transferência do curso de Magistério que havia começado em Braga-RS para Veranópolis-RS: “A turma de Magistério, que estava em etapa no mês de julho de 1997, concluiu seu Tempo Escola participando do I Encontro Nacional das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária (I Enerà), em Brasília (DF) [...]” (CALDART *et al.*, 2013).

No ano de 1999, o ITERRA, através de uma parceria com o INCRA, começa a receber os recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), quando o mesmo passa a receber mais recursos para manter o Instituto: “Atendendo a novas exigências da legislação educacional em vigor, a partir de janeiro de 2001 foi alterada a denominação da escola para Instituto de Educação Josué de Castro, nome mantido até hoje” (CALDART *et al.*, 2013, p. 56).

O ano de 2002 foi marcado por um fato importante na história do ITERRA, pois o mesmo passa a atender ao ensino superior, funcionando em parceria com outras instituições, como universidades e escolas. Citamos aqui como parceiros do ITERRA: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, mais recentemente, a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) que, em 2012, faz parceria com o Instituto para ofertar o curso de Licenciatura em História para a formação de professores, objeto de estudo da presente pesquisa em desenvolvimento.

Os complexos temáticos são, também, conhecidos como áreas de interesse, ou temas dos quais o aluno tenha mais afinidade e que esteja relacionado com os objetivos que norteiam a atuação do ITERRA enquanto instituição que forma os estudantes para atuarem nas áreas de Reforma Agrária. Esse método trabalha de forma interdisciplinar, contemplando as várias vivências dos estudantes, onde eles são atraídos pelo método de ensino que alia teoria e prática durante a sua formação no ITERRA.

#### **4 ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA TURMA DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DO ITERRA**

Este capítulo, que também é o último deste trabalho, será destinado à análise dos dados coletados a partir do questionário aplicado e das entrevistas realizadas.

O objetivo deste capítulo é apresentar o material obtido por meio das entrevistas considerando o distanciamento do pesquisador do objeto pesquisado. Quando se aborda o tema educação no Movimento Sem Terra, se pensa muito em “ocupar” a escola. A escola é um espaço formativo e, como tal, traz elementos importantes para a formação humana. Uma escola tradicional, que é o que frequentemente encontramos, acaba apenas reproduzindo um modo de ensinar repetitivo e que não é atraente, muitas vezes repetindo uma lógica excludente e que se mostra incapaz de dialogar com as minorias.

Como vimos anteriormente, a escola no MST nasce de uma demanda dos militantes por um espaço em que pudessem deixar seus filhos em segurança enquanto precisassem sair para as reuniões, encontros e momentos que a militância exigisse atenção. A vida na militância, nos acampamentos e assentamentos se configura de modo diferente do que a vida na sociedade em geral.

Quando um acampamento inicia as suas atividades, embaixo das lonas pretas tudo é muito precário. Faltam recursos dos mais diversos. Os elementos necessários para a manutenção da vida são, muitas vezes, escassos ou não existem. O que existe e move os acampados é a vontade de mudar e melhorar a vida. E, em determinado momento, isso passa pela escola. Mas uma escola que seja adaptada a essa realidade.

Com o passar dos anos, o movimento foi adquirindo experiência de organização e confirmando, cada vez mais, a necessidade da escola presente em sua caminhada. Assim, foi percebendo que a educação é um direito de todos, inclusive no lugar onde os trabalhadores se encontram. (CAMINI, 2009, p. 114).

Para o militante do MST, além da terra, do seu espaço de viver e de existir, tudo acabou sendo negado, inclusive o acesso à escola e, portanto, ele precisa lutar por esse espaço, e isso significa, inclusive, criar meios de fazê-lo.

Na época em que conheci o mesmo, algo me chamou a atenção, principalmente a forma como os estudantes se organizavam, a disciplina que tinham

para cumprir suas tarefas, estudar, ler e, principalmente, a forma como se preparavam para a militância. Os elementos que faziam parte do seu dia a dia, especialmente a mística<sup>2</sup>, algo que, pra mim, é único, diferente e emocionante. Ali aprendi um pouco mais sobre o movimento, sobre a militância e sobre as pautas que o mesmo defende. Também foi ali que começou o meu interesse em estudar um pouco mais sobre o movimento, até escolher o mesmo e o seu método educativo como o tema para ser desenvolvido durante a escrita da dissertação e da minha pesquisa.

De acordo com os Cadernos do ITERRA de dezembro de 2004, que tratam do Método Pedagógico do ITERRA, e com o PPC do curso, o mesmo apresenta como o tempo se divide no instituto: Tempo Formatura, Tempo Aula, Tempo Trabalho, Tempo Oficina, Tempo Leitura, Tempo Estudo, Tempo Cultura, Tempo Notícia, Tempo Reflexão Escrita, Tempo Educação Física, Tempo Núcleo de Base (NB), Tempo Verificação de Leitura (VL) (ITERRA, 2004).

Essa forma de organização foi bastante destacada pelos estudantes enquanto eram entrevistados. Inclusive, durante a realização das entrevistas *in loco*, notou-se que os mesmos são muito fiéis a essa organização, não sendo possível reuni-los para uma grande roda de conversa, pois respeitavam muito seus horários e essa rotina preestabelecida, e esse momento alteraria a rotina do coletivo, de modo que essa atividade se tornou inviável.

Ainda sobre o método pedagógico do ITERRA, a organização da instituição é regulamentada pelo PRONERA, que havia sido criado em 1998, constituindo a lei que regulamenta a Educação no MST e que trata da formação de professores, inclusive dos que atuam nas escolas do MST. Isso se deu através do Decreto nº 7.352, de novembro de 2010, que trata com ênfase a Educação do Campo.

A formação de professores poderá ser feita concomitantemente à atuação profissional, de acordo com metodologias adequadas, inclusive a pedagogia da alternância, e sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da educação do campo, e por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 2010, p. 1).

---

<sup>2</sup> Mística: é um momento que combina elementos que remetem à luta, à política e à religiosidade. Nesse momento são entoados cantos, declamadas poesias e encenados teatros. Todas as atividades são feitas com intencionalidade. Nesse momento usam bonés, bandeiras, enxadas e materiais que remetem ao MST. Nesse momento refletem sobre a luta por terra.

Durante as entrevistas, os estudantes estavam no tempo escolar e foram respondendo as perguntas realizadas nas entrevistas. Muitas vezes a entrevista foi feita quando o estudante estava realizando alguma atividade na cozinha, na horta ou na lavanderia, por exemplo, o que dificultou algumas gravações, mas que mostra o quanto eles mantêm o foco na disciplina para a execução de suas atividades, algo que faz lembrar a obra de Makarenko e seu relato das experiências dentro das colônias.

Tendo em vista que a pesquisa se dá num curso *stricto sensu*, o que exige que, no final do mesmo, haja um produto ou um diagnóstico, uma proposta voltada à área educacional, o tema do estudo vai na direção de se pensar a educação no MST e, mais especificamente, olhar para a mesma pensando nas suas possibilidades, nas suas possíveis melhorias e, por fim, na aplicabilidade da mesma. Sendo assim, como prevê o PPC, a concepção pedagógica educativa do ITERRA tem alguns princípios, que são:

- Garantir a educação de qualidade social para todos;
- Universalizar a educação básica no campo;
- Formar para as várias dimensões da pessoa humana;
- Cultivar valores humanistas;
- Promover a educação para o trabalho e para a cooperação;
- Educar como processo permanente de formação e transformação humana.

Esta pesquisa de campo também procura olhar para o que está previsto nas leis e na prática para associar as duas coisas. Para tal, foram realizadas entrevistas com a finalidade de coletar os dados necessários para o desenvolvimento da mesma. O objetivo da entrevista é dialogar com os estudantes e questionar os mesmos sobre a sua experiência no instituto, sobre como aprendem, o que eles aprendem e como o ensino ofertado pelo ITERRA contribuiu para a sua formação na militância, na luta por terra e por Reforma Agrária.

Foi realizado um total de 22 perguntas. Porém, foram selecionadas apenas as respostas que traziam elementos mais importantes na visão da pesquisadora e da proposta de pesquisa em si. Algumas serão analisadas de forma qualitativa e outras de forma quantitativa. Para cada pergunta, as respostas dadas foram diferentes, logo, a análise das mesmas também se dá de vários modos. Portanto, optou-se por dividir as respostas para as perguntas realizadas em dois nichos: qualitativas e quantitativas, de acordo com a resposta dada. Por ser uma turma que

tem origens bastante distintas, com estudantes de várias regiões do Brasil, as respostas também se deram da mesma forma, sendo respostas variadas. Foram entrevistados 20 estudantes. Cada estudante vem de uma realidade diferente. Nem todos têm sua origem direta no MST. Alguns são oriundos do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), outros do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). A maioria deles foram indicados pelos próprios movimentos sociais para fazerem parte da turma do curso de Licenciatura em História do ITERRA.

Uma das primeiras perguntas realizadas foi sobre como o estudante tomou conhecimento do instituto. Constatou-se que cada um acessou o mesmo de uma forma diferente. Para o estudante Carlos, por exemplo, a chegada ao ITERRA se deu através de outros movimentos sociais, de outros grupos (nesse caso em específico, através do Levante Popular da Juventude, que é um movimento de massas que se construiu a fim de acolher os jovens dos mais diversos grupos minoritários que, muitas vezes, foram esquecidos e excluídos durante a história do Brasil). Fazem parte desse grupo jovens negros, camponeses, estudantes e aqueles que, de algum modo, se sentem injustiçados pela exclusão que sofreram.

*“Eu comecei a militar em dois mil e treze, quatorze, quinze num movimento que se chama levante popular da juventude movimento bem próximo do MST eu comecei numa célula em Canguçu que é uma cidade no sul do estado lá o movimento já foi criado digamos assim incentivado lá né pelo MPA, o Movimento dos Pequenos Agricultores. Então a gente foi conhecendo nesse sentido melhor esses movimentos assim que compõe esse campo político. E daí mais recentemente em dois mil e dezoito eu tava me inserindo na numa das tarefas do levante na formação política e daí através dessa tarefa eu conheci algumas pessoas que trabalham aqui na escola ali, né? Principalmente o Miguel era o e era bem no período que estava abrindo a turma de história. Então foi um pouco através disso que eu conheci aqui a escola. Eu fui indicado daí então pra quem está é integrando essa turma daí. Foi um pouco assim.”*

Como percebemos na fala do Carlos, a sua inserção no ITERRA se deu através do Levante Popular da Juventude, que foi fundado pelo incentivo do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que são movimentos coirmãos, digamos assim, e que, muitas vezes, participam de eventos e de formações em que acabam conhecendo outros militantes. Foi desse modo que ele conheceu o Miguel (professor do ITERRA) e, através de uma indicação, passou a estudar no ITERRA.

O foco de estudo desta pesquisa é o curso de Licenciatura em História; Contudo, o ITERRA oferece cursos também em outras áreas, o que dá

oportunidades aos estudantes que desejam conhecer o espaço e, também, incentiva os mesmos a começarem a sua caminhada no ITERRA, um pouco antes do ingresso na graduação, através de outros cursos, realizados anteriormente no instituto. Esse é o caso de alguns estudantes:

*“Foi em dois mil e onze. Eu estava no assentamento lá em Aceguá lá na fronteira lá “tava” fazendo do ensino médio, voltando a estudar tinha parado quatro anos e aí o dirigente “ahm” dirigente da região, né? Que também estudou aqui, perguntou se eu me interessaria fazer o terminar, o ensino médio aqui com o técnico, técnico em antigamente o técnico em administração e cooperativa, o técnico em cooperativismo, né? O TAC. Então eu é... meio sem nada, sem conhecer, mas interessado saber mais um pouco da escola eu decidi vim e me formei no técnico, fiz mais alguns cursos de formação política, algumas outras visitas e aí com o tempo também inserindo a turma de história.” (Daniel)*

*“Eu tomei conhecimento porque tinha duas “ahm” duas colegas minhas né? De da da escola que foram indicadas né? Pelo dirigente da da região pra fazer o TAC aqui né? No instituto né? Que naquela época era lá em Veranópolis aí depois quando eu terminei o médio o ensino médio meu professor me indicou pra turma de história. Certo.” (Gustavo)*

É interessante observarmos que, nessas falas registradas até aqui, os jovens manifestaram um interesse em ingressar no instituto logo que conhecem o mesmo, e esse fato chama atenção, pois o instituto tem certa disciplina, o que demonstra a aceitação e o interesse em estar num espaço educativo que exige dos estudantes certa organização e disciplina.

Dentro da organicidade do movimento há muitas lideranças que, muitas vezes, ajudam os jovens na decisão de buscar uma formação profissional. Já outros estudantes ficaram sabendo da existência do instituto através da organização e das instâncias maiores do movimento, por meio das lideranças do mesmo.

*“Através da base, né? Da organização mesmo do MST, é... tinha essa oportunidade de frequentar o curso, então através da base. Fiquei sabendo, fiquei interessado e também amigos da outra turma que já tinham feito a primeira turma, né? Aqui também contribuíram muito pra essa...pra essa minha vinda pro curso.” (Gilberto)*

*“É... eu fui chamada pra fazer um uma prova né? O vestibular e através da coordenação do MST lá do Sul de Minas e foi assim que eu tive o primeiro vínculo com o ITERRA.” (Keli)*

*“Desde de muito novo, né? Desde os meus dois anos de idade, a gente é uma família acampada do MST lá no estado do Rio de Janeiro. E depois a gente se mudou pra Santa Catarina nesse assentamento e em dois mil e dezenove abriu o circular do movimento, né? Sobre o curso e elas essas circular ela rodou pelos pelas instâncias dos estados e chegou até a gente*

*através da organicidade mesmo do movimento de fluxo de informação e de massificação da turma. Foi através do próprio movimento.” (Mateus)*

*“É o conhecimento foi através do próprio movimento, eu sempre ouvi falar das em primeiro lugar das turmas que o movimento tinha, primeiramente a partir das turmas que alguns vizinhos meus acabaram cursando com uma medicina em Cuba. Primeiras turmas que saíram, né!? Nos programas que o movimento conseguiu ingressar, né? Daí a partir disso eu fui tomando conhecimento sobre as outras “turma” e principalmente as que foram saindo aqui na região sul do país, no Rio Grande do Sul. E onde eu nasci que é... Não-Me-Toque região norte do estado do Rio Grande do Sul é perto de Pontão. Pontão tem uma escola do movimento. Que é o Educar.. Daí eu sempre estava frequentando a Educar nos “curso” e tal. E lá eu tinha conhecimento de todas as “turma” que ia sair.” (Renato)*

Algo que chama bastante atenção é o interesse dos jovens em inserir-se no ITERRA, em entender o movimento e sua organicidade. Boa parte dos estudantes foram indicados pelos movimentos sociais nos quais militam, e isso demonstra uma certa confiança que é depositada nos estudantes.

Outros estudantes acessaram o instituto por meio de outras pessoas que já haviam estudado no mesmo e, desse modo, o apresentaram como uma possibilidade formativa para seus “pares” através da indicação de outros companheiros que já conheciam o instituto.

*“Eu já conhecia o Instituto antes pela... pelo duas amigas que já fizeram o curso de História I, a Meire e a Iraci que fizeram na primeira turma e aí eu sempre tive vontade de estudar numa escola que tem esse vínculo com o Movimento Sem Terra, né por ser assentada, por ser militante do MST, então sempre preferir tá nesses espaços onde é organizado pelo MST. E aí então quando eu descobri que ia sair a segunda turma de história e nós definimos enquanto coletivo, na direção estadual que eu viria pelo estado do Mato Grosso.” (Valeska)*

*“Eu tomei conhecimento porque tinha duas ah... duas colegas minhas né? De da da escola que foram “indicada” né!? Pelo dirigente da da região pra fazer o TAC aqui...né? No instituto né? Que naquela época era lá em Veranópolis aí depois quando eu terminei o médio.... o ensino médio meu professor me indicou pra turma de história.” (Gean)*

É notável que cada estudante vem de uma caminhada diferente antes de acessar o Instituto, a começar pela forma como ingressaram no mesmo. Isso leva a acreditar no quanto o mesmo é divulgado, conhecido e respeitado dentro dos movimentos sociais.

Outra pergunta realizada foi o porquê do estudante ter optado pela Licenciatura em História, qual era sua intenção na escolha do curso e quais eram as razões que o levaram a escolher o instituto para fazer a sua formação.

Cada estudante apresentou razões diferentes pelas quais optou pelo mesmo. Para alguns deles o curso é uma alternativa para encontrar um lugar para trabalhar. É interessante olharmos com essa perspectiva para entender que há uma busca por oportunidades de trabalho, já que muitas vezes o jovem está desacreditado do mundo do trabalho e acredita que uma formação, qualquer que seja, o ajudará nesse processo.

*“Por que você optou pela licenciatura em história? Optar assim optar hum não optei mas Comecei gostar pra dizer a verdade e daí...eu agora sinto é assim, terminar o curso e também pra ter uma renda não tem outro... outra.... outro lugar para atuar. Começa do zero.” (Bernardo)*

Outros estudantes veem no curso a possibilidade de formação política, o debate de ideias, a construção dos processos sociais, os momentos de formação humana, a preparação para a militância e a oferta de elementos que ajudam nos debates sobre a luta pela terra e por Reforma Agrária. Há estudantes que relatam o gosto pela disciplina de História desde o Ensino Médio.

*“Com...com as tarefas no levante daí, né? Na na formação política assim. Então acabou casando bastante coisa e tem muito a ver tanto com o interesse história, com interesse com a licenciatura, com a docência, com a educação popular. Mas também por ser no aqui no EJC, que foi uma coisa que me chamou a atenção também, né? Se fosse talvez se fosse em outro lugar eu não teria entrado neste curso talvez, né? Não sei.” (Carlos)*

*“Eh um pouco bastante sucessivo dos amigo, né da primeira turma que falavam do curso em si e pra compreender um pouco o processo da humanidade mesmo. Hm-huh. Ahm o curso ajuda a fazer na militância Com certeza, curso tem esse caráter também, né? Pra mim. Hm-huh. Tá atuando depois enquanto, enquanto militante na nossa causa.” (Gilberto)*

Alguns estudantes tiveram certas dificuldades para se adaptar ao curso, mas, com o tempo, superaram as dificuldades e associaram o curso a outras possibilidades que vão além da sala de aula. Mesmo sendo um curso de licenciatura que forma os estudantes para a docência, os mesmos destacam o quanto o curso os ajuda em outras questões políticas, sociais e econômicas, assim como no debate sobre a Reforma Agrária.

*“Então de início não era o que eu tinha pensado assim como proposta de curso e tudo mais mas eu também estava bem perdida assim no que eu queria, eu queria várias áreas uma diferente da outra, mas aí a História é uma matéria que eu gostava muito e não só pela História mas também pela*

*pelo pela formação política também da escola, eu acabei entrando na turma.” (Keli)*

Para outros estudantes, o ingresso no curso representava a possibilidade de ter alguma formação com a qual eles se identificassem, seja pelo fato de ser uma disciplina das ciências humanas, seja por terem tido alguma experiência com a docência e isso ter despertado o interesse em atuar na área da educação. Também, notou-se que muitos se identificam com os conteúdos do curso, o que vai muito além das disciplinas didáticas. São conteúdos que interessam na formação humana, profissional e pessoal, ajudando-os a se prepararem para pensar e discutir questões sociais. Aqui estão alguns exemplos:

*“Na verdade ela optou por mim. Se dissesse que ia ter Geografia, se dissesse que ia ter qualquer outro curso na área humanas aqui no ITERRA eu viria, né? Não sei muito se se ouviria pelas exatas, mas pelas ahm... pelas humanas eu eu viria então eu digo que foi o curso que optou por mim, né? A possibilidade, oportunidade de de vim fazer, não tinha muita perspectiva de fazer algum curso ah por conta em outra universidade aqui.” (Daniel)*

*“Porque eu já tive uma experiência com educação e História no meu ensino médio foi uma matéria que me chamou muita atenção apareceu a indicação e eu topei.” (Liliane)*

*“Aqui é uma área que eu tinha relativo interesse e oportunidade se apresentou no momento certo.” (César)*

*“E eu tinha uma proximidade com a história e interesse assim grande né!? Sobre o ensino de história, licenciatura. Então eu me interessei a partir disso, né? E tomei conhecimento a partir disso.” (Renato)*

Outra colocação interessante que os estudantes fizeram foi sobre a forma como o conteúdo ensinado, debatido e pensado dentro do ITERRA os ajudou na sua vida pessoal e, também, a compreender a sua própria história.

*“Porque dentro do movimento social do MST já é um algo que a gente já vê muito, né? Algumas questões sobre a gente escrever a nossa própria história, sobre todas as questões, então foi algo que eu me identifiquei mais. Apesar que tinha em mente a história das artes né? Mas a história em si, a licenciatura em história foi uma das opções assim que estava mais em mente.” (Yvone)*

*“Por que? Olha, porque no momento eu já estava com minha idade meio avançada e eu tinha que estudar, né? Então uma coisa casou com a outra. Hm-huh. E depois que eu sempre tive vontade de estudar, ter esses conhecimentos da da própria história da gente também, né? Hm-huh.” (Marciane)*

Alguns estudantes trazem, em suas falas, vários elementos que justificam por que escolheram o instituto e o curso. Muitos optam pelo curso por ser indicação de alguém, por vontade de estudar, pela necessidade de compreender alguns pontos importantes da vida em sociedade, pelo desejo de desenvolver uma pesquisa ou algo nesse sentido. Uma razão recorrente pela escolha do instituto é a identificação com o curso, com os conteúdos ensinados e com os debates propostos pelo mesmo.

*“Bom num primeiro momento eh vim pra turma foi eh uma questão de massificação né? Era uma demanda do movimento ter essa turma já tinha esse essa parceria com a universidade através do PRONERA e a turma tava muito reduzida. Então essa foi eh não só uma indicação de pessoas selecionadas mas foi uma muito aberto assim pra gente conseguir massificar a turma e ter abertura da turma. Então num primeiro momento foi mesmo na massificação da turma e consegui garantir esse direito nosso da educação. E aí tenho a outras questões, né? Que seria mais de a nossa família, ser uma família de professores e professores, meu pai, minha mãe As duas irmãs mais velhas também são professores. Então acho que tem muito incentivo da família de cursar licenciatura. E também entendendo que a formação e a educação popular pro MST é muito importante nessa de uma transformação da sociedade também de do nosso projeto de sociedade que o movimento tem por si. Então acho que a licenciatura e principalmente em história né? A licenciatura por conta da educação e da formação e a história por ser uma área da pesquisa, uma na área da ciência que né? Que faz esse resgate tanto da identidade do Movimento Sem Terra, né? Pra ter essa, pra gente conseguir se localizar temporal geograficamente, mas também construir uma identidade através daquilo que é o acúmulo do Movimento Sem Terra e das lutas com relação a questão agrária no Brasil também.” (Mateus)*

O estudante Mateus aponta um fator interessante. Ele fala do esforço que foi feito para abrir a turma e garantir o direito à educação, a uma formação popular, principalmente de cursar um curso voltado à educação e à formação humana, e aponta o compromisso da construção da identidade dos sem-terra. Além disso, o mesmo destaca a sua proximidade com a profissão de educador, já que seus pais e a irmã atuam na profissão de educadores.

Tendo em vista a formação para a militância, a pergunta de número 3 era: “O curso ajudou você na militância?”. Foram 16 respostas sobre tal pergunta. De forma unânime, todos afirmaram que o movimento contribuiu para sua formação na militância. Dentre os pontos que os estudantes citaram como sendo os mais importantes para a formação militante, destaco aqui alguns que foram citados de forma mais frequente:

- Organização do movimento;

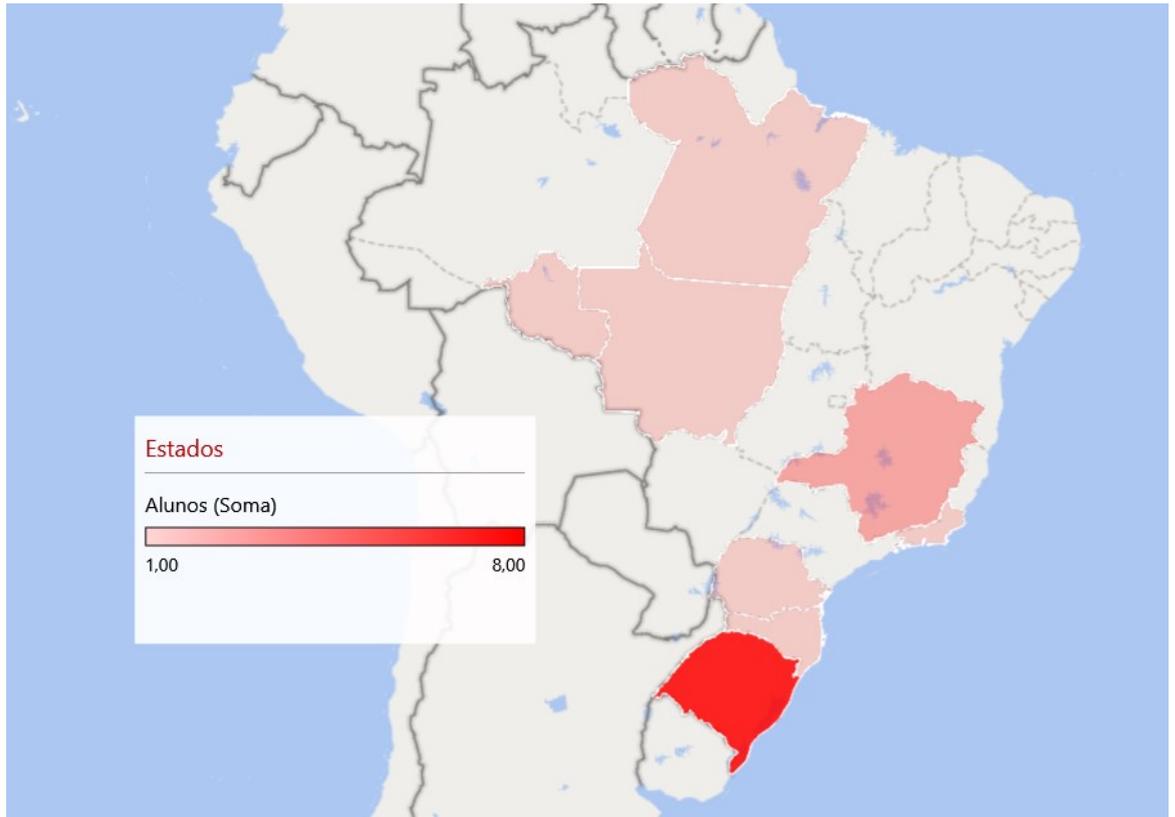
- Atuação na causa;
- Processo de formação, consciência política;
- Novas visões de mundo;

Nessa questão os estudantes mencionaram em que pontos a formação do ITERRA foi mais importante, merecendo mais destaque no processo formativo e na trajetória formativa dentro do Instituto.

Quando questionados sobre como o curso ajudou nas questões da Reforma Agrária, os respondentes foram unânimes ao responder que “sim”, enfatizando que “o curso contribuiu muito para o debate da Reforma Agrária” (73% das respostas). Alguns respondentes apontam que é “uma reforma que modifica outros setores da sociedade e ajuda a pensar outros movimentos sociais” (20 % das respostas). Um aluno ainda frisa que o curso “explica para os alunos o que é a Reforma Agrária”.

Em função do ITERRA receber alunos de vários lugares do Brasil, uma das perguntas, que aborda essa diversidade de origens, é a seguinte: De que região, estado ou município é?

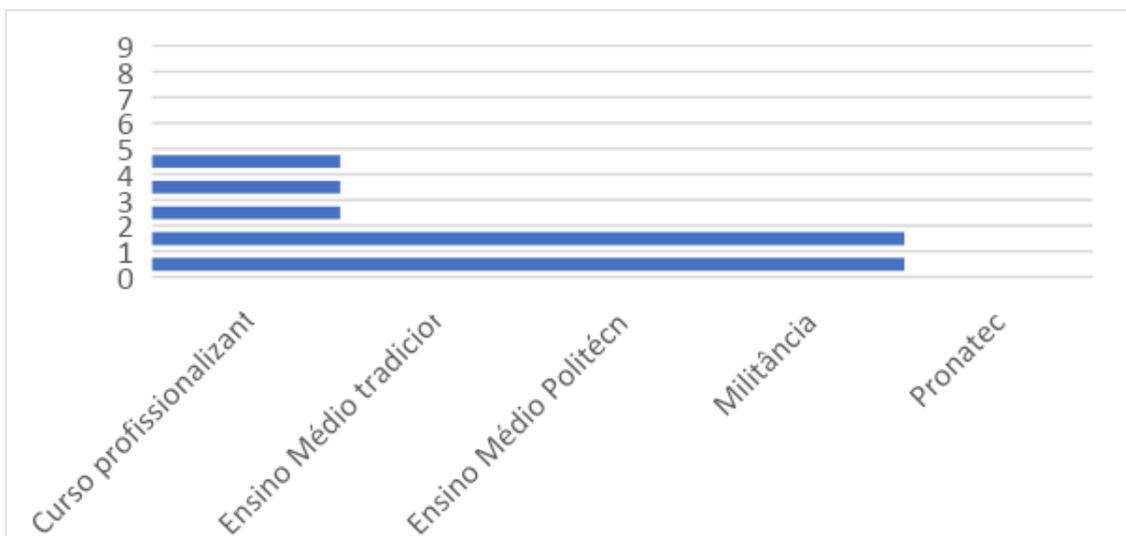
Para respondê-la, foi desenvolvido um gráfico que mostra que boa parte dos estudantes é do Rio Grande do Sul, seguido por Minas Gerais e pelos demais estados.



Fonte: dados desta pesquisa.

Também foi questionado como foi o Ensino Médio dos estudantes e sua formação inicial, a fim de compreender como foi sua base formativa. A pergunta feita foi: Qual é a sua primeira formação? Como foi o Ensino Médio? Foi um curso técnico?

Através das respostas foi construído o gráfico a seguir.



Fonte: dados desta pesquisa.

Através do gráfico acima notamos que a grande maioria dos jovens frequentou o ensino médio tradicional.

O MST atua em várias frentes, nos chamados setores, saúde, educação, etc. Isso contribui para que os integrantes do movimento tenham uma “bagagem” tanto formativa quanto de experiência. Essa pergunta visa apresentar outras vivências interessantes que os alunos tiveram na sua trajetória e que refletem na sua experiência atual.

Segue abaixo a lista dos cursos que os estudantes já participaram e/ou ainda participam. Nota-se que há uma diversidade de cursos bem significativa. A intenção de se colocar estes dados se dá pelo fato de haver diversos cursos dos quais os estudantes participaram. Considerando-se isso, foi feita a seguinte pergunta: Dentro do movimento, você participa de quais espaços de formação?

Partindo das respostas obtidas, foi elaborada uma lista de cursos que inclui: Cultivo de Sementes; Questão Agrária; Geopolítica; Formação Básica de Levante Popular da Juventude; Pedagogia do Movimento Sem-Terra; Formação dos Assentamentos; Luta pela terra e por moradia; Organicidade do MST; Frente do Coletivo Educação; Coletivo de Mulheres; Coletivo de Saúde; Coletivo LGBTQUIA+; Formação de novos militantes para ajudar nas mobilizações; Setor juventude do movimento e as Instâncias Diretivas.

O ITERRA é amplamente conhecido na esfera dos movimentos sociais, o que contribui para que muitos alunos possam vir de vários lugares do Brasil para estudar no instituto.

A pergunta a seguir é talvez uma das que mais trazem elementos que justificam a diversidade do ITERRA, pois mostra os vários lugares de onde os estudantes partiram a fim de realizar sua formação. Esses estudantes, muitas vezes, atravessaram o país para chegar até o instituto. Dessa forma, uma das perguntas era: Qual a distância do assentamento em relação à capital do estado de origem?

Após a coleta dos dados, foi construída uma tabela com as informações obtidas.

<b>Aluno</b>	<b>Cidade</b>	<b>Distância da Capital</b>
Andréia	Passo Fundo-RS 280 km (da capital Porto Alegre)	280
Bruno	Jóia-RS 429 km (da capital Porto Alegre)	429
Carlos	Canguçu-RS 269 km (da capital Porto Alegre)	269
Daniel	Viamão-RS 15 km (da capital Porto Alegre)	15

Gilberto	Dionísio Cerqueira-SC 600 km (da capital Florianópolis)	600
Gustavo	Piratini-RS 345 km (da capital Porto Alegre)	345
Keli	Alfenas-MG 349 (da capital Belo Horizonte)	349
Liliane	Campo do Meio-MG 307 (da capital Belo Horizonte)	307
Marciane	Jóia-RS 429 km (da capital Porto Alegre)	429
Mateus	Calmon-RS 439 km (da capital Florianópolis)	439
Renato	Castro-PR 159 km (da capital Curitiba)	159
Talia	Janiru-SP 80 km (da capital São Paulo)	80
Valeska	Campo Verde-MT 132 km (da capital Mato Grosso)	132
Yvone	Parauapebas-PA 536,29 km (da capital Belém)	536
Cesar	Ariquemes-RO 202,5 km (da capital Porto Velho)	202
Gean	Pelotas-RS 261,8 km (da capital Porto Alegre)	261
	MÉDIA GERAL DE DISTÂNCIA DA CAPITAL	302

*Fonte: dados desta pesquisa.*

A partir da tabela da distância do estado de origem, algo que chama bastante atenção são as distâncias da capital do estado de origem e, conseqüentemente, em relação ao próprio ITERRA.

A Educação do Campo, que aqui é apresentada como uma educação voltada ao povo do campo, está diretamente ligada às ideias pedagógicas que pensam uma educação para o povo do campo que foi excluído e esquecido dos processos educativos ao longo da história. A educação do campo é pedagógica e, também, educativa: educa nos gestos, na prática educativa e no movimento constante. Nela as pessoas falam e debatem as ideias de forma coletiva. São famílias inteiras, pais e mães com seus filhos lutando por seus direitos, algo que deveria ser inerente à vivência em sociedade, mas que ainda está para ser conquistado. A educação do campo é um dos temas que orientam a educação no Âmbito do Movimento Sem Terra. É por isso, aqui neste ponto do texto, que o tema surge como ponto importante.

Os movimentos sociais são como o nome os define, movimentos, que partem do fato de não serem imóveis, prontos, mas sim um conjunto de atos em prol de um bem comum, de uma mudança social. Eles são inquietos e, além das agitações, representam uma causa, uma luta comum por uma demanda de muitos que se sentem injustiçados, humilhados ou esquecidos numa sociedade que se configurou desigual.

Para além de um movimento em que apenas se agitam bandeiras, ou apenas se entoam cantos, frases e versos em que se clama por uma vida melhor, ele é um

movimento por direitos que, há tempos, deveriam ser garantidos aos cidadãos, mas que, no entanto, não são. Existe, em meio a isso, um movimento que se diz pedagógico, um movimento educativo, inquieto e que não se deixa dominar. Um movimento que se renova e se torna popular, pois tem a capacidade de acolher a grande massa dos esquecidos da sociedade. O movimento educativo se refaz tendo sempre, em suas ideias pedagógicas, a educação popular e democrática.

O modelo educacional mais recente se configurou a partir dos anos 80, após o fim da ditadura militar de 1964 e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 205 prevê:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Além disso, a mesma lei, em seu artigo 206, prevê que a educação deve respeitar o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, e isso perpassa pelo respeito às diferentes realidades educacionais que podem ser vistas entre as realidades do campo e da cidade. Os educadores do campo precisam estar preparados para atuarem nas escolas do campo e para garantirem o respeito às demandas individuais de cada sujeito que dele faz parte, um espaço em que constroem sua vida e sua identidade.

O protagonismo da Educação do Campo se dá com os movimentos realizados pelos camponeses, que buscam uma vida com melhores condições, com acesso à educação. No entanto, se espera dessa educação que ela respeite a cultura e os costumes desses povos. Sendo assim, é importante diferenciarmos a Educação Rural da Educação do Campo.

A Educação do Campo se propõe a renovar sua concepção de educação, mas sempre tendo consigo o que a educação popular, a educação indígenas e a das comunidades africanas tinham como princípios. Esse modelo de educação se constitui pensando no povo do campo, mas só se concretizará a partir de uma mobilização maior, aliadas ao respeito às territorialidades, à natureza, às suas lutas, às suas culturas que lhe são próprias, únicas e particulares do mundo ao qual fazem parte.

A Educação do Campo é diferente da Educação Rural, que havia sido criada pelos governos e órgãos que tentavam impor um modelo de educação criado para ensinar o trabalhador do campo a migrar para a cidade e, depois, trabalhar no meio urbano, num movimento de torná-los operários das indústrias das grandes cidades.

Os movimentos sociais trataram de se posicionar contra o modelo de Educação Rural e, a partir dessa inquietação, se organizaram dentro da chamada sociedade civil e se propuseram a defender a Educação do Campo, criando meios de fazer o estado cumprir seu papel na garantia de uma educação para o povo camponês, responsabilizando estados e municípios sobre sua atuação nesse setor.

A Educação do Campo é de grande relevância para os militantes do MST, de modo que uma das perguntas feitas aos estudantes foi: Qual a relação com a Educação do Campo? Como veem a Educação do Campo?

Cada estudante apresentou de diferentes formas como a Educação do Campo faz parte da sua vida e a relação dos mesmos com essa proposta de educação pensada para o povo camponês. Em cada entrevista, os estudantes relataram diferentes formas de ver a Educação do Campo. A entrevistada Andressa afirma que o campo e a cidade têm uma relação de interdependência entre si.

*“Ah eu acho que é preciso porque o público do campo tem uma materialidade diferente do do público da cidade as duas tem que caminharem junto porque não é que depende uma as duas eh de de fato uma depende da outra né? Uhum mas a ai a e há ainda um preconceito desse público que vai do campo pra cidade estudar.” (Andressa)*

Para outros estudantes, a Educação do Campo está ligada a um projeto de país, a um ideal e à produção de alimentos para a população. Ela é uma forma de organizar os sujeitos e sua vida no campo, dando-lhes condições de alcançarem sua autonomia, superando o individualismo para que, assim, seja possível pensar e discutir uma Reforma Agrária Popular que possa contribuir com a soberania nacional, onde o povo protagonize o acesso à terra, de modo que ela possa ser um meio para sua sobrevivência.

*“(...) assim então acho que quando fala em Educação do Campo acho que é isso, tá ligado a um projeto, qual projeto de campo, de país que a gente defende, né? Acho que a Reforma Agrária Popular nesse sentido eh Coloca muitas deixas pra Educação do Campo. Então essa Educação do Campo tem que preparar os sujeitos do campo pra cooperação, pra fazer esse enfrentamento, pra construir algumas indústrias, pra produzir alimentos e*

*pra produzir assentamentos ou no campo que tem, que seja isso, né? Que seja espaço de vivência, de cultura (...).” (Carlos)*

*“E também a questão da formação humana, né? De tu ahm ter essa esse âmbito assim de não pensar só na gente assim, de pensar em algo mais, pensar na na a sociedade pode ser diferente, né? E e fazer um contraponto, né? Dessa questão da da do individualismo que é muito pregado pra sociedade, né? Que tá impregnado na nossa criação também, né? E aí a gente acaba se formando seres humanos solitários dentro duma coletividade e a educação do campo me mostra, me mostrou vem me mostrando, né? Muito que dá pra ser diferente, né? Principalmente aqui na escola, a gente aprende que dá pra ser diferente em sociedade, né?” (Daniel)*

A Educação do Campo, para alguns alunos, simboliza a possibilidade de poderem se formar enquanto sujeitos e indivíduos que têm consciência de sua vida, que têm seus direitos reservados e que fazem da terra seu espaço de vida e de luta. Nessa formação, ele cria condições de permanecer na terra. Esse posicionamento é interessante, pois mostra o quanto os jovens compreendem a importância da Educação do Campo, ou seja, a educação que atende seus interesses.

*“[...] eu acho que vai a uma é um projeto assim de educação incrível assim que um projeto de educação do campo mas também uma uma questão de de levar em conta a realidade do estudante sabe colocar isso dentro do do ensino dele. Então acho que é fundamental ainda mais pra nossa luta também, né? Que é uma luta não, não é só por terra, então é a condição de ficar na terra e a educação é uma delas, né?” (Keli)*

Já para a estudante Liliane, a Educação do Campo está ligada às ideias pedagógicas de Paulo Freire.

*“[...] vejo a educação do campo como transformadora assim. Porque você lida com a realidade e você trabalha com os alunos de acordo com a realidade dele, que é o método do Paulo Freire, né quer você utilizar a realidade do do ser né? Pra poder ajudar ele a compreender os processos.” (Liliane)*

Dentre as falas apresentadas até aqui, essa talvez seja uma das que chama bastante atenção pelo fato da estudante citar Paulo Freire e demonstrar o conhecimento que tem de suas ideias pedagógicas.

De acordo com o estudante Renato, a Educação do Campo é de grande importância para os assentamentos da Reforma Agrária, respeitando a realidade do camponês.

*“[...] a educação do campo, eu vejo como a nossa esperança assim também, tem uma uma esperança de que ela se concretize, né? Em todos os assentamentos e espaços da reforma agrária nós temos mesmo aqui isso não acontece hoje né? Mas a gente vê pelos espaços que tem né? O quanto é bom quando a gente consegue ter uma escola uma escola do campo né? Dentro dum assentamento ou próxima próprias escolas itinerantes que também são escolas que desenvolvem a educação do campo elas nos dão uma possibilidade de de conseguir incidir melhor na nossa própria realidade porque a educação do campo do campo desenvolvida principalmente dentro das nossas áreas elas elas partem da nossa realidade, né? Uhum. E também buscam entender a nossa própria realidade. Então isso ajuda muito na questão da de firmar, né? A juventude no campo, de dar essa possibilidade de continuidade do processo de luta camponês, organizada. Então, acho que a educação do campo cumpri o grande papel formativo, né? Dentro do movimento de formação ideológica, humana e de grande leitura da realidade assim desde os pequenininhos até os mais velho.” (Renato)*

Para outros estudantes, a Educação do Campo passa por dificuldades por ocupar um espaço que acaba sendo alvo de disputa de outros projetos de educação, o que acaba gerando alguns problemas, principalmente relacionados às escolas precarizadas, de difícil acesso e onde o transporte não chega, como se o objetivo fosse seus sucateamento e abandono e, conseqüentemente, a saída do meio rural.

*“Eu vejo a educação do campo em um espaço de disputa. E necessária assim pra quem mora e trabalha no campo assim só que infelizmente hoje com essas questões da da reforma da educação, dos cortes da educação, as escolas do campo estão sendo disputadas eh nesse sentido de serem fechadas, sabe e eu acho que teremos uma perda muito política se as escolas do campo forem fechadas e e aí é o espaço de disputa e de luta permanente sabe? Porque as pessoas que estuda nessas escolas do campo moram no assentamento, tá ali no dia a dia e daí tipo se fecham a escola do campo, o aluno tem que andar cinquenta, trinta quilômetros de ônibus pra acessar a escola da cidade e já é uma dificuldade porque muitos não tem os transporte que já é mais antigo e tudo mais sabe? Então é necessário manter a escola no campo e daí a nossa pauta enquanto o Movimento Sem Terra é a defesa e a permanência das escola no campo certo?” (Valeska)*

Também é relatado pelos estudantes que muitos dos profissionais da educação que estão nas escolas não têm uma compreensão de como funciona a dinâmica e a organização do espaço, além de não entenderem a realidade dos estudantes do campo.

*“Não simplesmente pegar professores da cidade que não tiveram essa formação que também não é culpa deles também né Hm-huh. E jogar num assentamento aonde por exemplo a cidade mais próxima é totalmente distante então a realidade deles com a a o meio urbano é muito restrita então gira tudo em torno do rural e o professor não consegue atingir essa esfera e não consegue eh tocar nesse nos assuntos que referem ao próprio*

*campus. Então fica muito separado né? A sua realidade com a educação que você recebeu acaba sendo inválida praticamente aquilo ali. Entendi. Eu não sei se responde também. Sim é eu faço a pergunta eu só vou te ajudar em caso de alguma dúvida assim que você não entender tá mas é bem isso e é o que você achar que deve ser respondido.” (Mateus)*

Considerando a integralidade da formação do ser humano, é necessário um movimento formativo para a vida que dê base para que o sujeito faça suas escolhas e pense nas várias possibilidades de formação. Isso, por sua vez, vai além do espaço acadêmico, se considerarmos que uma das perguntas era sobre os cursos dos quais o aluno havia participado no último ano.

Dessa forma, podemos pensar na educação não-formal, que é aquela que se dá em espaços diferentes do meio escolar, ou seja, em outros lugares que também oportunizam experiências formativas bem significativas. Esse modelo de ensino também se relaciona com um conceito chamado de “educação omnilateral”, que considera as muitas dimensões da vida humana, que são elas: intelectual, cultural, afetiva e psicossocial.

A humanidade se desenvolveu de uma forma mais ampla quando passou a se relacionar e a conviver em grupos, pois para sobreviver era necessário se comunicar, e isso contribuiu para a manutenção da vida humana e, para tal, o homem teve que tomar decisões e desenvolver habilidades de convivência. E aqui o trabalho, meio pelo qual o ser humano muitas vezes se socializa, mostra a sua importância como sendo um espaço em que o indivíduo expõe suas capacidades e contribui com e para a sociedade em si, de modo que há uma troca de saberes e de conhecimentos. É válido pensarmos que a educação se dá em diferentes espaços, e isso tende a trazer elementos que ajudam a sociedade em seu processo evolutivo. A educação não-formal proporciona isso. Ela permite ao indivíduo apropriar-se de conhecimentos que vão além da sala de aula, que saem do tradicional e que mostram outras possibilidades. Essa afirmação levou a perguntar aos estudantes do ITERRA que cursos eles fizeram no último ano.

Uma das questões era sobre outros cursos que o estudante havia realizado no último ano, principalmente considerando que, dentro do próprio movimento, há a oferta de alguns cursos, e que a formação, prevista no PPC, trata da necessidade de haver horas em Atividades Curriculares Complementares – ACC, conforme o Projeto Pedagógico do Curso de História – Licenciatura (ITERRA) – PPC.

Art. 6º As Atividades Curriculares Complementares envolvem a participação do acadêmico em eventos de formação, cursos, projetos de ensino, de pesquisa e extensão, monitorias, eventos culturais, eventos artísticos, atividades extraclasse, disciplinas já cursadas em outras instituições ou cursos e não aproveitadas, viagens de estudos e outras atividades não previstas neste regulamento mas compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso e mediante parecer favorável do Colegiado do Curso.

Considerando a importância da realização dos cursos no processo formativo, a pergunta realizada foi: Quantos cursos participou no último ano?

A partir das respostas foi elaborada uma nuvem de palavras com os cursos que mais foram realizados nos últimos anos. Destacamos a participação em dois cursos: “Questão Agrária” e “Luta de Classes”.

Como podemos notar, há uma grande diversidade de cursos, com enfoques diferentes, e isso tende a contribuir com a diversidade da turma, pois, quanto mais se amplia o leque de conhecimentos, mais enriquecedor os debates em sala de aula tendem a se tornar.

Os assentamentos e os acampamentos do MST demandam uma educação que atenda suas necessidades e que forme sujeitos militantes, de modo que eles tenham condições de organizar sua luta e as demandas da militância.

Se olharmos para o MST, veremos como esse se origina a partir de uma insatisfação dos “desgarrados” da terra, que, sem ter para onde ir, acabam se organizando nos acampamentos nas beiras de estradas, ocupando os espaços e lutando para serem assentados e terem um lugar para construir a sua vida, sua história e suas vivências. Sendo assim, eles pensaram em um modelo de educação próprio para o movimento e que atingisse suas demandas e seus objetivos.



*Fonte: dados desta pesquisa.*

Quando surge um acampamento, ele precisa se organizar e se estruturar. Essa nova organização começa pela formação e organização dos militantes. Muitas vezes o acampamento está distante da escola mais próxima, o que dificulta o acesso às escolas, professores e materiais formativos. Para a escola do MST funcionar era preciso ter conhecimentos básicos mínimos para alfabetizar as crianças que nasceram no assentamento. No entanto, como os recursos eram limitados e de difícil acesso, o ato de ensinar muitas vezes se tornava um desafio ainda maior, e isso muitas vezes era pouco.

A próxima pergunta busca entender se há algum estudante atuando em sala de aula e que tenha procurado o instituto a fim de aperfeiçoar a sua formação. Essa é uma pergunta chave e importante, pois, muitas vezes, as escolas dos acampamentos e dos assentamentos não possuem profissionais qualificados atuando, o que compromete a qualidade da aprendizagem nesses lugares, já que o atendimento às crianças é geralmente feito por alguém que tem alguma afinidade com o ato de ensinar e que se desafia a executar essas atividades na escola. Essa pergunta foi elaborada a fim de identificar se havia, entre os entrevistados, alguém que estivesse realizando sua formação e que já atua em sala de aula. A pergunta

realizada foi: “Já atua como docente?”. Dos alunos que responderam a pergunta, 9 ainda não atuaram em sala de aula, 5 já atuaram e 2 alunos só atuaram no estágio.

A pergunta que segue complementa a pergunta anterior, buscando averiguar caso alguém já atue como docente, em que nível atuou/atua.

Dos estudantes, 3 atuam e têm experiência no Ensino Fundamental II, 1 tem experiência no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio numa escola do campo, e 2 têm experiência no estágio no Ensino Fundamental II.

Também registramos experiências em outros lugares, em outros espaços um pouco diferentes dos mais tradicionais, onde os estudantes atuavam como professores e educadores.

Outros cursos realizados:

- Escola de método cubano.
- Trabalho com alfabetização (Brigada Mineira de Alfabetização).
- Curso de Formação Política, Agroecologia.
- Na vigília Lula Livre, em Curitiba-PR, trabalhando a simbologia, sua bandeira, do movimento, os princípios que organizam o mesmo e a simbologia do mesmo.
- Formação da Juventude sem-terra, no coletivo juventude do movimento.

Dando sequência à identificação das possíveis experiências que os jovens obtiveram, a próxima pergunta foi pensada para identificar que disciplina o estudante havia ministrado. A pergunta era: Qual disciplina foi ministrada?

Segue abaixo uma lista de experiências relatadas por alguns dos estudantes.

- Agroecologia.....I
- Turmas de Alfabetização.....I
- Na vigília Lula Livre, em Curitiba-PR, trabalhando a simbologia, sua bandeira, do movimento, os princípios que organizam o mesmo e a simbologia do mesmo.....I
- Formação da Juventude sem-terra, no coletivo juventude do movimento.....I
- História.....IIII

A experiência é um fator importante na formação dos estudantes, principalmente para os que já atuaram em sala de aula, pois ela ajuda a melhorar a prática docente. Levando em conta que alguns jovens experienciaram o ato de estar

em sala de aula como professor, também foi questionado como foi essa experiência para os estudantes. Seguem os relatos das experiências:

*“Quando eu trabalhei em Identidade Sem Terra com a Juventude. Aí foi pra mim assim foi incrível assim porque nós estávamos organizando o encontro da juventude na no estado e aí a gente sentiu a necessidade de buscar recuperar aquela identidade sem terra que muitos jovens que estão nos assentamento hoje não conhece, que se perderam, né? O pai e a mãe entraram na luta, os nasceu, quando cresceram já tava lá debaixo da casa e tal. Então não pegaram esse processo de ocupação, de ação, de barraco de lona, de luta, de marcha e tudo mais. Então há uma necessidade da gente recuperar essa identidade e com eles e elas assim muito importante essa relação de diálogo, de debate e eles trouxeram várias coisas bem bonitas e sem sentido significativa nesse sentido que gostam de ser sem-terra e que amam e que se identificam muito a luta do MST.” (Valeska)*

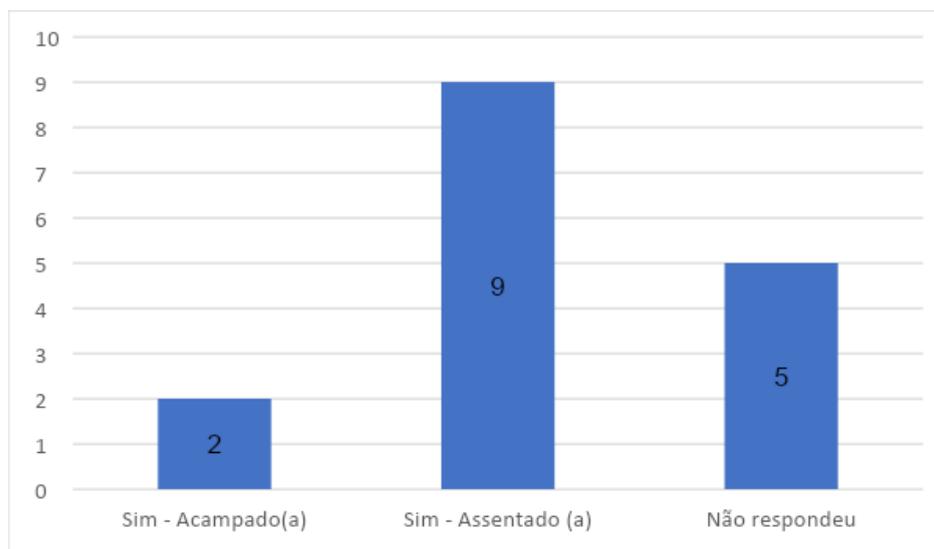
*“Bom, no curso, nos cursos que nós tinha na vigília Lula livre, que era em Curitiba, era tanto simbologia do movimento, que daí trabalhava, bandeira, a formação básica do movimento assim pra tu entender a os nossos princípios organizativos, entender o que que significa essas simbologias que a gente cultiva. E mas principalmente foi o que eu mais trabalhei foi a luta pela terra, né? Aí trabalhando todo esse processo desde a invasão portuguesa até o desfecho dos dias de hoje, né? Mas mas principalmente pegando mais forte assim na revolução verde que foi da década de setenta pra frente ali né? A grande incidência do da formação do agronegócio no campo e como que isso deu esse grande embate né? Das lutas camponesas movimento começou a se organizar a partir disso daí.” (Renato)*

Os estudantes falam muito sobre representatividade, sobre a importância do movimento social na sua vida e sobre recuperar seu espaço, seu lugar original de militante e sua identidade.

Na fala da estudante Liliane, ela destaca a experiência de ajudar uma pessoa que não sabe ler a acessar seus documentos e garantir seus direitos de cidadã, o que, muitas vezes, pode até parecer algo distante da realidade, mas que muitas vezes é frequente.

*“Então a gente trabalhou com um processo de alfabetização, né? Que é o básico assim, é aprender a ler e escrever, a gente usou dois métodos que foi o o senhor posso e o círculo de cultura que é freiriano e foi bem bacana assim a primeira turma tinha vinte e oito alunos, a segunda já tinha um pouco menos, tinha dezessete e você ter a experiência de de ir num cartório com uma aluna que não sabia ler e escrever, que assinava com o dedo e ela escrever no RG assim foi uma coisa muito incrível.” (Liliane)*

Uma vez que o ITERRA recebe, em sua maioria, estudantes vindos das áreas de Reforma Agrária, a pergunta seguinte busca saber quais estudantes atuam nessas áreas: Trabalha em alguma área de Reforma Agrária?



*Fonte: dados desta pesquisa.*

Além dos espaços dos próprios movimentos sociais, os estudantes participam de outros espaços. Sendo assim, a pergunta a seguir busca entender de quais espaços os estudantes participam. Como é possível ver logo abaixo, há uma variedade significativa de lugares, movimentos e organizações dos quais eles participam, mostrando que são ativos nas comunidades das quais fazem parte.

De quais espaços você participa?

- Cultura, lazer e esportes – Andressa.
- Levante e coordenação estadual e coletivo de formação – Carlos.
- Serigrafia e alimentação – Daniel.
- Futebol – Gilberto.
- Escola Nacional Florestan Fernandes, PSOL de SC, projetos de inserção da população na periferia – Mateus.
- Ocupação Urbana, visita as comunidades, produção coletiva – Renato
- Atividades culturais dentro da escola – Talia.
- Mulheres camponesas e urbanas e Levante Popular da juventude – Valeska.
- Aldeia cultural, esporte, lazer – Yvone.
- Time de futebol e Frente Brasil Popular – César.

A próxima pergunta é bastante direcionada à experiência dos estudantes no instituto, suas vivências, seus conhecimentos e como tudo isso contribuiu com sua formação. A pergunta para responder a essa dúvida foi: Como o conhecimento, a

experiência obtida no instituto o fez perceber a importância do curso na sua concepção de luta?

É extremamente importante afirmar que foi um tanto quanto complexo selecionar quais respostas seriam colocadas aqui, principalmente pela extensão das respostas. Porém, nelas há uma riqueza de elementos, trazida pelos estudantes, que não pode ser simplesmente ignorada.

São destacados, como elementos importantes, a construção de um projeto de país, as formações política e humana, o coletivo, a capacidade de se posicionar contra a opressão lutando por dignidade e, principalmente, conhecendo de forma mais aprofundada o Movimento Sem Terra.

*“Ah é uma boa pergunta. Eu acho que eu respondi em partes assim, né falei com tinha comentado antes, eu acho que o que o esses projetos assim de educação do movimento e a escola acho que é um bom exemplo disso, acho que prepara de certa forma uma Prepara sujeitos pra construir algum projeto de país que não tá dado assim, de certa forma o enfrentamento ao projeto do país que tá agora, sei lá, se for pegar, por exemplo, os cursos de agronomia, né tu pega tem, eu acho que tem um curso em cada bioma, por exemplo, né? Do país. Então, eu acho que é nesse sentido de construção. Claro que é primeira instância uma formação política, uma formação humana e também essa formação profissional e técnica pra conseguir de fato ter recursos pra pensar um projeto de de país assim né? Acho que de maneira mais ampla seria um pouco isso mas se for ver tem diversos aspectos assim que que a escola prepara pro pra construção cotidiana das organizações assim né? Então aquilo que eu tinha te comentado por exemplo a crítica autocrítico que é super fundamental tipo no nas instâncias dos movimentos. Muitas vezes não ocorre, mas aqui a gente tem toda etapa pelo menos uma vez ou duas um processo de crítica autocrítica e é e eu acho que mais nesse sentido o tipo de construção eh tá a gente tem o Templauo mas né? Percebeu que a gente tem diversos outros tempos e tem essa parte da da organicidade da democracia né? Então tu foi ali na no Coletivo de Relações Humanas tem outro coletivo que é o coletivo de gênero, tem tem os núcleos de base do qual tem a coordenação dos núcleos de base, a nossa turma é pequena, né? Então fica um pouco mais simplificada a coisa mas é um processo de certa forma bem complexo e bem rígido da organicidade. Então a gente tinha cobrado e e tem que cobrar o tempo inteiro assim né? E acho que isso ensina bastante do como construir a a organização as organizações no dia a dia assim, acho que aqui é um espelho pras organizações assim. Ótimo.” (Carlos)*

O estudante Carlos destaca que há uma organicidade no movimento, um coletivo em que cada um tem as suas responsabilidades, em que há cobranças e onde cada um deve realizar suas tarefas. As situações que ocorrem dentro do acampamento são debatidas no coletivo.

*“Ah eu tinha pensamento bem alienado, eu sempre trabalhadora e as oportunidades não nunca foram as mesmas né? Eu fiquei sozinha muito*

*jovem na minha vida então eu sempre batalhei sempre terceirizando desde as minhas a minhas aflições as minhas limitações terceirizando também as minhas conquistas né? Ah pensamento muito atrelado a religião. Não sou contra essas essas expressão de cultura né? é uma forma de expressão, religião, mas esse é um fato que eu me me hoje em dia eu tenho um pensamento ah tipo concedido com método né? Uhum Use o métodos na minha vida também. Isso daí é um grande avanço pra mim assim como trabalhadora. Poder poder realmente avaliar o processo que eu estou que quando eu preciso vender a minha mão de obra. ah como que esse resultado final é concedido, né? Uhum. E aí partir do movimento ah olhar, perceber um movimento maior, né? E mundial, né? De todos os trabalhadores me perceber como classe, né? E que A nossa classe é maior né? Que qualquer movimento, maior que maior que erra, tem a burguesia, né? Maior que esse meio, esse modo de produção, né? Que é o super escravocrata. Quem é o capitão mesmo? É essa eu te pedi né?.” (Andressa)*

Já na fala da estudante Andressa, a mesma diz que sempre teve que “dar conta” das suas coisas de uma forma muito solitária, e que seu ingresso no ITERRA representa uma tomada de consciência sobre a sua vida, avaliando o processo do qual ela faz parte como trabalhadora e como militante de um movimento social.

*“Então, acho que volta muito na questão da de como que o curso influencia na militância, né? Eh acho que a gente conhecer as nossas origens, conhecer como que foi formação socioeconômica, a formação do campesinato no no Brasil e aonde que a gente se localiza nisso? Temporal e e geograficamente é importante porque a gente consegue também identificar essas particularidades em cada região, em cada processo e a gente consegue traçar, né? Da partir da nossa leitura eh alguns objetivos pra nossa luta que que o movimento vem desempenhando ao longo dos seus quase quarenta anos principalmente entender eh como que o nosso movimento surgiu né? Que não é uma coisa assim que nasceu junto comigo é muito anterior e como que eu me encontro nisso qual que é a como que eu me cheguei a a me inserir nesse movimento como que minha família se inseriu e quais os motivos quais as circunstâncias que fizeram isso. Acho que basicamente é isso.” (Mateus)*

Localizar de forma temporal e geograficamente seu lugar no mundo, suas origens e o ponto de partida que o tornou militante; identificar onde ele se situa historicamente, bem como a sua família e as razões que o levaram até ali. Essa visão do estudante Mateus é interessante, pois o mesmo, em sua fala, nos faz refletir sobre o papel do militante em cada contexto histórico no qual ele se encontra.

*“Eu acho que dentro da concepção, que é algo mais perdão, concepção de luta. eu acho que dentro dessa questão que é uma questão mais profunda eu entendo eu a partir do conhecimento de ter começado me inserir na turma mais profundamente a gente vai entendendo o papel estratégico tem a formação, a nossa formação, né? De história dentro do próprio movimento, né? Como a gente começa a entender as outras formação que nós temos, né? Que nem uma formação com movimento abriu turmas*

*flutuando na organicidade ou na organização ou na perspectiva do movimento de futuro, né? De desenvolvimento do do movimento social. Ela tá dentro numa estratégia de formação pro nosso povo, né? E pra pra conseguir buscar algo melhor lá na frente, né? Então a formação de história é necessária pra que a gente continue tendo a essa tradição que o movimento tem, que o movimento social tem de leitura através dos ensinamentos que a história nos dá, né? Uhum. Então ela tem essa grande tarefa histórica, né? De formar pessoas que tem essa capacidade de fazer a leitura e conseguir ajudar na projeção das tarefas e das demandas que o movimento tem que que é colocado o movimento historicamente né? Em cada período. OK.” (Renato)*

Para o estudante Renato, a formação na militância provoca uma reflexão sobre o papel do militante, sobre como ele pode e deve se posicionar, sobre como fazer uma leitura de mundo e sobre como atender ao que o movimento social necessita.

*“Mana eu sempre falo que o ITERRA é meu espaço de segurança sim é o espaço que renova a minha mística revolucionária todos os dias, sabe? Porque aqui pra além da gente aprender a da gente estudar o a licenciatura em história, a gente aprende eh matérias políticas, trabalho de básico mulheres, fazemos debate coletivo, sabe? E é uma escola do estudo e do trabalho. Então, tipo assim, a gente aprende a todo tempo, a gente até brinca assim, a gente não tem tempo nem pra chorar, mas isso é importante, sabe isso é bom assim, eu eu sou a pessoa mais feliz do mundo de tá nessa escola, de tá podendo contribuir e quando a gente chegou aqui na nova escola, no novo em terra assim, eh meu coração assim ficou quentinho, eu fiquei muito emocionada porque aqui é um espaço assim que todo jovem que mora no assentamento, que é filho de que é filho de assentado de assentado por terra por terra, esses faróis de trabalho e a gente aprende a viver com dignidade e e a questionar todas as injustiças do mundo.” (Valeska)*

Talvez uma das falas mais interessantes sobre o ITERRA foi essa da aluna Valeska, que apresenta o quanto o mesmo é importante, na sua formação militante, como uma forma de manter vivo o espírito da militância dentro dela.

*“Bom ele na verdade veio pra reforçar, né? Hm-huh. Porque inclusive a minha vinda pra o curso ele já foi uma determinação também coletiva, né? Hm-huh. Ah o movimento do Estado Eh convidou também a fazer o curso e aí eu assumi e bom, a partir desse processo de de táxis aí muito muito condicionado pelo pela metodologia de ensino de alternância eh ele tem ajudado muito assim a compreender do ponto de vista histórico, os processos em que a gente tá inserido, né? Hm-huh. Enquanto o processo histórico também, né? Hm-huh. Pega o particular, realidade particular e conhecimento blindado pelo curso ele faz a gente inserir essa realidade dentro de um todo histórico concreto que que o movimento também é uma pequena parte né? Que é esse todo da da questão agrária no Brasil, né? Então a partir disso também a gente consegue entender a dimensão da luta pela terra no país, né? A importância que a luta pela terra tem com esse olhar histórico e isso reforça muito a a nossa disposição de seguir contribuindo da melhor maneira possível pra construção de uma reforma*

*agrária no país e de uma reforma agrária que ela seja popular eu acho que foi assim a maior contribuição, maior reforço, o maior reforço pra pras convicções de luta e de militância que eu já já tinha antes.” (César)*

Em sua fala, o aluno César destaca a questão agrária no país, a metodologia da alternância, a importância da luta pela terra e a construção das suas convicções enquanto lutador de uma causa.

A próxima pergunta foi elaborada para entender como os alunos se sentiram, estando no instituto, com a formação ofertada, com os conhecimentos obtidos e com as vivências que fazem parte da experiência formativa que o ITERRA oferece. Para tal, a pergunta a ser respondida foi: Como se sentiu em relação à formação ofertada pelo instituto?

Essa pergunta também levou os estudantes a falarem de forma bem ampla sobre o ITERRA. Em cada fala foram trazidos alguns elementos que merecem destaque. A estudante Andressa, por exemplo, fala do quanto a oportunidade de estar no ITERRA é importante e da estrutura ofertada para que ela possa estudar.

*“Ãhn ela suprir as demandas que um trabalhador pobre eu não teria como, sabe? Porque estudar é uma forma de trabalho. Mas aí como é que tu vai trabalhar numa empresa, chegar e tu não tem essa estrutura, né? Muita, muita desigualdade e oportunidade. Então tá? Eu tô contemplada com tudo isso, a partir do instituto eu acordo, eu tenho um café da manhã, eu almoço eu tenho, ahm tem aqui a gente quanto sairia se eu fosse colocar em renda quanto eu teria que produzir pra poder fazer o que eu estou fazendo e com qualidade sabe? Uhum. Então a partir da do que é ofertada eu pelo menos eu tenho mais vontade de estudar eu sei que isso não vem de qualquer lugar que é uma política pública que é os brasileiro que estão pagando né? Que é um então e quantos queriam estar no lugar que eu estou né? Então eh posso dizer que isso daí fomenta minha militância, minha vontade de fazer diferente mesmo que não ingresse numa sala de aula, mas sempre está atuando em qualquer espaço, né? Porque eu vou ser professora pra sempre, né? Estando não estando em sala de aula. Isso é legal, sabe? E é isso. Certo.” (Andressa)*

Já o estudante Carlos, por sua vez, traz para seu relato outras experiências. Ele fala da diferença do ITERRA se comparado a outros espaços, da organização e, até mesmo, da disciplina exigida pelo instituto, que favorece a aprendizagem.

*“É eu já acho que já deu pra ver que eu acho que é muito muito bom assim né? Muito qualificado. E eu tive Como eu tinha comentado antes, eu passei dois anos pela universidade antes, né? Pela FURG. Então deu pra ver que quando eu cheguei aqui eu já tinha um pouquinho essa experiência, então eu vi como que aqui certa forma que fica ruim falar pra lá, né? Mas como aqui de certa forma é mais sério e é mais rígido e tem mais qualidade a formação. Hm-huh. Então desde coisas pequenas, por exemplo não*

*precisar ir no xerox da cidade pegar seu xerox e tal, tipo chega aqui e vai ter um posto de trabalho que é responsável por apostilar todos os textos de cada disciplina. Hm-huh. Tão desde coisas assim mais simples aparentemente até as coisas mais mais assim né? Da da formação como um todo do curso, da forma de fazer o trabalho de ter, de ter uma responsabilidade coletiva da turma, né? De certa forma a gente não não não se forma individualmente, né? A gente vai se formar enquanto turma do início ao fim. A gente não faz, por exemplo, cada uma disciplina optativa, a gente tá, por exemplo, agora a gente tá discutindo conjuntamente qual será a disciplina amputativa que a turma vai fazer, né? A gente não vai escolher individualmente o que que a gente vai fazer Então eu acho bem bem positivo assim tem várias coisas bem interessantes.” (Carlos)*

Já a estudante Keli apresenta o ITERRA como uma referência dentro do MST, onde a formação é bem ampla.

*“Eh eu acho que é um espaço assim que eu que eu posso dizer assim que é o único assim de formação e é referência do MST porque é muito conhecimento é muito a todo momento que você exerce a prática tenta eh eh ultrapassar as contradições também, então é uma é uma é um espaço de formação que não é só, tá? Eu vou fazer o curso de licenciatura, você aprende muito mais do que isso formação política eh eh aprender a lidar novas relações né? De coletividade então é muito amplo.” (Keli)*

Para a Liliane, o Instituto contribui com o processo de construção e de desconstrução das suas ideias. Fala da experiência como sendo algo transformador.

*“Então assim entender essa luta pela escola do campo é muito importante ah como você se sentia em relação a formação ofertada pelo instituto? Eu acho que é transformador somos seres humanos e vivemos um processo de construção e desconstrução a todo momento assim então eu acho que as formações são necessárias são importantes e muitas pessoas deveria ter acesso a a esses processos de formação assim não seria melhor inclusive.”(Liliane)*

O estudante Mateus se diz ser privilegiado, pois tem a oportunidade de estar estudando numa universidade federal num país onde a educação foi historicamente negada. Ele se sente, assim, na responsabilidade de concluir o curso.

*“Muito privilegiado, extremamente privilegiado porque é uma uma condição que seria, me seria negada pelo simples fato de ser da classe trabalhadora e muitas vezes não ter acesso eh a uma educação que vá me condicionar fazer um concurso ou um vestibular que vá me proporcionar um curso numa universidade federal por mais que seja pública muitas vezes o ela é apropriada ali por uma por um outro tipo de público. Então eh o Movimento Sem Terra através de sua luta e conseguir alguns programas que garantam esse direito a educação nos dá esse privilégio. E muita responsabilizado também porque é uma questão muito de responsabilidade concluir, de me dedicar esse curso justamente por ser uma condição que é negada a maior parte da população pobre brasileira que o Movimento Sem Terra me dá*

*esse privilégio então de privilégio e responsabilidade. Essa já fez, né? Como vocês sentiram a nossa formação? Tá.” (Mateus)*

Já o Renato traz como ponto importante a formação rígida e completa, onde educação e estudos estão aliados.

*“Eu achei uma formação boa, muito completa, né? E muitas vezes ela é, é cansativa, né? Porque o instituto tem uma uma pedagogia que ela é intensa assim, só que essa essa forma intensa de formação ela nos coloca totalmente a disposição do estudo né? Tudo aqui está organizado pra gente poder estudar de uma forma boa e que isso realmente faz com que a gente aprenda, que a gente tenha a oportunidade de de aprender, né? Então mesmo às vezes sendo pesado, seja correria, eu sempre gostei muito dessa dessa lógica, né? E dessa forma do instituto de condicionar nós a seguir uma disciplina mais rígida, né? De educação e de estudo.” (Renato)*

Para a jovem Talia, ela está no espaço que todos os camponeses deveriam estar ocupando e se sente “privilegiada” por isso.

*“Em relação a a é a formação, o que você acha, né? Como que foi a como que você se sente em relação ao que é ofertado aqui, enfim. Nossa, eu me sinto privilegiada, né? Me sinto no espaço onde todos os de camponeses deveriam eh estar, né? Então eh de certa forma é um privilégio, porque por exemplo meus pais não tiveram, né? Oportunidade de estudar, mas eles lutaram estão num movimento que me dá a oportunidade de tá aqui, né? Então, eu me sinto, né? Sem palavras assim, mas é um negócio histórico, né? Tu carrega de outras pessoas também. Uhum. Então me sinto bem certa.” (Talia)*

E, por fim, o estudante César fala do potencial formativo do ITERRA, oportunizando um novo olhar dos estudantes, fazendo com que se sintam inquietos e até incomodados com o que a sociedade reproduz.

*“Como você se sentiu em relação a formação ofertada pelo instituto? Eu achei eh de excelente qualidade primeiramente, né? Porque é um espaço que por si só ao a forma pedagógica do instituto, né? Ele ele tenciona pra pra gente vivenciar coisas em outros espaços a gente não vivencia então isso tem um potencial formativo do ponto de vista de formar as pessoas enquanto ser humano né? Pra além do da formação acadêmica que e é muito, é muito grande. Então esse o método, principalmente, né? O método pedagógico do Instituto Adota que não é o o método que a gente encontra em todos os espaços do movimento, ele dá uma possibilita a gente ter outro olhar sobre as coisas, sobre as contradições, como solucioná-las eh eh sobre as relações interpessoais também, né? No exercício das tarefas, eh com relação a disciplina consciente, com relação ao zelo eh e a responsabilidade com o estudo que é assim muito é de uma importância muito grande que depois que a gente passa por aqui a gente não é mais o mesmo no sentido de olhar para essas coisas o método ele propicia esse esse salto de qualidade na formação humana mesmo.” (César)*

Em seu método educativo, Paulo Freire parte da ideia de que é preciso educar o ser humano a partir das suas necessidades, do que ele vive e daquilo que é de seu interesse. Esta pesquisa se propõe a pensar nas melhorias que podem ser feitas no instituto e no método de ensinar. Para tanto, a ideia da pergunta de número 23 é questionar os alunos, fazê-los pensar e, se possível, encontrar novos elementos que possam agregar novas ideias e possibilidades que melhorem o instituto.

A pergunta a seguir foi pensada e elaborada para ouvir dos estudantes se eles têm alguma consideração a ser feita sobre a metodologia adotada pelo instituto, ou seja, algo que eles acreditem que seja importante pontuar. Logo, a pergunta feita foi: Em relação a metodologia de ensino adotada pelo instituto você tem alguma consideração?

A seguir podemos analisar as respostas dos alunos sobre a metodologia de ensino. Entre o que eles mais destacaram está a organicidade, o planejamento do que será feito com os recursos, o cuidado com o patrimônio e as regras. Nas falas dos estudantes, eles destacaram esse método como um ponto positivo, pois, com essa organização e esse regramento, o ambiente fica mais favorável ao estudo.

*“Bah, muito legal, porque nós participamos de toda a construção, desde o orçamento, ãh desde a comida que é servida ao sabão que lava a louça, a folha que passa lá pela impressão, tudo passou aos meus olhos. Uhum tudo eu participei da construção então eu me vejo no resultado final. Hm-huh. Sabe? Eu tenho mais compromisso desde com o cuidado do patrimônio ahm a manutenção dos espaços limpo.” (Andressa)*

Para a aluna Andressa, o método que o ITERRA adota é interessante, pois o mesmo consegue conscientizar os estudantes sobre a organização dos recursos, sobre a gestão do instituto e também sobre sua manutenção.

*“Em relação com a metodologia de ensino adotada pelo Instituto Uma Consideração que você querendo fazer. É que na verdade é complicado a gente falar em em algo assim porque a gente faz parte do planejamento da escola. Então se tem alguma consideração a gente tem espaço pra discutir. A gente tem espaço de sentar e e discutir e isso acontece, né? Então quando tem algo que que ah a gente já algum algo que a gente queira mudar, queira rever na escola, a gente tem espaço pra isso, né? Então fica meio difícil da gente apontar algo que mudaria na estrutura assim na estrutura política num num vejo assim.” (DANIEL)*

*“Certo em relação a metodologia de ensino adotada pelo Instituto. Você tem alguma consideração? Pode em relação a metodologia adotada pelo pelo de ensino, né? Adotada pelo Instituto. Você tem alguma consideração Eu*

*acredito que não, né? Porque acho que as regras, né? As metodologias são muito bem-vindas e muito necessárias, né? Porque aqui a gente aprende a ter uma organicidade a gente não tem, né? Aqui a gente tem um regramento, né? Olha tal hora a gente vai realizar isso, aquela hora a gente vai realizar outra coisa e quando a gente chega em casa a gente não, não tem isso, como por exemplo falando de mim assim quando vai atividades pra fazer em casa, né? Trabalho ou deixa o carro fazer na na última hora, né? Aí acaba dando um peso psicológico enorme, né? Hm-huh. Acho que eh a metodologia adotada pela escola bem como as regras são necessárias. Certo.” (Gustavo)*

Para os estudantes Daniel e Gustavo, as metodologias usadas, desde o espaço para o debate até as regras do instituto e os tempos de estudo, favorecem e ajudam os mesmos a se organizarem.

*“Não, eu acho que não, porque eu sou uma pessoa que tem a minha filha, né? e se não fosse exatamente essa organização da escola ser assim eu não poderia vim. Hm-huh. E nem trazer ela, né? Sim, entendi.” (Marciane)*

A estudante Marciane ressalta que o fato do ITERRA ter um espaço em que ela possa deixar sua filha em segurança possibilita que ela estude e que, se não fosse assim, ela não conseguiria fazer o curso. Esse depoimento da Marciane é interessante, pois demonstra o quanto o instituto acolhe os estudantes que estão em formação, oferecendo-lhes condições para tal.

*“Não até que não eu acho que foi uma coisa muito bem pensada e todo projeto político pedagógico da escola eu acho que é muito importante. e ele tende a compreender quais são as problemáticas, tenta mapear e e somos educantes que gestionam a escola, né? Então acho que essa coisa ser adotada pela escola foi muito importante pra formação realmente concreta estudantes.” (Yvone)*

A aluna Yvone destaca um ponto bem importante em sua fala: o sentimento de fazer parte do espaço, de ajudar na gestão e da formação concreta destes.

O método de ensino adotado pelo ITERRA possui uma intencionalidade, ou seja, cada coisa é pensada de acordo com os princípios do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

*“Não, eu acho que é um método muito eficiente, é um método muito bom também trabalha com a nossa realidade, trabalha com o processo de convivência, de avaliações, processo de crítica e auto que é muito importante que é o momento em que a gente se desconstrói e eu acho que*

*é isso assim a questão de horário de ser uma escola a trabalho aonde você entende que se você faz alguma coisa tem todo um coletivo que vai sentir o seu os seus atos né? Hm-huh.” (Liliane)*

*“Não, eu gosto Eu acho um um método bem didático de ensinar, de aprender e a gente vai aprender na prática, sabe? Todo dia é uma prática diferente, todo dia a gente aprende a lavar a xícara diferente, sabe? E ali meu posto de trabalho é na copa e aí a gente vai aprendendo na prática. Tipo assim, a gente não precisa nascer sabendo lavar uma xícara, um copo. Não, a gente tem o espaço de inserção, mas a gente vai lavando, a gente vai se interagindo. E aqui o enterro é isso, assim, é a prática e a teoria. A gente aprende, ensina mesmo e uma coisa muito importante que eu acho é que ninguém sabe mais e que ninguém sempre tamos dispostos a aprender coletivamente, sabe? E esse método do coletivo ele impulsiona a gente a busca a lutar, se indignar e a querer viver bem a cada dia. Ahm.” (Valeska)*

*“Não, acho que só que é pensada, né? Com intencionalidade, nada que é do acaso, não não tem alguém limpando o corredor por acaso, né? Tudo é uma intencionalidade pedagógica. Certo.” (Talia)*

Para a estudante Liliane, o método é bom, pois trabalha com a realidade dos estudantes, e ela destaca alguns pontos que são importantes, como: avaliação, horários e convivência. Já para a estudante Valeska, no ITERRA, cada dia é um dia diferente. Há teoria e prática, há muitas responsabilidades e é necessário ter disciplina para tal. “Intencionalidade” foi a palavra que chamou a atenção no depoimento da aluna Talia, pois, para ela, tudo o que acontece ali é intencional, é pensado de acordo com os princípios educativos do ITERRA.

*“Metodologia é algo que alguma coisa que você toma em consideração é de de tudo e no geral assim alguma coisa que você queira fazer uma concentração que você acha que deveria né? Não eu acho que essa etapa excepcionalmente ela tem sido muito cansativa mas isso é uma é uma coisa que num depende da escola, né? Porque num tamo só nós aqui na casa e e a etapa foi reduzida em dias eu acho por conta de outras coisas também então acabou acelerando ainda mais o ritmo né? Mas do ponto de vista geral não teria nenhum nenhum acréscimo sim a metodologia de ensino eu acho Eu acho que a forma de conceber a os tempos educativos inserindo o trabalho como parte dessa processo formativo dos tempos de estudo político tal cultura que é a forma metodológica com que a escola organiza a formação, eu acho fantástico. Eu sou um entusiasta desse desse método dentro, sempre falo, apesar da rigidez e da e da disciplina que é exigida que eu acho que não nós não temos um movimento uma experiência comparada a essa no que diz respeito ao potencial de formação humano certo.” (César)*

A fala do aluno César destaca a rigidez e a disciplina do ITERRA como fundamentais para que o mesmo funcione.

O instituto também tem um método de ensino próprio do movimento. Uma especificidade. O estudante Mateus, por exemplo, reforça que o instituto é pensado

para o povo que foi beneficiado pela Reforma Agrária e que ele está numa área de Reforma Agrária, o que é bem significativo para eles.

*“Não não alteraria muita coisa assim acho que nem alteraria acho que a comé que circula comigo? Era ela ser uma metodologia. Metodologia acho que a escola ela faz por tá na escola, né? Por não ser só um curso eh voltado pra pra população que é beneficiária da Reforma Agrária, mas que tá inserida num num espaço de reforma agrária eh e e ter os princípios do movimento regendo a escola em nosso dia a dia, eu acho que eh a metodologia é ótima, é boa e que não eu não alteraria né?” (Mateus)*

*“a metodologia ah eu acho que ela é a expressão de uma construção histórica das escolas que iniciam lá nos primeiros movimentos sociais e nas primeiras revoluções né? lá trás consigo a histórica construção da pedagogia da classe trabalhadora em si né? A escola consegue a partir de outras escolas que foram desenvolvidas no mundo inteiro mas principalmente Rússia né? soviética e depois Cuba também e também aprender com os grandes pedagogos e pedagogas da história e de alguma forma, né? Fazendo a leitura aqui da da nossa realidade mesclar com que com que o próprio movimento desenvolveu. Uhum. Então acho que em si aqui é a pedagogia do movimento, né? Uh-huh. Ahm.” (Renato)*

Diante da fala do acadêmico Renato, foi possível notar a clareza histórica que este possui, especialmente quando o mesmo traz elementos das experiências russa, cubana e soviética.

Um dos principais pontos que se destacam na educação do MST é a coletividade. Portanto, nada é pensado de forma individual, mas sim coletivamente com a participação de todos os envolvidos no processo. Para fundamentar a forma como o ITERRA vê a coletividade em si, foi usado, como base, a teoria de Makarenko, que fala sobre a coletividade nas colônias, onde deveria haver uma atenção especial aos interesses coletivos.

Assumimos a coletividade como educadora da personalidade coletiva. Queremos produzir um movimento de reprodução do ser humano ou de humanização, pois nos formamos na luta incessante pela nossa própria humanização. O objetivo é educar seres humanos: os comandantes da nova sociedade. O processo de humanização implica a formação do saber (conhecimentos), do fazer (habilidades ou competências) e do ser (valores e hábitos que se expressam em comportamentos e posturas). (ITERRA, 2004, p. 46).

Conforme os Cadernos do ITERRA, o funcionamento da coletividade depende de alguns pontos importantes, tais como: respeito a cada instância, a cada núcleo; cumprir as decisões tomadas; respeitar as hierarquias; buscar a unidade do grupo na realização das tarefas a que o grupo se propõe a desempenhar; manter a

disciplina para executar o que a coletividade decide e primar pela participação de todos nas decisões que são importantes para o instituto (ITERRA, 2004).

Como sujeitos em formação, os estudantes já trazem consigo algumas vivências que ajudaram na sua constituição como indivíduos sociais que passam por um processo educativo. A pergunta a seguir, assim, tem a intenção de averiguar, junto ao estudante, se os conteúdos com os quais ele teve contato contribuíram para a sua formação: Os conteúdos abordados agregaram novas ideias/visões/reflexões na sua experiência formativa? Por quê?

Para a estudante Andressa, os conteúdos abordados no ITERRA fizeram com que os estudantes pensassem além dos conteúdos que são tradicionalmente ensinados. Eles ajudaram a entender a conjuntura de país e também a pensar na coletividade:

*“há sim porque a minha visão do mundo eu já tinha uma visão de mundo e entrando em sala de aula eu em contato com as palavras apesar da limitação inicial porque eu fiquei um longo período longe da sala, né? Uhum. Então mas ah a a metodologia didática dos professor é o mais próximo possível da realidade material minha como trabalhadora. É. Então isso eu consegui reproduzir e aos pouco ir transformando. de de qualquer coisinha simples no meu dia a dia assim sabe? A como como eu reagia a conjunturas isso na minha vida material né? e aí observar também o entorno meu né? E quando quando é possível também contribuir né? Num coletivo.” (Andressa)*

Outros estudantes mencionam a importância do conhecimento obtido no instituto para debater as questões da Reforma Agrária. Esse tema é a grande bandeira pela qual o movimento existe e resiste. Os conteúdos e as vivências aprendidas no ITERRA preparam o estudante para discutir temas importantes que fazem parte da pauta do Movimento Sem Terra.

*“Por quê bastante, tipo, tem os, é isso, né? Tem os conteúdos do Tempo Aula, que tem os conteúdos das disciplinas. Que também são muito bons, assim, porque também de certa forma como a gente tem esse processo organizativo, a gente discute toda semana tá avaliando as disciplinas aí de forma organizada nos núcleos de base e tal. A gente também consegue de certa forma intervir mesmo nas disciplinas que tão dadas, tipo propor coisas e tal. Mas também a gente tem outros espaços de formação, né? Nos tanto esse espaço da Organicidade que eu te falei como espaços de tempo estudo à noite cultural que tu foi convidados e a gente tem outros outros espaços de formação, por exemplo, o movimento agora tá atualizando o programa agrário, o último programa agrário, então a gente, a gente aqui também discutiu o programa agrário nos núcleos de base. A gente a gente discute, a gente tem outras formações, por exemplo, que foi um desafio na etapa passada, quando a gente ainda tava um pouco se identificando como*

*historiadoras, historiadores. A gente teve outras formações pra além das aulas sobre a história dos de baixo, sobre a história do trabalho Então, e aí tem muito essas formações, esses estudos mais políticos assim tem muito a ver com os desafios da própria turma. Então, é bem interessante sim. Cada etapa tem um bloco maior, digamos assim, né, de estudos políticos. Hm-huh Acho que agrega bastante. Claro que nunca resolve tudo, né? Mas agrega bastante.” (Carlos)*

O estudante Carlos destaca que há uma importante formação, inclusive política, e que aos poucos os alunos vão se identificando com o trabalho de historiadores que pesquisam a história dos excluídos. Além disso, ele também destaca que aprendem, pouco a pouco, a debater sobre os temas relativos à militância.

*“agregam bastante e o porquê. Bom, a gente tem contato com muito, com muitos conteúdos, né? e a gente e a história é muito ampla, né? Ninguém que entrou aqui entrou com a concepção formada da história, né? Hm-huh. Ou se tinha alguma concepção, com certeza ela foi questionada, né? então esse contínuo questionamento das nossas concepções e do que a gente trata ou tratava como certo na história ela faz com que a gente seja sempre em construção do próprio conhecimento né? Hm-huh. Então faz com que nós entenda aquilo que é colocado, né? Que a gente tá sempre em transformação e principalmente quando a gente estuda história isso se torna algo de fato muito presente na nossa vida, né? vai entrar numa próxima cadeira, a gente vai ser questionado por todas as as questões que ela vai carregar, né? Então vamos ir quebrando esses paradigmas da história. Certo.” (Renato)*

Para o estudante Daniel, abaixo, a inserção no ITERRA foi fundamental para compreender melhor o movimento e a proporção do mesmo, compreendendo a militância em si e preparando os estudantes para estudar, ler, pesquisar e entender o que é um estudo científico, por exemplo.

*“Sim. Muito muito. porque primeiro que dá uma referência referência bibliográfica ali pra gente pensar o porquê que a sociedade é assim, né? E dentre dentro disso assim ah nos dá a base teórica pra gente pensar na nossa prática cotidiana, né? Hm-huh. Tanto quanto ahm militante como agora professor, né? Então ahm como que é a tarefa com o conteúdo que é ensinado? Olha não teve nenhuma cadeira que eu não gostei eu gostei de todos. Certo. Ahm pra ti assim pra tua ãh questão de vida assim. Ah e mais uma pergunta antes disso. Os conteúdos abordados eles te agregam acho que eu ainda não te fiz né? Agregam novas ideias, visões, reflexões. Não sou eu essa experiência informativa por quê? Sim agrega muito sim. Porque nos ah nos coloca eh nos coloca assim numa posição de de pesquisar sobre de fazer um...um trabalho científico né? E a gente compreender que é científico né Uh-huh. Porque enquanto a militância a gente num consegue compreender a imensidão que é tu tá num movimento social. Sim. E dentro do dos espaços formativos, com as leituras, com com e compreendendo os períodos da...da sociedade e a gente começa a perceber o quanto é*

*importante existir os movimentos e o quanto é importante o nosso papel dentro da sociedade, né?” (Daniel)*

A formação da consciência de militantes foi apontada pela estudante Keli como um fator a ser destacado, considerando, inclusive, a diversidade dos sujeitos que fazem parte do ITERRA e do Movimento Sem Terra. Podemos citar aqui algo que ela destacou em sua fala, a saber, sobre ser uma “mulher negra LGBT”. Em sua fala ela reflete sobre as simbologias do movimento, sobre a sociedade e sobre o coletivo.

*“Reflete, reflete, eu acho que refletiu o papel e e o que que eu simbolizo, né mulher, como mulher negra de pele clara, mas também uma sujeita LGBT, né? E também a gente ter a consciência de classe, né? Tipo da classe classe trabalhadora. Então eu acho que sim, me fez eu enxergar eh coletivo que eu faço parte dentro dessa sociedade e entender a exploração, a a todas as artemanhas do capitalismo e e ter essa consciência, sabe? Porque todo um plano e tudo mais. Uhum.” (Keli)*

O estudante Mateus, por sua vez, menciona a formação como educador militante e protagonista da sua própria história. Um sujeito que pensa e reflete a partir de seu lugar de sujeito protagonista da própria história.

*“Sim, agregam bastante eh por justamente, né? Pra gente conseguir compreender o nosso lugar na história e nos identificar também como sujeitos que fazem histórias. Esse é o ponto importante pra gente ter em mente Claro, tem algumas disciplinas, algumas eh docente que também não tem essa perspectiva e de novo não é culpa deles, né? De de do campo, de conseguir resgatar, fazer esse resgate nosso eh enquanto sujeitos da história que constroem sua própria história mas também não conseguir fazer essa eh esse apanhado de conteúdos que vá fazer sentido na nossa na nossa caminhada militante, na nossa formação posterior como educadores do campo. Então acho que tem alguns eh desses deslizes assim mas que num num geral assim contribui muito justamente por conseguir a gente fazer refletir sobre a nossa realidade, identificar eh alguns processos e fazer essa ligação com a nossa realidade hoje e conseguir compreender melhor o nosso papel aqui. Ótimo Ahm como que você assim se relaciona né?” (Mateus)*

Já a estudante Valeska ressalta a importância do curso na militância, principalmente na comunidade onde ela está inserida. Ela também pensa, com relação ao que aprende no ITERRA, sobre como ela poderia aplicar esse aprendizado na comunidade em que vive.

*“Na minha ah sim na minha experiência formativa agrega nesse sentido assim de que sempre quando eu saio do ITERRA e vou pro meu templo*

*comunidade eu percebo que tem algo que eu posso implementar do eterno no meu tempo no meu estágio, no espaço onde eu tô de formação, uma brigada de agitação e propaganda, porque o método Dudu e Terra é o método rígido, mas é um método de ensinamento, de cuidado, coletivo, sabe? Então sempre tem alguma coisa que a gente pode pegar e levar pro nosso Estado, pra nossa região, pro espaço onde a gente trabalha coletivamente.” (Valeska)*

Já o estudante César destaca o conhecimento acadêmico como diferencial, bem como suas possibilidades, e também a produção de conhecimento.

*“Os conteúdos abordados agregam novas visões, ideias, reflexões na sua perspectiva formativa, por quê? Sim, sim, agrega de qualquer forma, porque primeiro eh embora a gente tenha um movimento desde desde sempre né? Desde a ciranda sem terrinha até os espaços da coordenação nacional acesso a a distintos conteúdos eh tem a parte acadêmica no que diz respeito a método de pesquisa essas coisas eh a gente não tem tanto e o curso ele contribui nesse sentido, né? E ele e o curso sendo dentro dessa escola especificamente ele eh amplia o alcance e as potencialidades eh do conhecimento acadêmico, né? Do método científico que a academia proporciona sob eh esse mestre digamos que esse curso, né? Essa formação acadêmica sendo inserida, enquadrado dentro do método pedagógico do ITERRA ele amplia ainda mais as possibilidades porque a gente tem uma outra relação com o conhecimento, não só com um conhecimento livresco, mas com com conhecimento que é produzido também, né? O porquê produzir esse conhecimento e isso foi o que agregou assim mais o que está agregando mais a partir do do meu ponto de vista também né? Pra mim especificamente.” (César)*

Para finalizar, a última pergunta era sobre como esse estudante se sente em relação ao que ele aprendeu, sobre como esse conteúdo fez sentido para o estudante e como ele se identificou com a formação ofertada: Comente como foi a sua relação com o conteúdo ensinado?

Nessa última pergunta, os estudantes falam sobre o quanto o curso os ajudou a superar algumas questões. Há relatos variados. Alguns falam sobre a superação da timidez, outros falam sobre o que aprenderam durante a formação que obtiveram no ITERRA, destacando que é uma caminhada de construir conhecimentos.

*“Pra superar desafios, algumas dificuldades que eu tinha que nem tímido, não conseguia falar muito em público. Hm-huh. E agora superei então era isso que tem alguma contribuição.” (Bruno)*

*“Então, pra mim eh agrega muito tanto nesse sentido de podar de certa forma curiosidade tipo no sentido que ahm de de ser cada eu me sinto bem empurrado assim nesse sentido de cada vez conhecer mais coisas que eu não nem esperava, né? Quando entrei no curso de história, então muita coisa que eu não esperava. Claro que sempre tenho outras coisas que a gente espera ter e não tem também, então uma frustraçozinha, algumas disciplinas, né eh mas pra mim tem agregado bastante assim, eu me sinto meio é tipo claro tipo por exemplo a gente tá estudando história da América agora, né? Daí é um dia pra tu estudar a formação dos treze colônias, é um dia pra tu tu estudar Revolução Haitiana, tipo, é um dia de sete horas, né? Mas é igual só um dia. Então, muita coisa, o curso, assim, só da pistas, né? A gente não consegue aprofundar, assim, várias coisas mas eu tenho gostado bastante dos conteúdos de história assim, tipo me me veria inclusive estudando, pesquisando sobre vários deles, né ainda sinto um pouco de falta dessa questão mais da de de pesquisar, né? Nesse sentido de se tornar um historiador, né? Acho que a gente tá caminhando ainda bastante, não sei como é que foi no teu curso, né? Mas eu pelo menos sinto um pouco de falta disso ainda, a gente a gente tá mais nesse sentido de caminhar pra pra docência e tal, né? Mas pensar alguma coisa, por exemplo, um TCC ou pro mestrado, algo que eu vá pesquisar e dificuldade assim de pensar dessa.” (Carlos)*

Um dos estudantes destaca um ponto bastante interessante, que foi o quanto o ITERRA o ajudou a superar as dificuldades de fala e de comunicação. Para o estudante Carlos, o ITERRA proporcionou que ele pudesse aprimorar seus interesses de pesquisa para, talvez, futuramente pensar em seguir os estudos em algum tema do seu interesse, construindo sua caminhada de pesquisador.

*“Foi foi bem novo assim as primeiras etapa eh foi tipo divisor de água mesmo o que eu aprendia de história na escola é totalmente diferente do que a gente aprende história na graduação. Então foi muito de entender a história por uma outra perspectiva uma história que é construída pras pessoas que é manipulada, que é distorcida as histórias que são eh escondidas, né? Que não são, que antiga, o povo não tem conhecimento, então acho que nesse sentido assim foi bem divisor de águas mesmo, de entender a história lado da da historiografia e tudo mais.” (Keli)*

A acadêmica Keli destaca que aprender história no ITERRA é diferente do que aprendeu no Ensino Médio. É aprender sobre a historiografia, é entender como a história foi escrita.

*“Nas aulas, isso. Algumas a gente fica ai meu Deus do céu, né? Porém tem umas matérias assim que é muito bacana. Eh entender a história dos de baixo pra mim foi muito boa assim. Entender todo o processo de resistência tanto das mulheres tanto quilombolas, polos indígenas. Então compreender que toda luta que a gente tem hoje teve alguém que lutou também lá atrás sabe? Então entender que esse processo de de luta assim não é de agora e que a gente precisa permanecer na luta né? Pra conseguir ter uma transformação antes você ainda tem alguma colocação que você gostaria de fazer algum uma coisa que você gostaria de dizer Ai eu acho que a educação popular, a educação do campo, o método do Paulo Freire são libertadores assim, sabe sou libertadores e eles libertam a classe trabalhadora, eles fazem a classe trabalhadora criar consciência, criar força pra resistir, criar força pra lutar, pra continuar na luta e ter uma uma esperança assim, né? Hm-huh. A gente fala muito de utopia, né? Então eu acho que é isso assim, eh alimentar nossa, nossa revolta e saber direcionar elas.” (Liliane)*

Para Liliane, a educação obtida no ITERRA é libertadora. Ela a faz compreender a luta e a historicidade da luta do movimento e dos que antecederam essa luta, ou seja, dos primeiros militantes.

*“Pela carga horária e tudo assim eu compreendo que é boa e acho importante que é boa. Teve muita coisa que trouxe o resgate do ensino médio que eu perdi e que não pude recuperar. Acho que se fosse não fosse o curso muita coisa teria ficado pra trás e eu não teria compreendido, eu não teria estudado novamente. Então por isso acho bem importante eu achei que foi acho necessário por isso, né? Uhum. A gente fez um resgate histórico aí. que falta nas escolas ainda, que falta em outros espaços. Pra ti e pra tua vida foi sim. Foi essencial. Sim. Por isso, né? E justamente por causa dos processos assim, me entender como participante dele também. Certo. alguma consideração lara alguma questão. Não até que não. Eu agradeço então de verdade assim a tua participação, a tua contribuição e tenho certeza que vai ser bem...bem importante.” (Yvone)*

A aluna Yvone destaca como foi importante o resgate dos conhecimentos obtidos durante o Ensino Médio, das oportunidades que ela teve e do quanto isso foi positivo para sua trajetória acadêmica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi pensado para compreender as vivências dos estudantes do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), que se deslocam até o instituto para realizarem sua formação no mesmo. A intenção de realizar essa pesquisa se deu a partir de uma visita da pesquisadora ao instituto no ano de 2014, que, ao ver como o mesmo se organiza e a forma como os estudantes se empenham nos estudos, decidiu fazer uma pesquisa sobre ele a fim de pensar o método de ensino do instituto e sua organização.

Para a escrita desta pesquisa foi feita uma análise dos documentos que regem o ensino no ITERRA, bem como das leis que regulamentam a Educação Brasileira, especialmente a Educação do Campo.

Os estudantes que participaram da pesquisa estão na fase de conclusão da sua formação no ITERRA e, desse modo, podem falar sobre a experiência, trazendo muitas informações, pois já têm uma vivência bastante significativa dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e do próprio instituto.

Cada estudante trouxe elementos importantes e específicos sobre a sua vivência no instituto, de tal modo que foi difícil escolher e delimitar quais trechos das entrevistas seriam utilizados, tamanha riqueza de elementos. Em cada fala, os jovens mostraram como eles se sentem em relação ao instituto, à formação ofertada e suas expectativas em relação à docência.

Aqui gostaria de relatar um pouco sobre como foi realizar essa pesquisa *in loco* no ITERRA. Durante uma semana estive quase que imersa dentro do instituto. Vivenciei aquele espaço e tentei me inserir naquela rotina, que tem foco no trabalho e no estudo. Conheci um pouco mais os estudantes, suas histórias de vida e suas expectativas.

Foram feitas 22 perguntas e cada uma delas foi pensada a fim de compreender melhor como o ITERRA se organiza, entendendo um pouco mais sobre a trajetória de cada estudante. O objetivo maior desta pesquisa foi analisar como a experiência do ITERRA pode servir de exemplo para outros espaços formativos, além de como o método da alternância pode ser usado em outros espaços formativos.

Logo no início, foi possível notar que a turma era bastante diversa, com muitas realidades e com jovens oriundos de diversos movimentos sociais. Mesmo que em menor número, há presença de alunos acampados e outros que já são assentados. É interessante destacar que um dos estudantes, embora seja assentado, ainda milita no movimento, pois entende que é importante permanecer ajudando os demais que ainda não conseguiram sua terra, e que é necessário estar sempre vigilante e atento nos movimentos de luta por terra e por Reforma Agrária.

Também há aqueles que optaram por ingressar no movimento, pois viram nele uma forma de melhorar a sua condição de vida, já que, por vezes, viviam nas favelas e nas ruas, e veem o MST como uma forma de sair da realidade opressora em que se encontravam. Eles compreendem que a vida debaixo das lonas pretas é desafiante, mas que é, também, um caminho possível para a conseguir autonomia social e econômica (que, todavia, exige persistência e coragem para nele seguir).

Alguns dos fatores que mais chamam atenção no ITERRA são sua organização, disciplina e o empenho dos estudantes, o que me fez acreditar na possibilidade desse método ser adotado em outros espaços formativos e outras escolas.

Enquanto pesquisadora e visitante, algo que me chamou muita atenção, nas duas vezes em que estive no ITERRA, foi o momento da mística, pois ela consegue, de certo modo, nos fazer refletir sobre o MST, sobre a luta por terra, sobre o feminismo, sobre o movimento camponês, sobre a Reforma Agrária e, também, sobre a militância.

Para os estudantes, a organização do ITERRA é bastante interessante, e os mesmos demonstram gostar dessa forma de organização, pois os ensina a ser disciplinados, organizados e pontuais. Há um respeito por essa forma de organização, e isso é visto na forma como os estudantes se comprometem e relatam estarem felizes, e até privilegiados, por estarem ali inseridos naquele espaço.

Como os alunos do ITERRA têm uma rotina com muitas atividades que envolvem o cuidado da escola, a horta, a lavanderia e a cozinha, muitas vezes entrevistei os estudantes enquanto estavam trabalhando, o que dificultou a gravação e sua nitidez. No entanto, foi necessário respeitar a dinâmica do espaço em que desenvolvi a minha pesquisa.

Acredito que a diversidade de movimentos que constituem o ITERRA tende a enriquecer as vivências no instituto, pois são jovens de muitas regiões, de muitas

origens e de movimentos sociais distintos que vêm nele estudar. Outro ponto que merece destaque é a forma como cada um chegou até o ITERRA. Cada um deles chegou de forma diferente. Alguns já haviam feito outros cursos no instituto, e outros, que estavam ingressando nele, pela primeira vez, já na graduação. Em sua maioria, os jovens são indicados pelas lideranças dos movimentos sociais de origem.

Nem todos os estudantes têm experiência com a docência; em sua maioria estão tendo o primeiro contato com a sala de aula. Mesmo sendo um curso de Licenciatura em História, esse curso proporcionou aos jovens fazer uma leitura de mundo, construindo suas visões enquanto militantes dos movimentos sociais dos quais participam.

Também me trouxe certa satisfação durante as entrevistas notar o quanto eles se apropriam dos conhecimentos obtidos, dos saberes compartilhados e a clareza que eles têm sobre temas como: Reforma Agrária Popular, Educação do Campo, Educação Popular, Formação Política, Cultivo de Sementes, Agroecologia, etc.

Nos dias em que estive no ITERRA, pude vivenciar um pouco de como é o dia a dia dentro do instituto. Numa conversa informal, uma estudante me disse: “é bom estar aqui, vivenciando a escola que Pistrak e Makarenko idealizaram”. Essa fala é bastante afirmativa, pois reforça o quanto a escola está com teoria e prática alinhadas na base teórica na qual ela se fundamenta.

Usar o termo “conclusão” talvez seja um tanto quanto audacioso, pois não há uma exatidão, uma finitude em si. Porém, os estudantes, em sua maioria, se identificam com a formação ofertada pelo instituto. Eles valorizam o que é ofertado e sugerem poucas mudanças, o que leva a acreditar que o método da alternância é um modelo educativo que tem muitas chances de ser testado em outras instituições de ensino, que podem passar a usá-lo.

Olho para trás e vejo o quanto eu aprendi nesse lugar e nesse tempo em que estive no instituto, que foi como me conectar com o que me propus a pesquisar, e sentir na prática o método de ensino do ITERRA, pautado nas ideias de Pistrak e Makarenko.

Acredito que seja pertinente destacar que a caminhada, durante esse percurso formativo, se iniciou em um período pandêmico, quando fomos assolados pela crueldade do Coronavírus. De repente deixamos de ir ao nosso local de trabalho, nossas escolas e universidades. Lembro das tardes em que ainda

estávamos todos em casa e precisávamos nos manter distantes das pessoas queridas; foi nesse momento que eu iniciei a escrita do pré-projeto de dissertação. Na época, quem governava o Brasil era o então presidente Jair Messias Bolsonaro, que, em seu governo, propagava um discurso de ódio, de negação da ciência e do desmonte da educação pública. Nesse contexto resistimos, nos tornamos resilientes e, em 31 de outubro de 2022, foi eleito, para o seu terceiro mandato, Luiz Inácio Lula da Silva, que, em seu plano de governo, propôs que o mesmo determinará medidas para se fazer uma Reforma Agrária, que é a grande demanda dos militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [1988]. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7352&ano=2010&ato=93bQTQ65EMVpWT612>. Acesso em: 10 maio 2023.

CALDART, R. S. Educação do Campo. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. 3. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2004.

CALDART, R. S. *et al.* **Escola em movimento no Instituto de Educação Josué de Castro**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CAMINI, I. **Escola itinerante**: na fronteira de uma nova escola. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. 3. ed. São Paulo, SP: Edusp, 2015.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias no Brasil. **Debates**, v. 9, n. 24, 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 46. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais**: a Construção da Cidadania dos Brasileiros. São Paulo, SP: Loyola, 2012.

GÜNTHER, H. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa**: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2017.

ITERRA. Método Pedagógico. **Cadernos do ITERRA**, Veranópolis, v. 4, n. 9, dez. 2004.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigações UNAD**, v. 14, n. 2, jul./dez. 2015.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. **Terra prometida**: uma história agrária no Brasil. 1. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2021.

LUEDEMANN, C. S. **Anton Makarenko** – vida e obra: a pedagogia na revolução. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2017.

MARTINS, F. C. Pedagogia da alternância: uma possibilidade formativa cidadã. *In*: FOERSTE, I. *et al.* (Org.). **Pedagogia da alternância**: 50 anos em terras brasileiras – memórias, trajetórias e desafios. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

MENDONÇA, M. L. O papel da agricultura nas relações internacionais e a construção de conceito de agronegócio. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 375-402, maio/ago. 2015.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Nossa História**. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/96-2/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

MÜLLER, R. G.; DUARTE, A. L. **E. P. Thompson**: política e paixão. Chapecó, SC: Argos, 2012.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2018.

PRADO JR., C. **A revolução brasileira**: a questão agrária no Brasil. 1. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2014.

SANTOS, B. S. **Introdução à uma ciência pós-moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1989.

SILVA, E. N. da. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.

SILVA, E. N. da. **Rebeldia camponesa na América Latina**: análise comparada da luta agrária do MST e do neozapatismo. Curitiba, PR: CRV, 2020.

SILVA, M. A. B. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 70, 2015.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STÉDILE, J. P. **A questão agrária**: programas de reforma agrária: 1946-2003. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2012.

TRINDADE, G. C. **Educação e classes populares**: perspectivas de um fazer pedagógico crítico. Passo Fundo, RS: UPF, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em História-Licenciatura (Parceria Itterra/Veranópolis-RS)**. Erechim-RS: UFFS, 2013. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/ppc/cchlitterraer/2013-000>. Acesso em: 12 maio 2023.

## ANEXO A – PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS

Dados de Identificação:

Nome: \_\_\_\_\_

Sexo/Gênero: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Possui filhos? (Se sim quantos) ( ) Não ( ) Sim \_\_\_\_

Assentamento/Acampamento:

- 1 – Como tomou conhecimento/chegou até o instituto?
- 2 – Por que optou pela Licenciatura em História?
- 3 – O curso ajudou vocês na militância?
- 4 – Qual a expectativa da docência?
- 5 – Quanto o curso ajuda nas questões da Reforma Agrária?
- 6 – De qual região, estado, município é?
- 7 – É a sua primeira formação? Como foi o Ensino Médio? Foi um curso técnico?
- 8 – Dentro do movimento, você participa de quais espaços de formação?
- 9 – Qual a distância do assentamento em relação à capital do estado de origem?
- 10 – Há uma cidade de porte médio (100 mil habitantes) próxima ao assentamento/acampamento?
- 11 – Qual a relação com a Educação do Campo? Como veem a Educação do Campo?
- 12 – De quantos cursos participou no último ano?
- 13 – Já atua como docente? ( ) sim ( ) não
- 14 – Em qual escola ? ( ) Educação Infantil ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio
- 15 – Qual a disciplina? Como se dá essa experiência?
- 16 – Trabalha em alguma área de Reforma Agrária?
- 17 – Participa de alguma cooperativa, associação, partido?
- 18 – Quais espaços você participa?
- 19 – Como o conhecimento, a experiência obtida no instituto o fez perceber a importância do curso na sua concepção de luta?
- 20 – Como se sentiu em relação à formação ofertada pelo instituto?
- 21 – Em relação a metodologia de ensino adotada pelo instituto você tem alguma consideração?

22 – Os conteúdos abordados agregaram novas ideias/visões/reflexões na sua experiência formativa? Por que?

23 – Comente como foi a sua relação com o conteúdo ensinado